

Avante!




festa
do Avante!
2002

TEATRO



POESIA

MÚSICA

Entrevista
com Manuel Mendonça
da Comissão do Avanteatro

Págs.13 a 20

Governo justifica «Código do Trabalho» com mentiras

Prossegue o ataque



Esclarecer é preciso! O Governo invoca o aumento da produtividade e o combate ao absentismo como justificações para o ataque aos direitos dos trabalhadores. Publicamos hoje os desmentidos da CGTP aos argumentos do poder e do patronato. Entretanto, como se não bastasse, entrou em vigor o aumento de preços de bens e serviços essenciais. **Págs. 5 e 6**

Uruguai

País em luta

Perante a iminência de o país entrar em bancarrota, as greves de protesto sucedem-se e os uruguaios concentram-se à porta das instituições bancárias para tentar salvar as suas poupanças.

Pág. 21

Hiroshima

O combate pela paz

No 57.º aniversário do lançamento da primeira bomba atómica, o PCP reafirmou o seu compromisso de continuar a lutar intransigentemente pelos valores da Paz, da cooperação e da solidariedade.

Pág. 32

O Avante! sai à quarta

Por ser feriado nacional no dia 15, o próximo número do *Avante!* sairá no dia anterior, quarta-feira, 14 de Agosto. Para o facto alertamos os nossos leitores, bem como as organizações do Partido.

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Assim como em Alpiarça, os cartazes a anunciar a Festa do Avante! são retirados do concelho de Cascais.

Resumo

31 Quarta-feira

O PCP dá o seu apoio aos trabalhadores numa eventual greve geral convocada pelas centrais sindicais em protesto pelas alterações na legislação laboral, que classifica de «retrogradas e reacionárias» • A União dos Sindicatos de Setúbal responsabiliza o Governo pelo «brutal e escandaloso aumento dos transportes públicos», uma medida que «vai agravar as condições de vida dos trabalhadores e das populações do distrito» • A Comissão de Utentes do IC19 e a Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril repudiam a intenção governamental de cobrar portagens em estradas até agora gratuitas • A polícia israelita detém mais de 50 palestinianos nas proximidades da universidade de Mont Scopus, em Jerusalém.

1 Quinta-feira

O PCP/Açores pede ao Tribunal de Contas um parecer sobre a legalidade da afectação de dinheiros públicos à elaboração de um boletim informativo da responsabilidade da secretaria regional da Habitação • Os cartazes do PCP a anunciar a Festa do Avante! são retirados do concelho de Cascais; a organização concelhia do PCP acusa a autarquia e António Capucho de atropelarem a lei • A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública manifesta desconfiança em relação «às reais intenções» do Governo, ao legislar no sentido de «disciplinar regalias suplementares aos serviços e fundos autónomos» • A China e a Rússia exigem que a ONU intervenha na mediação do diferendo entre Washington e Bagdade.

2 Sexta-feira

O partido «Os Verdes» desloca-se ao Parque Mayer para mostrar que nada mudou neste espaço desde o início do mandato de Santana Lopes na Câmara de Lisboa, embora o actual presidente tivesse prometido que em oito meses tudo estaria diferente • Quatro palestinianos são assassinados, um na Faixa de Gaza e três na região de Nablus, na Cisjordânia, durante uma série de incursões israelitas • A UNITA é formalmente desmilitarizada, com a integração de efectivos nas Forças Armadas Angolanas e na Polícia Nacional • A Comissão Europeia adopta um programa de ajuda ao desenvolvimento do Brasil entre 2002 e 2006, no valor de 64 milhões de euros.

3 Sábado

Professores de todo o país acusam o Ministério da Educação de querer «matar» a reorganização do Ensino Básico, através de uma circular do Departamento de Educação Básica, com orientações que alteram a organização curricular • Os trabalhadores do Casino da Póvoa entram em greve para reivindicar a equiparação de regalias

às dos seus colegas do Casino do Estoril • Os deputados turcos decidem abolir a pena de morte ao aprovar um pacote de reformas que inclui o reconhecimento dos direitos culturais da população curda • O presidente Joseph Kabila manifesta-se determinado a assinar, com o Uganda e Burundi, acordos de paz semelhantes aos que estabeleceu com o Ruanda.

4 Domingo

A CDU de Gondomar realiza uma visita a Santa Ovaia-Fânzeres com o objectivo de contactar a população e inteirar-se dos problemas da região • Israel e os Estados Unidos assinam um acordo destinado a impedir a extradição dos seus cidadãos e a sua comparência perante o Tribunal Penal Internacional • A Coreia do Sul e a Coreia do Norte aceitam retomar as conversações ao mais alto nível, tendo em vista o reatamento das relações diplomáticas entre os dois regimes rivais • O Congresso boliviano elege o liberal milionário Gonzalo Sanchez de Losada, 72 anos, como presidente • O antigo vice-presidente americano Al Gore lança um forte ataque ao presidente George W. Bush acusando-o de estar mais preocupado em servir os «interesses dos poderosos» do que o povo norte-americano.

5 Segunda-feira

Os 720 trabalhadores da Rodoviária de Entre Douro e Minho e Rodoviária da Beira Litoral entram em greve em protesto por atrasos no pagamento dos salários • Israel proíbe a circulação de automóveis palestinianos em cinco cidades do Norte da Cisjordânia • Dois palestinianos são mortos durante uma troca de tiros com soldados israelitas na cidade de Burka, perto de Nablus, Cisjordânia • O secretário norte-americano do Tesouro, Paull O'Neill, é recebido no Rio de Janeiro por uma manifestação de protesto; O'Neill prejudicou a economia brasileira com declarações polémicas sobre o destino dos empréstimos do FMI • Morre o general Pedro Cardoso, antigo Chefe de Estado-Maior do Exército e responsável pela criação do SIS.

6 Terça-feira

Os utentes do Montijo e Alcochete dos Transportes Sul do Tejo protestam contra a redução do número de carreiras, bem como contra a falta de qualidade dos veículos onde são transportados • A Assembleia Geral da ONU aprova uma resolução que exige a retirada do exército israelita de todas as localidades palestinianas e o regresso às suas posições anteriores a Setembro de 2000 • O exército israelita isola cinco das oito cidades palestinianas mais importantes e decretou o recolher obrigatório permanente • Os principais sindicatos do Uruguai convocam uma greve geral contra a política económica do presidente Jorge Batlle.

Aconteceu

«Gastos na Moderna saltavam à vista»

Uma antiga especialista financeira da Procuradoria-Geral da República declarou na passada semana em tribunal que, da contabilidade da Universidade Moderna, «saltavam à vista» gastos «desmesurados» em algumas rubricas, como cartões de crédito ou aquisição de roupa em lojas de luxo.

Rosa Sá, ex-coordenadora do Núcleo de Assessoria Técnica (NAT) da Procuradoria-Geral da República (PGR), que prestou declarações em tribunal sobre diligências efectuadas por aquele organismo no âmbito da investigação à Moderna, rela-

tivas à contabilidade nos anos de 1997 e 1998, afirmou que os técnicos se depararam com situações «surpreendentes».

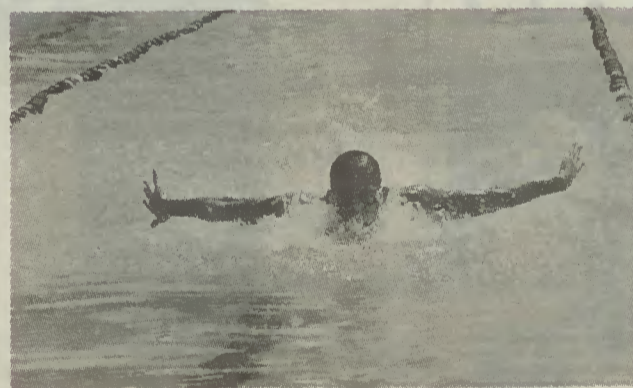
«Ficámos surpreendidos com a dimensão da situação, com os valores dos montantes em causa», acentuou a licenciada em economia, referindo-se a rubricas da contabilidade da Moderna referentes designadamente a gastos com cartões de crédito, compra de roupas, aquisição de viaturas, viagens, contas correntes de colaboradores e despesas chamadas de «confidenciais», para as quais não existiam justificativos.

«24 Horas» faz propostas de rescisão

O jornal «24 Horas» propôs este fim-de-semana a rescisão de contrato a seis jornalistas dos quadros, com o argumento de, dada a conjuntura, ser necessário possuir uma política de contenção de custos.

A situação está a preocupar os profissionais do diário, uma vez que a situação do mercado de trabalho do sector não é favorável. Dado isto, realizou-se sábado uma reunião, inconclusiva, entre a Comissão de Trabalhadores e o administrador-delegado da publicação, Pedro Araújo e Sá.

Na semana passada, outros três jornalistas tinham sido chamados à direcção de Recursos Humanos, onde lhes foi proposto que rescindissem os contratos.



Campeonato Europeu de Natação

Portugal concluiu a melhor forma a sua presença nos campeonatos da Europa de Berlim em natação, com Sara Oliveira a alcançar ontem a melhor classificação feminina de sempre na competição, ao ser sétima nos 200 metros mariposa.

A portuguesa estabeleceu um novo recorde nacional em 2.12,56

minutos, melhorando ainda a extraordinária marca realizada nas meias-finais, 2.12,77, quando possuía como recorde pessoal 2.14,81 antes destes campeonatos.

Depois dos oitavos lugares de Ana Barros (100 metros costas) e Joana Arantes (200 mariposa) nos Europeus de Sheffield 93, a



CML suspende financiamento à Orquestra Metropolitana de Lisboa

O maestro Miguel Graça Moura afirmou na passada semana que a decisão camarária de suspender a participação financeira à Orquestra Metropolitana de Lisboa (OML) pode ditar o «princípio do fim» desta instituição.

A Câmara de Lisboa decidiu retirar a contribuição financeira com que participava anualmente na OML (900 mil euros) até à conclusão de uma auditoria às contas da entidade responsável pela sua gestão - a Associação Música/Educação e Cultura (AMEC).

Segundo Graça Moura, a decisão de suspender os 225 mil euros que a OML deveria receber este mês coloca em causa o pagamento dos 160 funcionários da AMEC, que «vão

para férias sem salários nem subsídios».

António Abreu acusou, entretanto, Santana Lopes de estar a fazer uma guerra pessoal, herdada do tempo em que dirigia a Secretaria de Estado da Cultura. O vereador do PCP na Câmara de Lisboa saiu em defesa de Graça Moura, sugerindo que esta decisão da autarquia tem por base diferendos antigos quando Pedro Santana Lopes era secretário de Estado da Cultura.

«É um ataque que tem uma componente pessoal e está ligada com declarações feitas na altura em que o secretário de Estado da Cultura era o Dr. Santana Lopes pelo maestro Graça Moura relativamente à política que ele realizava», disse.

Em defesa da Arrábida

A Câmara Municipal de Setúbal, o Parque Natural da Arrábida, o Governo Civil e a Região de Turismo Costa Azul estão a desenvolver em conjunto uma campanha de combate contra o lixo na serra da Arrábida.

A campanha visa

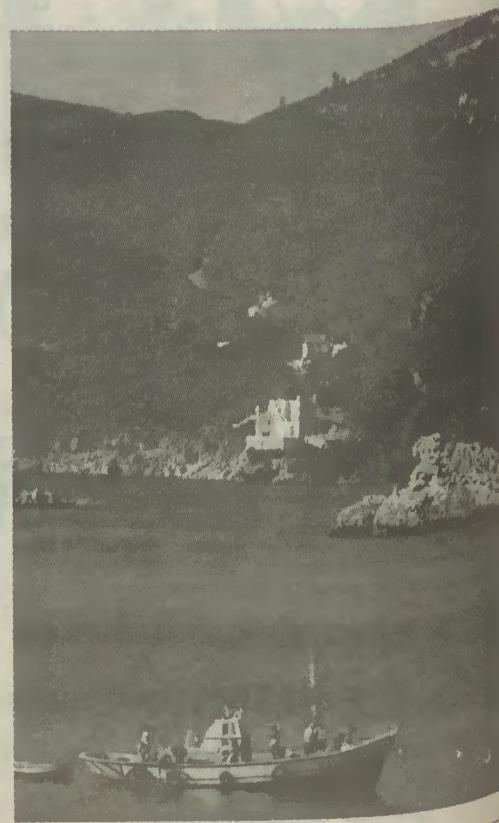
garantir a qualidade ambiental ao nível das várias acessibilidades, estando a recolha do lixo a ser feita por funcionários do Parque Natural da Arrábida e da Câmara de Setúbal, que depositam os resíduos no aterro da Amarsul.

André Martins, vereador do Ambiente da autarquia sadina, disse que «esta operação está a decorrer a bom ritmo», não deixando de referir o facto de que «as pessoas demoram a adquirir

hábitos de cuidado na defesa do ambiente», o que passa «por não atirarem para o chão papéis e garrafas».

Entretanto, «se a quantidade de lixo que se recolher for inferior à do ano passado», isto significa que «há cada vez menos pessoas a lançar papéis para o chão», disse o autarca.

A par da recolha do lixo, as instituições pretendem também desenvolver acções que visem a prevenção dos fogos.



Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Hiroshima e Nagasaki nunca mais!

Nunca será de mais lembrar Hiroshima e Nagasaki. Foi há 57 anos, a 6 de Agosto de 1945, que os EUA lançaram a primeira bomba atómica sobre Hiroshima. E passaram três dias sobre Nagasaki. São conhecidos os horrores dos seus efeitos e a tragédia que desencadeou. Bola enorme de fogo, temperaturas elevadíssimas, ventos ultra-ciclónicos, tudo destruído num raio de 2 Km a partir do centro da explosão. Duzentos mil habitantes das duas cidades japonesas tiveram morte imediata. E os que não pereceram no momento viveram enormes sofrimentos. Centenas de milhar faleceram nos meses seguintes. Os efeitos das radiações marcaram para sempre a vida dos que sobreviveram ao horror nuclear. E projectaram-se nas gerações seguintes. Ainda hoje as populações de Hiroshima e Nagasaki são afectadas pelas consequências das radiações. Por tudo isto, é universalmente reconhecido — exceptuando naturalmente os fautores da guerra — que a utilização da bomba atómica em Hiroshima e Nagasaki constitui um dos maiores e mais hediondos crimes contra a Humanidade, que ficará para sempre como uma mancha negra na história do século XX.

Passado já mais de meio século, é fundamental evocar não só as dramáticas consequências do uso da arma nuclear, mas reflectir também sobre as circunstâncias em que ocorreu e as justificações avançadas. A Segunda Guerra Mundial tinha praticamente acabado, com a derrota da Alemanha nazi e a libertação de Berlim pelo exército soviético. Restava, no Extremo Oriente, a rendição do Império militar nipónico, cujas forças armadas davam sinais de esgotamento, estando em claro recuo. O Japão estava já derrotado. Mas o «pretexto» evocado pelos EUA foi o de forçar a sua rendição. E o recurso à arma atómica — de que os EUA eram então os únicos detentores — foi justificada para evitar a morte de soldados americanos que, qualquer outra operação militar, origi-

ria. Argumento, aliás, sempre presente nos nossos dias, desde a guerra do Golfo, aos bombardeamentos da NATO à Jugoslávia e na guerra movida, a pretexto do combate ao terrorismo, contra o martirizado povo afgão.

Recordamos hoje o crime atómico praticado pelos EUA, em 1945, com os olhos bem fixados no presente. Enormes perigos pesam sobre a Humanidade. São numerosos os arsenais nucleares espalhados pelo mundo, onde entretanto se agudiza a crise do capitalismo, crescem as contradições e se estimulam diversos conflitos. E em que os EUA, na sequência dos atentados de 11 de Setembro, e a pretexto do combate ao terrorismo, banaliza o recurso à arma nuclear. Nova espiral de corrida aos armamentos está em curso, com a produção de novos tipos de armas, e em que se inclui a denúncia (pelos EUA) do Tratado de Controlo de Armas Nucleares (ABM), acordos com uma Rússia submissa e se dão novos passos no Sistema de Defesa Anti-Míssil («guerra das estrelas»). Pressionando e violando o direito internacional, os EUA garantem, outra vez, a supremacia militar.

Na última semana, toda a imprensa internacional abordou, através de diversificados cenários, os preparativos dum ataque ao Iraque. Bush declarou abertamente o seu objectivo de liquidar Saddam Hussein. Porque, segundo o presidente dos EUA, ele apoiará o terrorismo o que levou Bush a incluir o Iraque no chamado «eixo do mal». Está em curso uma manobra mediática, de propaganda e ideológica de grande alcance para justificar a guerra que se prepara contra o Iraque. O Senado dos EUA iniciou já o debate desta nova aventura. Contam-se apoios e dificuldades entre os «aliados», em particular os europeus. Enumeram-se possíveis reacções dos países árabes. Aponta-se a ocasião mais favorável. Agitam o espantinho dum retaliação com armas nucleares por parte do Iraque. É particularmente inquietante o que se está a passar. A desmedida arrogância dos EUA, o descarado «direito de ingerência» que reivindica, e a insistência no uso da força — tudo para alcançar o seu objectivo estratégico de se instalar na região. Tendo sempre na mira o petróleo e seus derivados.

Annunciada guerra contra o Iraque é mais do que uma ameaça. É um perigo real, que inclui o perigo nuclear. Lutar contra o imperialismo e a guerra, pelo desarmamento e em particular o nuclear está hoje, mais do que nunca, na ordem do dia, para que «Hiroshima e Nagasaki nunca mais!»

Editorial

O ESSENCIAL

Prementando a descida de popularidade do Governo da direita, alguns órgãos de comunicação social avançam já na tarefa de apontar as mazelas, as fraquezas, as indecisões, as trapalhices deste executivo liderado por Durão e Portas. Assim como assim, devem pensar alguns fazedores de opinião e coadores de notícias, não convém lá muito mostrarem-se indefectíveis da família que ocupa hoje o poder, salvaguardado que esteja o essencial da política de direita.

Vai daí, mostram a «precipitação» de Valente de Oliveira. O regressado ministro, agora nos Transportes, decidira impor ao País a sua grelha de portagens. Quem quer movimentar-se, paga! Tratava-se apenas de pretender aplicar a filosofia geral do Governo a tudo quanto em Portugal mexia ou precisava de respirar. Para além dos impostos, toca de pagar mais em todas as áreas. Mas logo alguém deve ter refrescado a memória curta do ministro, sussurrando-lhe que, por muito menos, Cavaco desistiu, impelido por um buzinao que abalou o País. Descobriu-se então que não era «tecnicamente» possível

prir as obrigações fiscais que lhes são retidas na fonte, não desconhecem o atraso. E não será uma operação de propaganda que desmentirá o facto. Mas o DN adianta mais, já depois da indignada reacção ministerial — as «receitas do fisco têm um buraco de 160 milhões», anunciou anteontem. Isto «sem contar com parte dos reembolsos do IRS em atraso».

Mas alguns jornais insistem, talvez procurando ganhar junto do público alguma da credibilidade perdida. E mostram que, por exemplo, no plano da Defesa, ao mesmo tempo que Durão, acompanhado do inefável Portas, falava às tropas em Santa Margarida, por entre vaias e assobios de uma parte dos assistentes, e apresentava ao País «os desafios estratégicos» das novas «Bases do Conceito de Defesa», elaboradas pelo ministro do PP — e que fazem temer uma grave distorção das missões das Forças Armadas que poderão vir a ocupar-se de questões de segurança interna —, persiste a questão do voluntariado, que não mostra poder vir a colmatar as brechas abertas pelo fim anunciado do serviço militar obrigatório.

Junte-se a estas denúncias algumas outras, que têm vindo a lume num punhado de órgãos de comunicação, que os divulgam com postura crítica: o desemprego jovem aumenta; o sector da construção civil e dos cimentos entra em queda, influenciado negativamente pelo fim do crédito bonificado à habitação.

Estes são apenas alguns exemplos. Mas do que já ninguém fala é do que é o essencial desta política de direita. Quase tudo o resto é acessório, nomeadamente as medidas tomadas a nível financeiro e serve, ao mesmo tempo, de pretexto e desculpa. Não esquecendo que a chamada «contenção de despesas» já está produzindo os seus malefícios, nomeadamente a nível dos trabalhadores da Função Pública e da Saúde, da política de crédito, do próprio desenvolvimento económico do País, o mais gravoso vem aí.

As medidas anunciadas a nível da Segurança Social e o chamado «Código do Trabalho», por detrás das quais se encontra o mui cristão ministro Bagão Félix, são aquelas em que devemos concentrar a nossa atenção crítica e o essencial do esforço a desenvolver no campo da luta social e política. Por isso, o *Avante!*, uma vez mais, chama a atenção para os malefícios contidos nas medidas anunciadas, desmentindo os pretextos e as desculpas que o Governo vem apresentando. Esclarecer, desmistificar, desvendar as intenções e apontar-lhes os malefícios, é essencial para o fortalecimento e alargamento da luta a todos quantos são vítimas de tal política. E repetir o esclarecimento não é de mais. Mesmo que nos acusem de abusar da «cassete»...

“Esclarecer nunca é de mais. Mesmo que nos acusem de abusar da «cassete»...”

avançar com o pagamento das portagens quando os contratos com as concessionárias não podiam voltar atrás... E pronto, lá obtiveram os automobilistas mais um prazo.

Apontou-se também o descontrolo do défice cujo valor a ministra Ferreira Leite tem vindo a manipular para se assegurar de que a política económica e financeira promovida pelo Governo tem desculpa, lançando a culpa sobre as más contas de Guterres. Que as contas de Guterres eram más, toda a gente sabia. Mas fazia jeito carregar nos valores para justificar o aperto do cinto, sobretudo aos que já não têm furos que cheguem. Depois do desmentido e da indignação mostrada pelo Governo, reagindo à revelação, feita pelo *Diário de Notícias*, de que a «meta» dos 2,8 por cento propagandada pela ministra não ia ser cumprida e de que havia «um grave erro de cálculo» nas previsões das receitas fiscais, depois de assegurar «não existe qualquer diferimento do pagamento dos reembolsos a título do IRS, cujo ritmo de devolução se encontra a decorrer com total normalidade», o Ministério acaba por admitir que há, afinal, atrasos. É que os bolsos dos contribuintes, sobretudo os dos trabalhadores que são quem tem de cum-

Actual Convicções e poder

• Vítor Dias

O assunto não dá nenhum prazer e só dá tristeza e preocupação, mas convenhamos que não se pode ignorar que Correia de Campos, o ex-Ministro da Saúde do último Governo do PS, se está destacando em posições que o PSD bem poderia agradecer.

Com efeito, na revista do «Expresso» de 13/7, perpetrou um frouxo e lamentável artigo de balanço da acção governativa da coligação PSD-CDS nesta área onde naturalmente inclui entre as suas «boas acções» o «construir novos hospitais em parceria público-privado» que ele próprio tinha adoptado no Governo do PS.

Dez dias depois, publicava no «Público» um artigo indisfarçavelmente elogioso para Bagão Félix, declarando que este tinha «imposto uma orientação politicamente correcta» na alteração da Lei de Bases da Segurança Social e designadamente no «plafonamento». E ainda exprimiu a sua «solidariedade pessoal» ao Ministro por ter sabido «resistir aos ataques organizados do sindicalismo "hard core"», evocando uma suposta tentativa de o calar a ele próprio, Correia de Campos, enquanto «incómodo

Presidente da Comissão do Livro Branco».

Em comparação com o enfrentar estes factos e o seu significado, é fácil, não tem riscos de maior e até pode soar bem aos ouvidos dos amantes de frases redondas opinar que o que mais falta faz é que, à esquerda, haja quem, para além do PS, tenha uma «cultura de poder», seja lá o que se entenda por isso, uma vez que na fórmula tanto pode caber a justiça e a razoabilidade como a insensatez e a rendição.

Mas o que não tem sido nada fácil, precisamente porque tem riscos consideráveis e porque pode soar mal aos homens e mulheres de esquerda que se preocupam não tanto com os rótulos mas com os conteúdos reais das políticas, é que alguém desvende finalmente que políticas ou medidas do último Governo do PS o PCP, por alegada falta de «cultura de poder», combateu e não devia ter combatido, recusou e

não devia ter recusado, criticou e não devia ter criticado.

E a verdade é que, sem isto e sem outras clarificações, se continuará a fugir comodamente à evidência de que as dificuldades e bloqueamentos na construção de uma alternativa de esquerda digna desse nome não estão tanto ao nível do diálogo, simpatia ou boa-vontade entre incontornáveis interlocutores mas radicam sobretudo em diferentes e por vezes muito distantes convicções, em aspectos cruciais, sobre a política necessária ao povo e ao país.

E que, por isso mesmo e por mais trabalhoso que seja, é mais prudente e avisado não abdicar de incorporar no processo de luta pela alternativa a tarefa de ganhar mais apoio popular e mais consciências para eixos essenciais de uma política de esquerda que marquem uma real e substantiva diferença com o que tem sido imposto ao país.



A polícia na rua

• Leandro Martins

Com toda a razão houve quem achasse um perigo a ascensão de Paulo Portas à cadeira do Ministério da Defesa. As suas opiniões e as «preocupações» que manifestou antes e durante a campanha eleitoral foram de molde a pôr os cabelos em pé a muito boa gente, nomeadamente àquela que não tem da segurança a ideia xenófoba que Portas perfilha e não possui sobre as Forças Armadas a «visão» do chefe do CDS-PP. Por outro lado, tal promoção fez cantar de galo os esperançosos de um regresso ao passado, à mão dura. Outros, que sempre em tempo eleitoral depositam esperanças em promessas, também embandeiraram. Canto fugaz, embandeiramento precoce, dirão alguns. As promessas são promessas e as realidades são o que são. Entretanto, a chegada de Portas ao Governo não deixou de aprofundar o que de mal, em termos de operacionalidade das Forças Armadas e de segurança, já o PS havia continuado a cavar. Hoje, porém, as queixas já são outras. Diz-se por aí que «os voluntários não chegam para a tropa» e que a profissionalização progressiva das Forças Armadas, que tem prazo de concretização total em 2004, parece longe de conseguir, a este ritmo, concluir-se na data marcada. Um trabalho publicado pelo *Jornal de Notícias* faz as contas. E mostra que «a captação de candidatos ainda não cobre as necessidades». Apesar de os textos nos serem apresentados com os temperos

adequados para fazer engolir ao público a bondade do voluntariado - com a exposição de «incentivos» e de «apoios excepcionais» -, o certo é que tal voluntariado «concorre com outras ofertas de emprego». Nós diríamos que concorre mesmo com o apelo à emigração, na falta de emprego disponível a baixo preço no nosso país. E isto de ir à tropa, se era uma chatice consentida pelo dever de defender a pátria, transformou-se numa

chatice pouco interessante para quem sabe que pode dar o corpo ao manifesto para defender a política da NATO ou mesmo, um dia destes, de aceitar missões de... segurança interna. Para isso há as polícias. Onde, mau grado Portas e Durão, as coisas também não correm de feição. «Mais polícia na rua», garante o novo director nacional da PSP. Mas outras notícias dão como certo que há polícias que vão para a rua pela porta de saída da PSP. Segundo o *Expresso*, os «Comissários fogem da Polícia», revelando que trinta, num total de duzentos, «saíram da PSP nos últimos três anos para trabalharem noutras profissões»...

Valha a verdade que, embora tenha havido uma longa série de crimes violentos em Portugal nos últimos tempos, os *media* já os tratam como se fossem coisa corriqueira, isto é, já não são motivo para a gritaria de Portas e Durão. É que eles estão no Governo.



A moral do capitalismo

• Anabela Fino

A vaga de escândalos financeiros que abala os EUA está a deixar inquietos os defensores do capitalismo, que nos últimos tempos se têm desdobrado em explicações do fenómeno e em comoventes manifestações de fé no sistema. Sempre atento, o director do *Público*, José Manuel Fernandes (JMF), não perdeu a oportunidade de vir à liça falar do «espírito do capitalismo», cujo triunfo se deve, ao que nos diz, às respectivas «bases morais».

Socorrendo-se de opiniões mais abalizadas do que a sua (desde Alan Greenspan, presidente da Reserva Federal americana, ao presidente dos EUA, George Bush, passando pelos teóricos Max Weber e Michael Novak), JMF adopta a tese de que o busilis não está no capitalismo mas sim nos «vícios» que abalam a moralidade. Citando C. B. Macgregor, segundo «a falsificação da moralidade destrói

capitalismo e a liberdade de mercado e põem em causa, no longo prazo, os fundamentos da sociedade [ocidental]», JMF preocupa-se em explicá-los, socorrendo-se desta vez de Adam Smith, que a «mão invisível do mercado» só funciona bem «se houver confiança e padrões éticos, nomeadamente se se acreditar na recompensa diferida, na necessidade de semear hoje para colher amanhã». E vai daí desanica nos «heróis do novo capitalismo» que «faziam fortuna nas bolsas», prática ao que nos garante «antagónica desses velhos princípios».

Ainda segundo JMF, é o «espírito do tempo», seja lá o que isso for, que «favorece ventos de irresponsabilidade», pelo que a dita «mão invisível» necessita mais da ajuda dos «estados». A confusão, evidente, começa aqui. Agora JMF critica a especulação financeira a tal para onde D. Bagão Félix cameter - e JMF acha bem - os

descontos dos trabalhadores? E defende a intervenção do Estado, esse sacrilégio que atenta contra a sacrossanta liberdade da economia de mercado que tanto aprecia? E agora irresponsabilidade é fruto do «espírito do tempo», ao invés de ser da desonestidade?

Apesar de perplexos, percebemos bem as dificuldades de JMF. Defender o indefensável é sempre tarefa inglória, e a tal moral do capitalismo não é flor que se cheire. Como JMF bem sabe, a única moral dum sistema intrinsecamente injusto, que assenta na exploração do homem pelo homem, é o lucro a qualquer preço. E isso é tão verdade hoje como o foi no passado. O problema que hoje abala a Wall Street não é esse. O grande pecado das empresas caídas em desgraça é o de não terem sido capazes de manter secretas as falsificações e as fraudes que todos cometem em maior ou menor escala. Foram incompetentes. É isso que o sistema não pode permitir. Não por uma questão de moral, mas de sobrevivência.



Frases

“Pacheco Pereira não é um treinador de bancada.”

Rui Rio, in *O Independente*, 2.08.02

“Digamos que Paulo Portas está no bom caminho.”

Idem

“Enfim, Saddam, evidentemente, é uma criatura nada recomendável - mas não será agora pior do que nos 23 anos que leva de poder, uma parte com a bênção ocidental.”

Francisco Sena Santos, in *Diário Económico*, 2.08.02

“Parece certo que o eventual ataque, sem justificação consistente, ao Iraque provocará uma onda de efeitos opostos ao anunciado, isto é, agitará ainda mais os ódios que alimentam o terrorismo.”

Idem

“(O capitalismo) gerou o sistema colonial, mantém a exploração imperial da maior parte do planeta, desencadeou duas guerras mundiais, fez do desenvolvimento científico uma ameaça à sobrevivência da Terra (...).”

Ruben de Carvalho, in *Diário de Notícias*, 2.08.02

“Valentim é reincidente em conflitos com polícia.”

Título do *Jornal de Notícias*, 3.08.02

“O velho PS do “revirinho” engoliu o engenheiro (Guterres) por oportunismo.”

Vasco Pulido Valente, in *Diário de Notícias*, 3.08.02

“Sempre me considerei e situei, sem ambiguidades, politicamente, à esquerda.”

Mário Soares, in *Expresso*, 3.08.02

“Quem fala do colapso das ideologias são os arautos da ideologia triunfante: o pensamento único neoliberal, que está imprudentemente a arrastar o mundo para uma das mais sérias crises da história.”

Mário Soares, in *Expresso*, 3.08.02

“A prática da social-democracia, na ânsia de se adaptar ao pensamento único dominante (neoliberal) e às necessidades do mercado global, tornou-se mimética de uma certa direita democrática.”

Mário Soares, in *Expresso*, 3.08.02

“Nunca fui contra a UE, nem contra a presença de Portugal na UE. Tenho é um modelo próprio e uma ideia muito própria da forma que Portugal deve integrar-se.”

Manuel Monteiro, in *Jornal de Notícias*, 4.08.2002

“O “problema nacional da produtividade” tem muitas razões, quase todas elas da responsabilidade do Estado e principalmente do patronato (...) Então porque é que se insiste em procurar a solução, apenas pelo lado da legislação do trabalho (...).”

Manuel Carvalho da Silva, in *Público*, 6.08.02

“Portugueses estão entre europeus com maior dificuldade em pagar dívidas.”

Título do *DN Negócios*, 05.08.02

“Agora que deveríamos diminuir os impostos para ajudar a economia, somos obrigados a fazer o contrário.”

Manuela Ferreira Leite, *DN Negócios*, 05.08.02



Governo justifica «Código do Trabalho» com mentiras Esclarecer é preciso!

Ao apresentar o anteprojecto de «Código do Trabalho», o Governo sabia que contava, por um lado, com o apoio do patronato e, por outro, com a oposição determinada e firme dos trabalhadores, gravemente afectados caso o pacote avance, e dos seus sindicatos de classe, organizados em torno da CGTP-IN. Numa tentativa de explicar o inexplicável, o Governo invoca o aumento da produtividade

e o combate ao absentismo como «razões» justificativas para o ataque aos mais elementares direitos dos trabalhadores, que outra não tem do que satisfazer a gula do patronato. A CGTP, que contesta esta visão, iniciou o trabalho de esclarecimento com a edição de um documento onde desmente, um a um, os argumentos do Governo e do patronato e revela as verdadeiras intenções por detrás do «Código do Trabalho».

I

O Governo e os patrões dizem que a sua proposta de «Código» é para aumentar a produtividade e competitividade.

Para a CGTP, isto é mentira, pois a baixa produtividade depende dos patrões e das políticas governamentais. A produtividade cresce, prossegue, quando se investe em qualidade, e inovação de produtos e tecnologia, quando se melhora a organização das empresas, se desenvolve o *design* e o *marketing*, quando se criam marcas e se aposta em acrescentar valor aos produtos, quando se aposta no ensino e formação profissional qualificante. «É isso que o patronato e o Governo não fazem», afirma a Intersindical.

Prova disto é o facto de países muito mais desregulamentados e com mais precariedade do que Portugal, como o Brasil, não apresentem uma maior produtividade. Mesmo internamente, a produtividade varia imenso entre empresas, até do mesmo sector. «E porquê?», pergunta a CGTP. «São todos portugueses»...

II

Dizem também que os direitos dos trabalhadores são o obstáculo ao desenvolvimento do País.

Mais uma mentira, afirma a *Inter*, que garante que os trabalhadores são os mais cumpridores e os que menos ganham e que a distribuição da riqueza em Portugal é a mais injusta da Europa. A CGTP lembra ainda que «não foram os salários que provocaram o défice do orçamento, nem foi o despesismo que tanto pregaram: o problema esteve na baixa de receitas dos impostos (IRC), na fuga, na evasão fiscal», num total de 10 por cento do PIB. «Bastava que quem foge ao fisco pagasse impostos para resolver em quatro meses o problema do défice público», considera a central sindical.

III

Na opinião de Governo e patrões, há muita rigidez laboral.

Mais uma vez, mentira! Várias organizações internacionais, como a OCDE e a OIT, bem como insuspeitos órgãos de informação internacionais, confirmam a flexibilidade do mercado de trabalho nacional.

A percentagem de contratados a termo é a mais elevada da União Europeia. Relativamente à flexibilidade de horários e à polivalência qualificante, a CGTP lembra que estas questões estão já na lei e podem ser negociadas. «Mas o patrão não negocia... Porquê? Porque o que eles querem é fazer do trabalhador pau para toda a obra.»

Na opinião da *Inter*, é cínico dizer-se que as fugas patronais para a economia paralela, para o recrutamento de trabalhadores clandestinos, ou o não cumprimento das obrigações legais e impostos, é tudo provocado pela rigidez das leis laborais. Fiscalizar e fazer cumprir é a solução, entende a central.

IV

O absentismo atinge números inaceitáveis, insistem patrões e Governo...

Novamente não é verdade, porque, vistas as causas, os números do absentismo estão viciados. As faltas ao trabalho são motivadas por doença, assistência à família e maternidade, obrigações legais, ritmos e condições de trabalho violentos, «próprios de ultrapassados métodos de produção», por inexistência de creches e outras estruturas sociais, por descoordenação de transportes, por acidentes de trabalho. Só na Câmara Municipal do Porto, onde Rui Rio falou num elevado absentismo; a CGTP garante que 22 por cento das faltas são por acidentes de trabalho.

V

Patrões e Governo dizem que a CGTP não vê as vantagens para os trabalhadores que vêm no «Código».

Também não é assim. A *Inter* reparou que a proposta traz uns «rebuçados no meio dos chicotes», mas que, até estes, estão sujeitos ao critério e vontade dos patrões. A central sindical contesta que se queira fazer dos trabalhadores burros, acenando-lhes com «umas cenourinhas». Para além disso, essas «cenouras» não são o essencial do pacote legislativo. O que é determinante «são os despedimentos facilitados, é a violação da negociação colectiva, é a anulação de direitos individuais dos trabalhadores, são os horários desregulados e maior desorganização da família, é mais precariedade». «Isso é que é a essência e é tão amarga que não há doce que a tempere», conclui a CGTP.

Aumentos de preços são nova machadada no poder de compra dos portugueses

Prosegue o ataque

Como se não bastassem o «Código do Trabalho» e as alterações à Lei de Bases da Segurança Social, ambos altamente lesivos dos interesses de quem trabalha, entrou em vigor na passada semana o aumento dos preços de bens e serviços essenciais.

Os preços da água e dos transportes colectivos aumentaram. Em muitos casos, pela segunda vez neste ano. No caso da água, a EPAL promoveu um aumento que pode atingir os 4,1 por cento. Nos transportes, os aumentos são enormes, ainda por cima se lhes somarmos os outros aumentos, em algumas empresas transportadoras, levados a cabo em Março deste ano.

Assim, nos passes combinados na região da grande Lisboa, as subidas rondam os 3,5 por cento, aumentando as tarifas da CP entre os 5,26 por cento, da linha Porto/Espinho, e os 9 por cento da linha de Sintra. O metropolitano também volta a aumentar, passando o bilhete simples para 60 cêntimos (mais 9 por cento) e o passe para 11,70 euros, ou seja, mais 3,53 pontos per-

centuais. Na Carris, empresa de transporte rodoviário de Lisboa, os passes mensais aumentam cerca de 6,5 por cento e os bilhetes comprados a bordo sofrem o mais brutal aumento de todos, de 17,6 por cento. Considerando os dois aumentos efectuados, em Março e Agosto, os preços das tarifas de bordo da Carris aumentaram 25 por cento.

A Transtejo, que assegura a travessia fluvial entre Lisboa e diversos concelhos da Margem Sul do Tejo, aumenta as tarifas na travessia entre o Montijo e a capital na ordem dos 3 por cento. No Porto, a STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto – sofre aumentos de sensivelmente 4 pontos.

O recente anúncio público do ministro do Equipamento Social, Valente de

Oliveira, de que se começaria a pagar portagens em vias onde actualmente não se paga ou que estão projectadas sem custos para os utentes, conhecidas como SCUT – CREL, IC 24, Via do Infante, etc. –, e a notícia avançada por Celeste Cardona, ministra da Justiça, de que serão liberalizados os serviços dos notários, deixam antever que os aumentos não ficarão por aqui.

Oposições e resistências

Dada a agressividade dos aumentos, e da política governamental, seriam de esperar resistências. E elas aí estão, vindas de diversas organizações, que representam os mais afectados por esta política. O PCP foi dos primeiros a tomar posição, em conferência de imprensa da Comissão Política, realizada no passado dia 31, em que criticou os «novos e gravosos aumentos de preços de bens e serviços essenciais» e apelou à luta contra a política do Governo. Uma luta que terá de ser ao nível da dimensão da ofensiva.

Também a CGTP protestou contra estas medidas que considera serem simples satisfações dos apetites dos patrões, nomeadamente das empresas transportadoras, que há muito reclamavam pelos aumentos das tarifas. A Intersindical critica ainda o Governo por ter actualizado as tarifas dos transportes para os níveis mais elevados da inflação e por não ter feito o mesmo com os salários dos trabalhadores. Ao invés de investir nos transportes públicos e de promover o transporte colectivo, o Governo, segundo a central sindical, «vai pelo caminho errado, tornando o transporte colectivo mais caro – face ao transporte privado e individual – e piorando o nível de vida dos portugueses e as condições de transporte, em particular das áreas metropolitanas».

Relativamente às portagens, o descontentamento é, também, muito. As organizações de utentes da Ponte 25 de Abril e do IC 19 já mostraram a sua solidariedade com as populações que se opõem, por todo o País, às portagens, e preparam acções para depois das férias.



Ao contrário dos trabalhadores, os patrões estão satisfeitos com a prestação de Bagão Félix

Patrões disfarçam com críticas a defesa do seu «Código do Trabalho» Podia ser pior?...

«É insuficiente.» Esta afirmação de Mendes Ribeiro, da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), proferida à saída da primeira reunião de Concertação Social após a apresentação do anteprojecto do «Código do Trabalho», resume as posições do patronato português. Assim, os patrões nacionais afirmam discordar de alguns aspectos do «seu» pacote laboral por razões que se prendem com a pretensa «limitação» das suas medidas. Querem mais.

No mesmo sentido, Paulo de Oliveira, patrão do sector têxtil da Covilhã – um dos sectores mais afectados pela precariedade e baixos salários –, declarou à *Visão* que o «anteprojecto para a nova lei já traz algumas melhorias mas é ainda muito insuficiente».

Apesar de todas as «discordâncias», quando se trata de pôr em causa o novo pacote laboral, os patrões são unânimes: o «Código» tem que avançar. Assim reagiu, citado pelo *Público*, Vasco da Gama, da Confederação do Comércio (CCP), à oposição da CGTP ao pacote, declarando que não se pode impedir a implementação das «reformas que nos vão tirar da cauda da Europa». A CCP, que tem como principal «oposição» ao anteprojecto o facto de este estar, alegadamente, mais vocacionado para a indústria do que para o comércio, reconhece ao ministro Bagão Félix e à sua equipa o «grande esforço na concretização deste documento».

Também os patrões da agricultura receberam o documento com agrado. Luís Mira, da CAP, considera ser importante que Portugal tenha a noção que «está integrado num sistema económico muito concorrencial e que tem que se adaptar à realidade».

Todos de acordo

Alguns dos patrões, como Fortunato Frederico, presidente da APPICAPS, associação dos industriais do calçado, não iludiu as suas reais opiniões em «preocupações» de carácter social, tão do agrado do Governo e de muito do restante patronato. Em declarações à *Visão*, o industrial refere que a revisão das actuais leis do Trabalho é «estrategicamente prioritária, porque contribui para assegurar às empresas nacionais as mesmas condições de enquadramento legislativo que as concedidas aos seus concorrentes».

Sobre o absentismo, que considera ser enorme no sector e «uma das principais causas da quebra de produtividade», Fortunato Frederico oculta que nos cálculos entram diversas causas de ausência ao trabalho, como doenças profissionais e assistência à família. Sobretudo num sector como o do calçado, onde os baixos salários praticados provocam a crescente procura de segundos empregos.

Para resumir as tais «oposições» dos patrões à proposta de revisão das leis laborais proposta pelo Governo, a última edição do «Expresso» é clara: o ministro do Trabalho é o primeiro classificado numa sondagem realizada junto de dezenas de patrões dos mais variados sectores. Assim, Bagão Félix reúne cerca de 55 por cento das preferências do patronato, seguido – de longe – pela ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, a mesma que conseguiu atirar para os trabalhadores o grosso dos custos da proclamada crise, deixando incólume o grande patronato.

Fora do espectro patronal, é pelo menos curiosa uma opinião deixada por Garcia Pereira – apresentado como «especialista em Direito do Trabalho» e não como dirigente político – no caderno de Emprego do *Expresso*. Tecendo críticas, muitas vezes ferozes, ao anteprojecto, o dirigente do MRPP defende a flexibilização da lei laboral, se as empresas forem obrigadas a investir uma determinada percentagem da sua facturação na formação dos trabalhadores. Segundo Garcia Pereira, isto «minimizaria a precariedade que caracteriza a flexibilização laboral do nosso País».



Os aumentos das portagens da Ponte 25 de Abril ajudaram a derrubar Cavaco Silva. A história repete-se?

Cada vez mais contra o «Código»

Contrariamente às posições do patronato e dos seus representantes no plano político, muitos são os que contestam as medidas incluídas no novo pacote laboral do Governo de direita. Para lá dá oposição clara e firme do PCP e da CGTP, que já prometeram um intenso combate às propostas desregulamentadoras contidas no «Código do Trabalho», muitos foram já os especialistas de diversas áreas que repudiaram – uns de forma mais pontual outros mais generalizada as medidas propostas.

João Correia, vice-presidente da Ordem dos Advogados, foi uma das primeiras vozes, da área do Direito, a fazer-se ouvir relativamente ao novo «Código». Citado pelo diário *Público*, o jurista entende que a produtividade não se alcança por decreto, tendo, pelo contrário, que ser alcançada na própria empresa. «Sem trabalhadores motivados, economicamente ou por estímulos como a formação profissional, a perspectiva de carreira, a boa relação laboral ou outras motivações, não há progresso», afirmou.

João Correia considera ainda que, por absurdo, mesmo que o despedimento fosse totalmente livre e a empresa tivesse livre arbítrio para impor condições de trabalho, não seria por isso que a produtividade subiria.

António Casimiro Ferreira, sociólogo e professor da Faculdade de Economia de Coimbra, que o *Público* igualmente refere, acusa o Governo de procurar favorecer o aprofundamento do paradigma liberal e o individualismo, desvalorizando a dimensão colectiva da relação laboral. O sociólogo

entende mesmo que a discricionariedade dos patrões aumentaria e que as assimetrias e os desequilíbrios aumentariam com ela. Citado pelo mesmo jornal, Júlio Gomes, catedrático de Direito do Trabalho na Universidade Católica do Porto, afirma haver uma alteração estrutural a favor do patrão.

A CGTP afirmou, em várias ocasiões, que vai encetar todos os esforços junto de especialistas em diversas áreas para que se juntem aos que contestam o mais violento pacote laboral de sempre.

Implosão

A administração do Estoril-Sol tinha negado, há poucos meses, que estivesse em andamento qualquer negócio que pusesse em risco o futuro do hotel, mas as notícias vindas a público na semana passada confirmaram que, afinal, os trabalhadores e o Sindicato da Hotelaria do Sul tinham razão, quando se mostraram preocupados e exigiram esclarecimentos. Numa nota divulgada dia 1, o sindicato adiantou que, com as estruturas representativas dos trabalhadores da empresa, tinha solicitado já uma reunião urgente com a administração. No mesmo documento, foi afirmada a decisão de protestar contra a forma como a questão foi e continua a ser tratada, «surpreendendo os cerca de 200 trabalhadores e seus familiares». Na sequência da derrocada da actual unidade, o sindicato exige a construção de «um novo hotel no mesmo local, com o mesmo número de quartos, condição essencial para a salvaguarda dos postos de trabalho e, simultaneamente, para respeitar a importância e exigência de qualidade para a indústria do turismo nacional».

Torralta

As eleições para a CT da Torralta iniciaram-se ontem e terminam hoje, revelou a comissão eleitoral, num comunicado em que salienta que só com a unidade e organização dos trabalhadores poderá ser dada resposta firme às intenções do Governo e do patronato e desenvolvida a luta pela garantia efectiva dos postos de trabalho, com melhores salários e emprego de qualidade.

Ofensa

Durão Barroso mostrou «uma vez mais não ter postura de Estado», ao reagir com gargalhadas aos «impropérios» que, «em tom fascistóide», o presidente da Casa de Portugal em São Paulo, proferiu contra os funcionários públicos portugueses, na semana passada, perante o Primeiro-Ministro. Para a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, tal postura «ofende a dignidade dos trabalhadores» e requer «uma retractação pública» do «primeiro responsável pela Administração Pública portuguesa».

RTP

Alienar a «TV Guia», com o argumento de que «não integra as actividades estratégicas da RTP», foi uma decisão da primeira reunião do novo Conselho de Administração da televisão pública que suscitou «apreensão» por parte do Sindicato dos Jornalistas. Além de condenar o processo de tomada da decisão, o SJ contesta o fundamento, «a não ser que a estratégia da actual administração seja uma estratégia liquidatária da RTP». Foi igualmente com apreensão que o SJ reagiu à forma vaga como foi anunciada a intenção de dissolver a *Viver Portugal*.

Em defesa de salários, emprego e direitos Determinação de lutar

Trabalhadores de transportes rodoviários, da Maclellan/Autoeuropa e do Grupo Sumolis decidiram enveredar pelo caminho da luta. Esta perspectiva desenha-se noutras empresas e sectores, apesar do período de férias que se atravessa.

A greve de segunda-feira, dia 5, na Rodoviária de Entre Douro e Minho (Braga) e na Rodoviária da Beira Litoral (Coimbra), teve uma adesão de cerca de 85 por cento, informou a FESTRU/CGTP. A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos interpreta tal resultado como «demonstração clara da justiça» dos objectivos que levaram à convocação da luta e avisa, desde já, que podem ocorrer novas paralisações, no início de cada mês, até final do ano. As greves, decididas para 6 de Setembro, 4 de Outubro, 4 de Novembro e 2 e 16 de Dezembro, realizar-se-

ão «caso a gerência destas empresas, que é comum, não faça o pagamento dos salários ao fim de cada mês, conforme está estabelecido no contrato de trabalho».

A Inspeção do Trabalho não actuou na Cibal

A FESTRU solicitou, com carácter de urgência, uma reunião com o secretário de Estado dos Transportes, «porque estas empresas, sendo privadas, têm uma concessão dada pelo Governo, que tem de ser respeitada, e porque estão em causa postos de trabalho».

Na Caima Transportes, em Oliveira de Azeméis, a greve de dia 5 foi suspensa, porque os salários foram pagos no dia 31 de Julho,



Os trabalhadores não desistem de lutar por melhores condições de trabalho

informou também a federação.

Noutra nota, distribuída à comunicação social na semana passada, a FESTRU revelou que «está a desenvolver um trabalho de mobilização junto dos trabalhadores, com plenários e contactos directos». Para a federação, «tanto o PSD, como o CDS-PP usaram de má fé, demagogia e falta de honestidade política nas suas campanhas eleitorais». «Estamos convictos que só através das lutas que se adivinham conseguiremos travar as pretensões do Governo quanto à Segurança Social e às alterações à legislação laboral», afirma a nota, assinada pela Direcção Nacional da FESTRU.

Autoeuropa

Os trabalhadores da Maclellan, impedidos de entrar na Autoeuropa e ocupar os seus postos de trabalho desde 30 de Julho, decidiram realizar uma concen-

tração de protesto na sexta-feira, 2 de Agosto, junto à entrada do complexo fabril automóvel, informou o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul. Os operários pretendiam, desta forma, reclamar o pagamento dos salários de Julho e o direito a ocupar os seus postos de trabalho, onde foram colocados «trabalhadores espanhóis e contratados à hora», denunciou o sindicato.

A Ramel, empresa que veio substituir a Maclellan, não cumpriu os compromissos assumidos perante o sindicato e a Inspeção de Trabalho. «Além de não ter criado as condições para falar com todos os trabalhadores, apresentou-lhes um contrato a termo vergonhoso, perspectivas de deslocação para outros postos de trabalho, não deu garantias de pagamento do salário, pretende alterar o horário de trabalho e impor a polivalência», acusou o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, na nota divulgada dia 2.

Sumolis

Nas áreas da produção e nos armazéns, a greve de 29 de Julho na Sumolis e na Cibal teve uma adesão na ordem dos 80 por cento, segundo o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas. Em comunicado, a Direcção do sindicato saúda os trabalhadores do Grupo Sumolis «pela forte participação na jornada de luta», destacando aquelas duas unidades, e apelou ao prosseguimento do combate «em defesa de melhores condições de trabalho e remuneração», de acordo com as reivindicações aprovadas e apresentadas às administrações das empresas.

Especial protesto mereceu o facto de a Inspeção de Trabalho não ter reagido ao pedido de intervenção feito pelo sindicato, devido a um «patético comunicado da administração da Cibal», que procurava intimidar os trabalhadores dizendo que não reconhecia competência ao sindicato para convocar a greve.

Lei dos excedentes merece «chumbo»

Considerando que a lei que autoriza do Governo a criar um quadro de excedentes na Administração Pública «viola duplamente a Constituição», a CGTP informou na semana passada que solicitou ao Procurador Geral da República que requeira ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade do artigo 9.º daquele diploma.

A central, segundo uma nota do seu Departamento de Informação, demonstra que tal artigo ofende a Lei fundamental, tanto do ponto de vista formal, como material: viola a garantia de segurança no emprego, consagrada no artigo 53.º da Constituição, e desrespeita o direito de participação dos trabalhadores na elaboração de legislação.

Contra os artigos 2.º, 53.º e 277.º da Constituição, o artigo 9.º da Lei 16-A/2002 permitiria a criação de excedentes e admite «a possibilidade de redução do vencimento de exercício ou de passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração». Contra a exigência constitucional, relativamente a legislação do trabalho, a Assembleia da República não efectuou qualquer consulta pública e recusou às associações sindicais o direito de participarem no próprio processo legislativo, refere a Inter.

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, em nota igualmente divulgada dia 1, considera que o projecto de decreto-lei, já enviado para promulgação depois de aprovado o pedido de autorização legislativa, deve ser objecto de fiscalização preventiva da constitucionalidade, por parte do Presidente da República. Denuncia o SEP que, na autorização da AR, não estavam previstos os institutos públicos, que contudo surgem no diploma do Governo. Invoca ainda o DL 535/99, numa leitura conjugada com o acórdão N.º 303/90 do Tribunal Constitucional.

«MGlass» falsificado

Para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, «o facto de terem vindo a público suspeitas sobre o procedimento fraudulento da utilização da marca MGlass é mais que suficiente para os organismos estatais competentes iniciarem um processo que clarifique, sem margem para dúvidas, o procedimento das empresas ou das entidades» eventualmente envolvidas no processo referido por um empresário da Marinha Grande, no dia 30 de Julho.

O STIV/CGTP nota que quem se movimenta nos meandros do sector cristaleiro tinha «conhecimento dos rumores sobre tráfico de vidro dos países de Leste, que entra em Portugal e é transformado em produto com a marca MGlass», mas «ainda ninguém tinha vindo a público» de forma tão explícita. O sindicato quer saber que atitude tomará o Governo face ao que poderá ser «o maior escândalo empresarial» daquele sector.

O fim das mordomias ou mera propaganda

«A propagandea intenção de «disciplinar regalias suplementares» nos serviços e fundos autónomos é para levar a sério?» A dúvida foi novamente colocada, antontem, pela Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública, que encarou com «grande estranheza» o facto de o Governo ainda não ter solicitado o parecer sindical sobre o decreto-lei aprovado, na generalidade, pelo Conselho de Ministros na semana passada, com o anunciado objectivo de pôr fim a mordomias existentes sem cobertura legal.

Para a FNSFP/CGTP, «tal omissão suscita o questionamento redobrado» sobre se se trata de «uma intenção conseqüente ou, se pelo contrário, estamos face a uma mera operação de propaganda, em nome da boa gestão dos dinheiros públicos, para deixar tudo na mesma e desviar as atenções dos problemas, como a fraude e a evasão fiscais, os aumentos de preços

de bens essenciais, a injusta distribuição do rendimento nacional e os favorecimentos do Governo PSD-CDS aos interesses do grande capital».

No próprio dia 1, reagindo à notícia sobre a decisão do Conselho de Ministros, a FNSFP recordou que sempre condenou a atribuição das tais «regalias suplementares», atribuídas sem base legal e pagas pelos impostos de quem trabalha. A federação manifestou desconfiança quanto às reais intenções do Governo, pois este não responsabiliza quem deu cobertura às mordomias e admite que estas possam surgir «sempre que tal se justifique».

Prova clara

A FNSFP expressou «o mais vivo repúdio» pela intenção de entregar a um banco internacional a gestão do Fundo de Capitalização

da **Segurança Social**, expressa sexta-feira por Manuela Ferreira Leite ao «Diário Económico». A federação, num comentário divulgado nesse dia à comunicação social, realça que o referido Fundo «tem uma carteira de 4,34 mil milhões de euros (870 milhões de contos), provenientes dos descontos e contribuições efectuados sobre os salários dos trabalhadores». Chama ainda a atenção para o facto de a própria ministra das Finanças reconhecer que tal opção terá um custo elevado para o Fundo.

«Fica assim cada vez mais claro que a equipa governativa do CDS-PSD para a Segurança Social, chefiada por Bagão Félix, é uma verdadeira gestora dos interesses financeiros do capital nacional e internacional, entregando-lhes de bandeja a gestão dos fundos da Segurança Social, com riscos e custos elevados», conclui a federação.



A juventude voltou a marcar presença na Festa da Unidade, que se realiza ininterruptamente há mais de vinte anos



Centenas de pessoas na Festa da Unidade em S. Pedro da Cova

Afirmção de força e influência

Promovida pela Comissão de Freguesia de S. Pedro da Cova do PCP, a Festa da Unidade voltou a ser uma grande afirmação do Partido.

Espaço de reencontro e de convívio fraternal, que se realiza ininterruptamente há mais de vinte anos, a Festa da Unidade foi ainda um testemunho claro da capacidade de mobilização do PCP e do empenhamento dos seus militantes.

Ponto alto no decurso dos dois dias em que decorreu a Festa, por onde

passaram centenas de pessoas, foi o momento dedicado

A política do Governo tem efeitos nefastos sobre os trabalhadores e a economia

às intervenções políticas. José Alves, membro da Comissão de Freguesia do PCP e presidente da Junta de Freguesia, realçou no seu discurso a importância da conquista daquele órgão autárquico ao PSD nas últimas eleições e o que isso repre-

senta em termos de mudança na vida das populações.

Ao camarada Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, coube, por sua vez, falar da situação política actual, nomeadamente da actual ofensiva levada a cabo pelo Governo PSD/PP. Por si realçados foram sobretudo os aspectos relacionados com o desenvolvimento das políticas de direita, particularmente visíveis no plano das suas intenções de alterar a legislação laboral e a Segurança Social.

Depois de chamar a atenção para os efeitos nefastos

resultantes da concretização de tais políticas sobre os trabalhadores e a economia, Agostinho Lopes apelou à participação e envolvimento activo dos comunistas na mobilização de um forte movimento popular que trave os intentos dos partidos de direita.

Numa referência às questões da vida interna do PCP, depois de salientar o papel e importância do Partido, o dirigente comunista reiterou a ideia de que a discussão interna deve ser encarada segundo as regras e princípios aprovados em Congresso.

Comunistas de Castelo Branco alertam

Governo está a votar distrito ao atraso

A Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, avaliando a governação PSD/PP, considera que todas as promessas eleitorais feitas por aqueles partidos foram «para o caixote do lixo» e que, passados estes quatro meses, as consequências do que apelidam de política de «terrorismo económico, social e laboral» estão a fazer-se sentir de «forma dramática» sobre o distrito, os trabalhadores e o aparelho produtivo.

Fundamentando a sua afirmação, em comunicado onde acusam o Governo de estar a «destruir a riqueza do distrito», condenando-o ao «atraso e à desertificação» humana, os comunistas de Castelo

Branco lembram a propósito o facto de nos últimos meses terem encerrado 15 empresas, a par da destruição de cerca de dois mil postos de trabalho.

Em paralelo com esta situação, lê-se na nota aos órgãos de comunicação social, mais de dois mil trabalhadores vivem a angústia da incerteza quanto ao futuro das empresas em que laboram, confrontando-se, ao mesmo tempo, tal como os restantes trabalhadores, com o «ataque despojado» aos seus direitos sociais e laborais.

Tudo isto, acusa a DORCB, em simultâneo com um «discurso da crise» que mais não visa do que a manutenção dos baixos salários e a «diminui-

ção de direitos nas muitas empresas que se encontram em boa situação económica e financeira».

Uma situação que só não é mais grave, segundo os comunistas, «porque os trabalhadores com alto sentido de responsabilidade tudo fazem para defender as empresas, os seus postos de trabalho e os seus direitos», como bem ilustra, por exemplo, o comportamento das trabalhadoras da Carvest.

Depois de afirmar a inutilidade do grupo de trabalho entretanto criado no âmbito do governo civil, o qual, do seu ponto de vista, apenas serve para «dar cobertura à má-fé do Governo», a DORCB exige a concretiza-

ção de um «Plano de Emergência» para o distrito que inscreva nos seus objectivos, especificamente, a mobilização do investimento público e privado, a defesa do sector têxtil, a diversificação do tecido produtivo, a conclusão integral do regadio da Cova da Beira e o desenvolvimento do sector florestal.

Prioritário, para os comunistas de Castelo Branco, é ainda a melhoria das acessibilidades, nomeadamente através da renovação da linha ferroviária da Beira Baixa, da modernização da ligação rodoviária do distrito a Coimbra e ao Porto, e, bem assim, da manutenção da circulação sem portagens no IP2 e IP6.

Lei torpedeada nos Açores

O Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores solicitou ao Tribunal de Contas que se pronuncie sobre a legalidade de afectação de capitais públicos à realização de propaganda, que considera vazia de informação, tal como acontece com o boletim «Reconstruir», da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos - Centro de Promoção da Reconstrução.

No texto dirigido ao Juiz Conselheiro da Secção dos Açores, José Decq Mota, presidente do grupo comunista, assinala que mais de 50 por cento do conteúdo do número de Julho daquele boletim é «pura propaganda», o que, sendo uma prática admissível por parte de um partido político quando em plena campanha eleitoral, já se afigura «reprovável e politicamente inaceitável» quando protagonizado por uma Secretaria do Governo Regional.

«Um atropelo à Lei» acusa o PCP

Câmara de Cascais censura Festa

A Câmara Municipal de Cascais, num gesto ilegal e antidemocrático, retirou materiais de propaganda da Festa do Avante! expostos em vários locais do concelho. Um procedimento que mereceu já uma posição de veemente repúdio por parte da Comissão Concelhia de Cascais do PCP, que acusa António Capucho e a Câmara Municipal de terem um comportamento abusivo, em manifesto «desrespeito pelas regras democráticas».

Os comunistas de Cascais vão mesmo mais longe e afirmam estar-se em presença de «um atropelo à Lei e ao Regulamento Municipal de Publicidade».

E em comunicado aos órgãos de informação explicam porquê, lembrando, a propósito, ter o PCP informado por carta a autarquia quanto aos locais onde iria ser afixada a propaganda, como exige a lei.

Refere ainda a Concelhia de Cascais do PCP que o referido Regulamento Municipal de Publicidade no seu artigo 3.º exclui da necessidade de licenciamento as mensagens sem fins comerciais, nomeadamente políticas, sindicais e religiosas.

Por isso, sublinham, só pôde tratar-se de «um acto deliberado para que os trabalhadores e a população do concelho não tomem conhecimento de uma iniciativa de tão grande envergadura realizada pelos comunistas como é a Festa do Avante!»

A Concelhia de Cascais do PCP, no seu comunicado, informa ainda ter já diligenciado junto da Câmara no sentido de que seja «reposta a legalidade», expressando simultaneamente o desejo de que «actos como estes não se repitam.»

Viana do Castelo Em defesa das populações

A actividade partidária e a actual situação política dominaram a agenda da mais recente reunião do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo (DORVIC) do PCP, que concluiu pela necessidade de intensificar a oposição à política de direita e reforçar a acção e o papel dos comunistas no apoio à luta das populações e dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.

Em comunicado onde divulgam as conclusões da sua reunião, realizada no passado dia 31 de Julho, a DORVIC começa por salientar que da análise efectuada resultou a confirmação de todas as preocupações já anteriormente expressas na Assembleia Regional do PCP.

Da actuação do Governo PSD/PP, referem, o dado mais saliente a reter prende-se com a tentativa de «empolar e dramatizar a situação financeira e orçamental do País», com o objectivo de instaurar um clima «propício ao incremento de medidas gravosas para os trabalhadores e as populações».

Perante um tal quadro, para os comunistas de Viana do Castelo, não há outro caminho que não seja o da luta, visando, nomeadamente, travar o Governo nos seus intentos de «remodelar a legislação laboral e promover a desregulamentação dos contratos de trabalho», bem

como no seu propósito de «aumentar a precarização no mercado de trabalho e agravar a «flexibilização» nos horários, em prejuízo sempre dos trabalhadores».

Anunciada pela DORVIC foi ainda a sua oposição firme às medidas divulgadas pelo ministro Valente de Oliveira que prevêem a instalação a partir de 2004 de portagens nas denominadas SCUT (entre as quais o ICI Porto-Viana do Castelo, que irá no futuro até Caminha), anulando decisões do anterior governo e esquecendo promessas do actual Primeiro-Ministro.

Exigido pelos comunistas, noutro plano, é que as decisões do Executivo para a «tomada de medidas para a efectiva descentralização do país» correspondam a efectivas atribuições e competências para o poder local e sejam acompanhadas das necessárias transferências financeiras.

Nesse sentido, advogam, importa alterar a legislação que criou os sistemas municipais (uma vez que estes retiram aos municípios competências essenciais, como o fornecimento de águas e o tratamento de esgotos e lixo), por forma a possibilitar que a maioria do capital social das empresas a quem tais serviços foram concessionados «passe maioritariamente e de forma clara a ser das autarquias locais».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Américo Bastos Silva

Faleceu, no passado dia 28 de Julho, o camarada Américo Bastos Silva, residente em São Paio do Candelo. O camarada militava na organização da freguesia de Candelo, sendo muito querido e respeitado quer pelos seus camaradas quer por quantos o conheciam.

Noé Lousa Aniceto

Faleceu, no passado dia 22 de Julho, com 81 anos de idade, o camarada Noé Lousa Aniceto, operário fabril. O camarada militava na organização da freguesia de S. Julião do Tojal.

Norberto Antunes Martins

Após doença prolongada, faleceu no passado dia 2 de Agosto, com 71 anos de idade, o camarada Norberto Antunes Martins. Reformado do Arsenal do Alfeite, encontrava-se organizado na freguesia da Cova da Pídedade.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ALGARVE

Não às portagens

As Comissões Concelhias de Faro e de Olhão do PCP estão contra a instituição de portagens na Via do Infante, na medida em que agrava as condições de vida dos portugueses, impede o desenvolvimento económico do Algarve e prejudica as empresas da região que, predominantemente turísticas, já hoje estão a viver uma situação económica difícil. Para as Concelhias do PCP, as portagens, a serem impostas, irão ainda agravar a perigosidade rodoviária, pois empurra milhares de veículos, automóveis ligeiros e frotas de mercadoria, para trajectos complementares, como a já congestionada Via 125.

LISBOA

Contra novos aumentos

O aumento dos preços dos transportes, no dia 1 de Agosto, vai apenas servir para aumentar a inflação que «não pára de comer o poder de compra de quem vive do trabalho, reforma ou pensão», alerta por sua vez a Direcção da Organização de Lisboa. De facto, em apenas seis meses, o Governo agravou em 9% os preços dos transportes e em 6% o custo dos passes sociais, numa clara cedência aos proprietários das empresas rodoviárias, mostrando que afinal os apregoados «benefícios» da privatização se traduzem, afinal, pela restrição cada vez maior ao direito ao transporte, diz a DORL que, em defesa do direito ao transporte, lembra a proposta de alargamento das coroas dos passes sociais que o PCP apresentou na Assembleia da República e apela à luta contra a política de «descalabro social» em curso.

RIO MAIOR

Uma lógica economicista

O encerramento, na passada quinta-feira, do Centro de Saúde de Rio Maior, no período das 24 às 8 horas, apenas obedece a uma lógica economicista, denuncia a Comissão Concelhia de Rio Maior do PCP em comunicado à população. Mais, ele contraria as promessas que, na altura da sua inauguração, fora feitas pelos então governantes no sentido de o dotar de equipamentos e meios humanos com vista ao melhoramento das condições de acesso aos cuidados de saúde. «Passados estes anos, e apesar de requerimentos e moções apresentados por eleitos do PCP e da CDU, tudo continua na mesma», prossegue a Concelhia de Rio Maior que, ao lado da população, exige o cumprimento do direito de acesso a cuidados de saúde de qualidade.

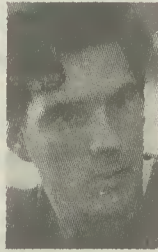
ALMADA

Não aos aumentos

Os comunistas de Almada tornaram público o seu repúdio pelo mais recente aumento de preços dos transportes públicos. Em comunicado, assinado pelo Executivo da Comissão Concelhia da Almada do PCP, manifestam o seu descontentamento pelo facto de o Governo, pela segunda vez este ano, ter dado o seu aval às empresas de transportes de passageiros para aumentarem os bilhetes e os passes sociais. «De forma oportunista, quando a maioria dos utentes se encontra de férias, as empresas transportadoras desferem mais um golpe àquele que deveria ser um serviço público», salienta aquele organismo do PCP, que recorda terem sido simultaneamente reduzidas as carreiras e os horários de circulação. Sublinhada pelos comunistas de Almada é ainda a circunstância de este aumento não corresponder a qualquer melhoria da qualidade do serviço prestado. «Bem pelo contrário», observam, fazendo notar que as empresas «continuam a adquirir material em segunda mão de outros países, renovando-lhes a "cara", sem garantia de segurança ou da qualidade dos veículos».

Agosto, mês de luta

O Governo do PSD/PP, à semelhança dos seus antecessores do PS, procura aproveitar o tradicional período de férias para introduzir profundos retrocessos aos direitos de quem trabalha.



Paulo Raimundo
Membro
da Comissão
Política do PCP

Falo em praticamente todas as direcções (com honrosa excepção aos direitos e aos lucros do capital), sendo os trabalhadores o seu alvo, visando preferencialmente alterações aos direitos laborais, a segurança social, a educação e a saúde públicas.

O Governo procura abrir caminho à privatização de tudo e de todos, seguindo a ideia de que o trabalhador tem todos os deveres perante a sociedade e que o único direito que lhe está adquirido é o de pagar, e

O intensificar da política de direita aliada ao discurso da crise, de que os partidos que sustentam o Governo são co-responsáveis, provoca uma das mais básicas contra-dições do sistema capitalista: roubam-se os direitos da maioria (ou seja, de quem trabalha), baixam-se os salários, aumentam-se os preços dos serviços e dos bens essenciais e depois, claro, quem não tem dinheiro não pode comprar, não comprando não há consumo e escoamento da produção (praticamente toda ela

estrangeira) e dá-se então a tão malvada crise. Vem a seguir a solução apresentada pelo sistema como forma de atenuar o problema: despedem-se milhares de trabalhadores (que

isto da crise afecta sempre os mesmos), retiram-se mais direitos, flexibilizam-se os horários, os direitos e a vida dos trabalhadores, tudo a bem da manutenção dos lucros do capital.

Outra questão que Durão Barroso e Paulo Portas não tiveram em conta relaciona-se com o facto de as suas propostas, por serem tão claras (aqui

Está um aspecto que os diferencia do anterior Governo) e tão graves, terem levado todos aqueles que vão de férias a não irem descansados. Pelo contrário, o conteúdo negativo de tais propostas impõe que estejam atentos, preocupados e dispostos a dar combate as estas propostas. O mês de Agosto, tradicionalmente um mês de férias, começa assim a ganhar contornos ligeiramente diferentes: um mês de revitalizar forças para um novo ano de luta. As condições de vida das pessoas deterioraram-se mesmo em período de férias, os direitos de quem trabalha têm de ser hoje garantidos para que amanhã possa haver um «novo e justo período de férias».

Pela nossa parte tudo faremos para dar combate às intenções do Governo. É necessário para isso distribuir esforços e meios para que mesmo nesta altura façamos chegar mais longe e a mais gente as propostas do Partido e preparar desde já e em todas as frentes a luta social. A Festa do Avante!, espaço privilegiado de convívio, mas também de impulso para a luta, deve merecer da nossa parte uma atenção redobrada, nomeadamente no que toca à sua divulgação, venda da EP, implantação e preparação do seu funcionamento. Ganha ainda especial relevo nesta altura, pelo papel que tem e pelo contributo que certamente dará à dinamização da luta e ao reforço do Partido, a realização do 7.º Congresso da JCP. Sob o lema «Transformar é Possível», marcado para 2 e 3 de Novembro, em Setúbal, decorre desde já a sua preparação.

A realização este ano de vários Encontros Regionais e Assembleias sectoriais que muito contribuíram para a nossa reflexão nas mais diversas áreas e constituíram momentos de aprofundamento da nossa democracia interna, a dinamização de doze acampamentos da JCP no passado mês de Julho, a realização de dezenas de iniciativas de convívio e de contacto com a juventude (destacando aqui a realização de 14 festivais regionais de bandas, para o palco Novos Valores para a Festa do Avante! e a participação organizada nos principais festivais de música), constituíram factores importantes de preparação do Congresso e de afirmação da JCP e do Partido.

A par desta intensa actividade, que demonstra que os comunistas que também indo a banhos não estão em «banho maria», está em curso desde meados de Julho até Outubro a discussão do projecto de resolução política com o objectivo de ser melhorado através do debate por forma a que traduza a vontade colectiva dos militantes da JCP.

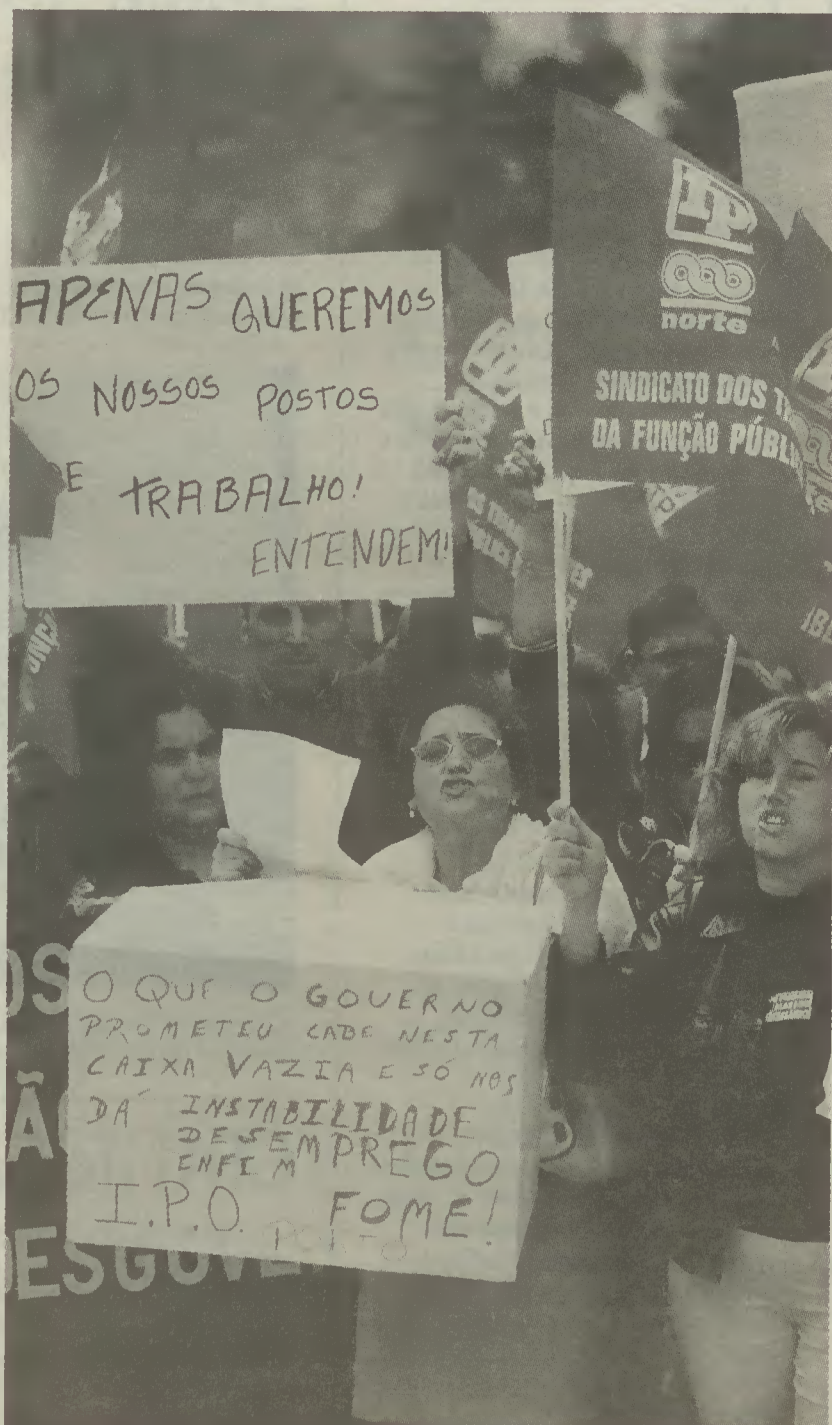
É com esta vontade e entusiasmo com que os jovens comunistas estão na vida, com grande orgulho no seu Partido, que vamos combater estas e todas as políticas que sejam contra os interesses dos trabalhadores e da juventude. Porque transformar é possível.

Vamos ao trabalho porque a política de direita há demasiados anos que não vai de férias.

“À luta,
porque transformar
é possível”

neste campo tanto faz ser uma portagem de uma auto-estrada, ou a saúde ou a educação.

Há no entanto alguns erros nos cálculos do Governo (para não falar já dos erros sobre o défice, porque sobre esse assunto ninguém se entende, nem o Governo, nem o PS, quer no que toca a números, quer em responsabilidades).



O Nordeste na Festa

• José Brinquete

Em cada ano a organização dos comunistas do distrito de Bragança procura levar à Festa do *Avante!* uma significativa mostra da realidade deste Nordeste, vencendo os cerca de 1200 quilómetros (ida e volta) que separam a Atalaia de Bragança. Ao contrário do que muito «boa» gente pretende fazer crer, tentando que os seus desejos se tornem realidade, os comunistas não perdem qualidades quando acreditam no seu ideal, designadamente na luta como elemento transformador da realidade social e no seu projecto de sociedade: a construção do socialismo. É com este espírito que por estas paragens, um colectivo de militantes e amigos do Partido já trabalham há cerca de dois meses para que a sua representação nesta edição da Festa supere as anteriores. Convictos de que a Festa do *Avante!* 2002 será a melhor,

Festa uma exposição de fotografias de gaitas e gaiteiros, a actuação regular de um grupo de gaiteiros da aldeia de Varge, a venda de gaitas de fole e caixas (da autoria do gaiteiro e construtor de gaitas do planalto mirandês, Ângelo Arribas) e de dois painéis a óleo (2mx1,5m) dos artistas plásticos brigantinos Ofélia Marrão e Luís Benites.

Aliás, ao referir este dois artistas plásticos deve-se sublinhar que a sua participação muito prestigia este ano a participação de Bragança, não só pelos dois painéis alusivos «aos tons culturais do Nordeste», mas também porque Ofélia Marrão ofereceu ao PCP mais dois quadros a óleo versando o tema a Festa, que irão estar à venda no pavilhão do artesanato. Por outro lado, ambos os artistas conceberam o desdobrável deste ano, que pretenderá promover e divulgar o espaço de Bragança.

Produtos rurais

No entanto, a delegação cultural que irá à Festa representar o Nordeste não se fica pelo que está dito. Também lá estarão os Caretos de Podence, o Teatro em Movimento e o grupo de fados «Som do Silêncio» (grupo de fados constituído por quatro jovens de 20 anos cada: uma voz feminina, uma guitarra portuguesa e duas violas). Trata-se pois de uma significativa participação a nível cultural, que os 1200 quilómetros de distância não impedem de participar com todo o entusiasmo, na grande festa nacional da música e da cultura, que é a Festa do *Avante!*.

Ainda dentro deste grande objectivo (representar e promover o Nordeste Transmontano), quem visitar o espaço de Bragança poderá ainda degustar iguarias ou adquirir produtos da região, designadamente, a gastronomia, com a posta mirandesa, a feijoada transmontana, o pernil fumado e as alheiras da Terra Fria, sempre acompanhadas de pão de trigo e centeio, de azeitonas de freixo e dos magníficos vinhos da região; os produtos da terra, com o azeite de Vila Flor, o mel do Parque de Montesinho e da Terra Quente, o queijo de ovelha Churra «Terrincho» e uma garrafeira especial de vinhos de marca, do Douro superior; o artesanato com as máscaras de madeira de Ouzilhão e de lata de Varge, as tapeçarias de Lamas de Ourilhão, as latoarias e cestaria de Cídoes, os instrumentos musicais de Nogueira, os linhos naturais, as sedas de Freixo de Espada à Cinta, a cutelaria de Palaçoulo, entre muitas outras peças raras dos nossos artesãos.

Numa palavra, a representação de Bragança, na 26.ª Festa do *Avante!* pretende tão somente dar o seu modesto contributo para que a Festa continue a oferecer aos milhares de visitantes um espaço de convívio, amizade, juventude, liberdade, cultura, solidariedade e intervenção. Depois desta breve descrição informativa, resta lembrar um pensamento transmontano, dedicando-o a todos os visitantes da Festa: «... onde descansam invernos e se inventa a amizade há sempre oportunidade de conhecer outras gentes, outras terras, outros mundos e, a nossa comida... Se passares por aqui e quiseres comer do nosso pão e beber do nosso vinho... A nossa mesa é tua!...»



naquela perspectiva que o que está para trás foi muito bom mas é possível fazer sempre melhor.

Gaita de foles

Todos os anos é escolhido um tema de raiz etnográfica como elemento decorador do espaço de Bragança. Assim, já foram elemento de decoração entre outros: a construção rural transmontana, o castanheiro e a castanha, o património construído ou, como foi o caso do ano passado, os pombais do Nordeste, inclusive com a construção da réplica de um pombal, que na opinião de inúmeros visitantes muito valorizou a Festa. Este ano os elementos decorativos do espaço reservado ao distrito de Bragança serão os gaiteiros e as gaitas de foles. A gaita de foles e os gaiteiros são um elemento marcante das terras do Nordeste Transmontano. A existência deste instrumento nesta área geográfica julga-se ter origem com as migrações célticas. O instrumento é constituído basicamente por quatro partes fundamentais: o role, a ponteira, o roncão e o assoprete. Pretendendo tratar o tema com um mínimo de credibilidade, tal como ele merece, a organização no espaço de Bragança proporcionará ao visitante da

«Os Verdes» denunciam irregularidades ambientais em Gaia

PEV contra poluição nas praias

«Os Verdes» organizaram uma visita aos esgotos a céu aberto na zona da Aguada para denunciar «irregularidades ambientais» imputadas à Câmara de Gaia e ao Ministério do Ambiente.

«Pretendemos trazer ao conhecimento público irregularidades e situações francamente negativas para a saúde pública e o ambiente», afirmou, na passada semana, em conferência de imprensa o dirigente nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV), Celso Ferreira.

A visita a Gaia foi, segundo o ecologista, «fruto de um trabalho do Colectivo Geral do Porto do PEV», que está a fazer um levantamento e irá apresentar o «número exacto das irregularidades ambientais». «O problema não existe só em Gaia, em Viana do Castelo é idêntico. Isto é uma pequena amostra de um universo infelizmente muito maior», acrescentou.

Celso Ferreira afirmou que «ao longo de quatro quilómetros foram encontrados seis pontos poluentes», considerando os esgotos a céu aberto nas praias de Rio Largo, da Meia Laranja, da Granja e a Sul da Estação Litoral da Aguada os «pontos mais negativos».

O dirigente do PEV atribuiu a responsabilidade por esta situação «realmente preocupante» à Câmara Municipal de Gaia e ao Ministério do Ambiente e anunciou que vão ser entregues dois requerimentos, na autarquia e no Ministério. «Vamos alertar e responsabili-

zar a Câmara Municipal e a Empresa Municipal Água de Gaia, que é a principal responsável, porque não trata esses esgotos a céu aberto, e o Ministro do Ordenamento e Território e Ambiente», garantiu Celso Ferreira.

O problema não existe só em Gaia, em Viana do Castelo é idêntico

Além da entrega dos requerimentos, Celso Ferreira anunciou que o PEV vai empreender uma «campanha de sensibilização ambiental direccionada às pessoas que frequentam as praias, para não as sujar e para não frequentarem as que não estão em condições».

O dirigente do PEV frisou, no entanto, que «o problema não passa unicamente pela consciência das pessoas». O ecologista referiu que há «alguma discriminação na atribuição das bandeiras azuis» e afirmou que «não entende como é que algumas praias têm bandeira azul e outras imediatamente a seguir não têm, uma vez que estas praias vão interferir nas que têm bandeira azul».

Críticas a Santana Lopes

O Partido Ecologista «Os Verdes» foi ao Parque Mayer para mostrar que nada mudou neste espaço desde o início da presidência do PSD da Câmara Municipal de Lisboa.

A recuperação do Parque Mayer foi um dos estandartes eleitorais da campanha autárquica de Pedro Santana Lopes, que garantiu que dois meses de tomada de posse e mais seis meses para chegar a acordo com os proprietários seriam suficientes para recuperar o recinto.

Mas «o compromisso em relação à moribunda catedral do teatro da revista» ficou por cumprir, afirmou no domingo a deputada dos «Verdes» Isabel de Castro, lamentando que o espaço se tenha transformado num «parque de estacionamento». «O Parque Mayer deve ser revitalizado como pólo de animação», defende a deputada, propondo que se mantenha o teatro de revista a par de outras ofertas culturais e de lazer.

Isabel de Castro listou uma série de iniciativas e problemas que Santana Lopes se propunha resolver em altura de campanha, fazendo uma avaliação dos primeiros seis meses do actual elenco camarário. «Não passaram de palavras sem obras, tiros sem bala» criticou a deputada, reportando-se às expectativas geradas em torno do social-democrata Santana Lopes «e a sua dinâmica equipa».

Seis meses depois da tomada de posse do executivo camarário, a única coisa que foi concretizada, defendeu Isabel de Castro, foi «um imenso negócio»: o acordo da Câmara com o Sporting e com o Benfica que permitiu resolver os problemas financeiros de dois grandes clubes à custa do sacrifício de duas importantes infra-estruturas para a cidade e os lisboetas.



«O compromisso em relação à moribunda catedral do teatro da revista» ficou por cumprir, afirmou a deputada dos «Verdes» Isabel de Castro

CDU de Sintra contesta Governo

A CDU de Sintra criticou na passada semana o ministro das Obras Públicas por defender o pagamento de portagens na CREL e suspender a construção do IC16/IC30 e afirmou que estas medidas penalizam fortemente a população do concelho.

A CDU refere, em comunicado, que o IC16 e o IC30 são vias fundamentais para o des-

congestionamento do concelho e «não podem continuar a ser sistematicamente adiadas», tal como as obras de alargamento do IC19.

A Lusa contactou com a Câmara Municipal de Sintra para saber qual a posição do presidente Fernando Seara, do PSD, que escusou pronunciar-se por considerar que é prematuro falar sobre o assunto.

Pensões privadas

Concorrência ou lucro?

Num documento enviado à Comissão Europeia, os maiores bancos e seguradoras da Europa exigem a criação de um mercado único de pensões privadas em toda a União.

Os gigantes financeiros, representados na Mesa Redonda de Serviços Financeiros Europeus, alegam que é necessário introduzir maior concorrência no mercado dos fundos de pensões, propondo que os

Quinze harmonizem a legislação fiscal e permitam a livre contratação transfronteiriça.

Estas medidas são apresentadas como fundamentais para a promoção deste tipo de produto, o qual, afirmam, «será cada dia mais necessário» para que «os trabalhadores complementem a sua reforma pública com um fundo privado, se quiserem manter o seu nível de vida depois de terminarem a sua vida laboral».

Os grandes banqueiros mostram assim grande certeza de que no futuro próximo os sistemas públicos irão reduzir as suas presta-

ções e citam o Eurostat, cujos cálculos apontam de facto para um aumento progressivo do número de pensionistas relativamente à população activa. O gabinete de estatística europeu diz mesmo que se actualmente, por cada pensionista, existem 2,6 trabalhadores no activo, dentro de 38 anos esta relação será de um por apenas 1,4.

Esta situação, que deverá naturalmente preocupar as sociedades e os governos, é no entanto encarada como a grande oportunidade para a alta finança europeia, que há muito deseja a destruição dos sistemas públicos e a reprodução dos esquemas privados norte-americanos no continente europeu.

Obviamente, o pacote de propostas enviado à Comissão não visa o reforço dos sistemas públicos, mas a sua descapitaliza-

ção e enfraquecimento. Designadamente, é pedido que em toda a União fiquem isentos de impostos as remessas para fundos privados, o património formado, bem como o resgate final; que se permita a livre transferência dos fundos de um país para outro da UE; e que seja dada total liberdade aos bancos e seguradoras para investirem os recursos onde bem entenderem, eliminando-se as actuais restrições às aplicações de alto risco.

Com estas reivindicações, as grandes instituições financeiras têm como objectivo a generalização dos chamados planos de reforma e contam com as suas vastas redes comerciais transnacionais para dominarem o mercado. De resto, um mercado único europeu só lhes traria vantagens uma vez que, operando com volumes significativamente maiores, poderiam reduzir custos e aumentar lucros. O risco, esse ficaria todo por conta de quem lhes confiou uma vida de poupanças na expectativa de uma reforma descansada.

Turquia abole pena de morte

O Parlamento turco aprovou na passada sexta-feira um projecto de lei que abole a pena de morte em tempo de paz. Esta foi a mais importante do conjunto de reformas que os deputados examinaram com vista a aproximar a legislação do país às exigências da União Europeia, onde se incluem igualmente novas garantias de respeito pelos direitos humanos e o reconhecimento da liberdade de expressão e de ensino em outras línguas para além do turco, medida dirigida ao povo curdo que repre-

senta um quinto da população da Turquia.

A lei agora aprovada na generalidade, deverá abranger o líder curdo Abladá Ocalan, condenado à pena capital depois de ter sido capturado há três anos por um comando militar. No entanto, o Partido de Acção Nacional, de extrema-direita, que integra a coligação governamental tripartida e votou contra o projecto de lei, pretende que a sentença seja aplicada a Ocalan, apesar deste continuar a aguardar que o Tribunal Europeu de Direitos Hu-

manos se pronuncie sobre o seu recurso.

O governo turco pretende que o programa de reformas seja aprovado antes das eleições legislativas marcadas para Novembro deste ano e, sobretudo, antes da Cimeira dos Quinze de Copenhaga, onde será discutido o calendário de ampliação da União Europeia.

A Comissão Europeia acolheu com satisfação as reformas aprovadas pelo parlamento turco, considerando-as como «passos significativos para uma melhor protecção dos direitos humanos e das minorias na Turquia».

Uma lei para Berlusconi

A coligação de centro-direita no poder em Itália conseguiu aprovar uma lei que autoriza a transferência de processos judiciais para outro juiz caso exista suspeita de parcialidade do magistrado, diploma que na prática se destina a dar impunidade ao primeiro ministro Silvio Berlusconi.

É de resto a própria maioria governativa que explica que a lei irá proteger o magnata italiano da manipulação política que alegadamente algumas magistraturas exercem, designadamente a de Milão, classificada de «esquerdista», pelos religiosos de Il Cavaliere,

como é conhecido Berlusconi. Porém, a coligação não escondeu algum incómodo no dia do debate, tendo impedido que este passasse em directo na televisão como estava previsto.

Recorde-se que contra Silvio Berlusconi decorrem actualmente quatro processos-crime relacionados no seu vasto império empresarial. Na SME, sociedade alimentar que o seu grupo Fininvest comprou em 1985, está acusado de corrupção e suborno a juizes de Roma. O processo foi instaurado em 1996 e está em curso no Tribunal de Milão. A sua transferência

para outro tribunal permitiria atingir o prazo de prescrição que na Itália é de sete anos. Outras acusações pendem sobre o magnata na Fininvest (contabilidade falsa); Telecinco (evasão fiscal); e no AC Milan, onde é acusado de ter comprado com dinheiro sujo um jogador do Milão, falsificando a contabilidade do clube que é propriedade sua.

Até ao momento, Berlusconi foi declarado culpado várias vezes em outros casos mas nunca chegou a cumprir pena de prisão, tendo sempre apelado das sentenças e acabado por beneficiar da prescrição dos delitos.

A reforma dos tratados

A reforma dos Tratados é uma das questões centrais em debate na UE. Recorde-se que se trata da quarta alteração aos Tratados desde a adesão de Portugal em 1986, que concretizaram sucessivos avanços de orientação federalista, sempre ao sabor dos interesses das grandes potências, sem que alguma vez se tenha realizado um sério e participado debate nacional sobre as suas consequências e sem que a vontade do povo português quanto a estas opções tenha sido alguma vez expressa.

As actuais negociações serão marcadas, até ao fim do ano, pela realização das eleições legislativas na Alemanha e na Suécia, em Setembro. Pelo novo referendo do Tratado de Nice na Irlanda, em Outubro. Ou pela Cimeira da NATO, em Praga, em Novembro. Deste complexo quadro de negociações, poderemos salientar algumas das ideias que as caracterizam e procuram condicionar.

Os objectivos avançados pelos representantes dos grupos económicos das grandes potências e pelas forças políticas que lhes dão expressão e que dominam a actual «integração europeia» vão no sentido do aprofundamento das orientações federalista, neoliberal e militarista – na direcção da criação de um bloco político, económico e militar.

Neste quadro, as grandes potências da UE procuram encontrar compromissos que, permitindo ultrapassar rivalidades e salvaguardar interesses, lhes assegurem um lugar na liderança do processo e o domínio sobre os restantes países – o que pressupõe uma maior transferência de soberania dos Estados para a União Europeia.

Responsáveis estatais dos «pequenos» e «médios» países, sem colocarem em questão a transferência de mais soberania para a UE, procuram assegurar uma repartição do poder menos desfavorável, colocando-se numa lógica, designada por alguns, de «mal menor».

Assume particular significado que, ao mesmo tempo que se avança para uma maior transferência de competências e para o reforço das instituições da UE, alguns apontem a diminuição ou manutenção do orçamento comunitário numa UE alargada. Ou seja, coloca-se como premissa a centralização da decisão política ao nível da UE e aponta-se a sua execução e financiamento a nível nacional, reforçando desta forma a posição das grandes potências.

Por outro lado, colocam-se novos e significativos avanços na integração federalista sem que seja realizado o balanço da actual «integração europeia», das políticas comunitárias e suas consequências – o que

naturalmente evidenciaria o seu carácter de classe. Sem que seja realizado o balanço dos dezasseis anos da participação de Portugal na UE (dirigidos por governos do PSD, do PS e agora do PSD/CDS-PP), das profundas consequências para o sistema produtivo nacional e para a assunção plena da nossa soberania – um balanço que evidenciaria como a política de direita se apoiou nas políticas, orientações e contexto comunitário. Por isso, se procura separar o debate em torno da arquitectura institucional do conteúdo e consequências das actuais políticas desenvolvidas ao nível da UE.

Ou seja, procura-se apresentar a actual «integração europeia», como a única possível, logo inevitável. Por isso, se procura caricaturar as posições políticas daqueles que, como nós, criticam a actual «integração europeia», apresentando a falsa dicotomia – aceitação incondicional da actual «integração europeia» ou o «isolamento» do nosso País – fazendo «desaparecer» a possibilidade do aprofundamento de relações com base na cooperação entre Estados soberanos e iguais, onde as relações não sejam caracterizadas pelo domínio, imposição ou subalternização de interesses de uns sobre os outros, mas, pelo contrário, sejam respeitadas as necessidades e a vontade de cada povo, o seu direito de decidir do seu presente e futuro.

Utiliza-se um próximo alargamento da UE para colocar em causa a actual arquitectura institucional – como se esta impossibilitasse a futura capacidade de decisão política numa UE alargada – colocando-a como obstáculo para uma certa «eficácia», como se eficácia fosse a possibilidade de ultrapassar os interesses, necessidades e aspirações nacionais e não, pelo contrário, o seu respeito.

Para nós, a soberania nacional não pode ser hipotecada. Temos vindo a reafirmar a necessidade da preservação da soberania nacional como condição para a salvaguarda da nossa independência.

Para a firme defesa dos interesses nacionais.

Para um pleno desenvolvimento do País que dê resposta aos interesses e aspirações do povo português num quadro de crescentes interdependências e desigualdades a nível mundial. Para o assegurar da democracia política e da livre afirmação da participação num projecto de cooperação entre países soberanos e iguais na Europa, que tenha como objectivos a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos povos, uma efectiva política de coesão económica e social, a paz e a solidariedade com todos os povos. É esta a nossa proposta política, é este o nosso caminho.

Descolonizar o Sahara

A Frente Polisário manifestou na passada semana a sua satisfação pela decisão do Conselho de Segurança da ONU de manter o princípio da autodeterminação da população do Sahara Ocidental e reafirmou que o território «deve ser descolonizado».

Salem Uld Salek, responsável pelas Relações Exteriores da República Árabe Sarauí Democrática (RASD), fundada pela Polisário, afirmou em Argel que a resolução 1429 do Conselho de Segurança corresponde «às preocupações da nossa população».

Acrescentou ainda que a Polisário está disposta a cooperar com James Baker, representante especial de Kofi Annan, para «encontrar a melhor maneira de aplicar a resolução do Conselho de Segurança».

Salem agradeceu aos membros do Conselho o facto de «terem demonstrado o seu apego à legalidade internacional», bem como aos representantes do povo espanhol, pela sua atitude de apoio «a essa mesma legalidade».

Chile condena oficiais

A justiça chilena condenou a penas de prisão onze membros do estado-maior do ex-ditador Augusto Pinochet pelo assassinio do líder sindical Tucapel Jiménez, em 1982. As penas mais pesadas foram aplicadas ao major na reserva Carlos Herrera Jiménez, condenado a prisão perpétua, e para o general na reserva Arturo Alvarez Scoglia, ex-director dos serviços de informação do exército, sentenciado a 10 anos de prisão.

Eleições na Bolívia

O Congresso boliviano elegeu, no domingo, o liberal Gonzalo Sanchez de Losada, 72 anos, para o cargo de presidente. Losada venceu a votação no Congresso com 84 votos, contra 43 obtidos por Evo Morales, o líder índio radical dos cultivadores de coca da Bolívia.

Catástrofe em Angola

O Instituto de Estudos de Segurança, em Pretória, considera que Angola enfrenta uma crise humanitária de proporções catastróficas. O relatório, apresentado na passada semana, justifica a situação com o tipo de guerra travado e com a falta de apoio internacional.

De acordo com os investigadores a cerca de um milhão de angolanos deslocados no interior do país juntaram-se mais de três milhões de pessoas, o que deixou um terço da população dependente de ajuda humanitária.

ONU cede a Israel e silencia massacre no campo de refugiados de Jenine

Relatório vergonhoso

Após a divulgação do relatório da ONU sobre a actuação das forças israelitas em Jenine, a imprensa do mundo árabe condenou a postura de Kofi Annan, classificando o documento de «vergonhoso».

O relatório da ONU sobre os acontecimentos no campo de refugiados de Jenine, durante a operação militar israelita denominada «Muralha Defensiva», não confirma as denúncias palestinianas segundo as quais o exército israelita teria levado a cabo um verdadeiro «massacre» naquela cidade cisjordana.

Além disso, reparte a culpa da violência entre israelitas e palestinianos. O mundo árabe não gostou da postura das Nações Unidas, facto que é visível na imprensa de sexta-feira, refere a Agência Lusa.

Com o título de «relatório vergonhoso», o jornal do Dubai, *Al-Bayane*, considera

que o documento põe «em pé de igualdade o tirano (Israel) e a vítima (Palestina)» e acusa o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, de ceder às exigências americanas.

A ONU devia mudar o nome para Organização das Nações Americanas

«A ONU devia mudar o nome para Organização das Nações Americanas, porque, em vez de ser um organismo independente, é refém da política americana», refere o jornal *Al-Bayane*, acrescentando que Kofi Annan não quis «enfurecer os senhores do mundo».

O jornal do Qatar, *Al-Raya*, afirma que o relatório das Nações Unidas «deverá encorajar Ariel Sharon a ordenar novos massacres» e, ao mesmo tempo, aumentar o



Durante os últimos dias, 16 pessoas morreram e pelo menos 80 ficaram feridas numa série de atentados e emboscadas

número de extremistas palestinianos.

Críticas a Kofi Annan

Um outro jornal do Qatar, o *Al-Sharq*, censura Kofi Annan por «não ter defendido os princípios da ONU» e aconselha o secretário-geral da ONU «a olhar para o exemplo do seu antecessor, Boutros-Ghali - que apresentou um relatório imparcial sobre o massacre de Qana», no Líbano, quando, em 1996, um bombardeamento israelita matou 105 civis.

O jornal da Arábia Saudita, *Okaz*, classifica o relatório como «a nova farsa de mau gosto de uma ONU que devia transformar-se num dos organismos do departamento de Estado americano». Semelhante opinião é expressa pelo periódico *Al-Bilad* ao considerar que o texto «reflete, uma vez mais, a fraqueza da ONU perante a hegemonia americana e os crimes de Israel».

O relatório das Nações Unidas - elaborado sem a participação de Israel e com base no contributo da Autoridade Palestiniana, de

dirigente árabes, agências da ONU e organizações não governamentais - não fala em massacre, mas chama a atenção para o facto de as tropas israelitas terem, em alguns casos, impedido a acção de funcionários humanitários e de terem atacado ambulâncias.

A Amnistia Internacional e o Observatório dos Direitos Humanos denunciam o carácter limitado do relatório e sublinham que Israel impediu a actuação de uma equipa das Nações Unidas que tinha, precisamente, como missão «apurar o que, de facto, aconteceu».

Iraque aceita inspecções

O presidente do parlamento iraquiano convidou, segunda-feira, o Congresso norte-americano a enviar uma delegação de deputados, «acompanhada de especialistas em armas químicas, biológicas e nucleares» a deslocarem-se ao Iraque para verificarem se existem armas de destruição maciça no país.

A carta foi enviada ao presidente da Câmara dos Representantes e líder da maioria democrata na Câmara Baixa do parlamento norte-americano, por Saadoun Hammadi, através do diplomata polaco que está encarregue dos interesses dos EUA no Iraque.

Hammadi não pôs qualquer limite ao número de pessoas incluídas na delegação que eventualmente se deslocar ao Iraque para verificar «as informações fornecidas [pelo governo dos EUA] sobre a produção de armas químicas e biológicas e sobre o ponto de produção de armas nucleares».

O presidente do parlamento iraquiano prometeu ainda dar facilidades à delegação norte-americana para investigar, durante três semanas, instalações e oficinas onde o governo norte-americano pensa que existem armas químicas ou biológicas, mesmo que estas estejam no subsolo.

Saadoun Hammadi entende que a eventual visita de uma delegação dos EUA poderá ajudar numa «decisão objectiva» sobre o ataque ao Iraque, tendo ainda acrescentado que a «falta de diálogo entre os dois países» e o «facto de o

Congresso e o povo norte-americano não terem tido a ocasião de conhecer a verdade» são os principais problemas entre as autoridades de Bagdad e Washington.

Este convite surge depois de as autoridades norte-americanas terem recusado um encontro com homólogos iraquianos e Hans Blix, chefe da equipa de desarmamento da ONU, para analisar o eventual reinício das inspecções a Bagdad e as pretensões de Bush em relação à mudança do regime no Iraque. A iniciativa iraquiana surgiu no dia em que a invasão ao Kuwait fez 12 anos.

Reacções à invasão

Entretanto, a China e a Rússia exigiram que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas intervenha na mediação do diferendo entre Washington e Bagdad. Esta posição foi assumida após notícias insistentes que dão conta de um ataque iminente dos EUA ao Iraque.

A China e a Rússia, que têm poder de veto no Conselho de Segurança, debateram esta questão no Brunei, onde decorreu um fórum asiático sobre segurança. Por seu lado, Gerhard Schroeder, chanceler alemão, também já avisou os Estados Unidos de que rejeita frontalmente qualquer intervenção no Iraque e que a solidariedade mostrada no 11 de Setembro não significa embarcar em «aventuras».

EUA e Israel recusam TPI

Israel e os Estados Unidos assinaram, no domingo, um acordo destinado a impedir a extradição de cidadãos seus para julgamento perante o Tribunal Penal Internacional, o que ficará dependente do consentimento dos respectivos governos.

Sempre prontos a julgar os outros, Israel e os EUA rejeitam assim qualquer possibili-

dade de serem julgados eles próprios. Telavive teme que países «hostis» condenem os responsáveis políticos pela repressão nos territórios palestinianos. Washington não arrisca a eventualidade de os seus soldados no estrangeiro ou em missões de manutenção da paz possam vir a ser acusados de crimes.

EUA negam julgamento a prisioneiros de Guantanamo

A juíza Colleen Collar-Kotelly, do tribunal de Washington, decidiu, na passada semana, que os 600 prisioneiros, suspeitos de serem talibãs ou membros da Al-Quaeda, mantidos na base naval de Guantanamo, em Cuba, não têm direito a julgamento ou à assistência de advogados por estarem fora do território norte-americano e, portanto: «Como a concessão de *habeas corpus* não se aplica a estrangeiros retidos fora do território dos Estados Unidos, este tribunal não tem jurisdição», escreve a juíza Kotelly, esquecendo que foi a Casa Branca que transferiu os prisioneiros para aquele local. O tribunal recusa assim o pedido de 16 dos prisioneiros - dois deles cidadãos britânicos, dois australianos e 12 kuaitianos, que exigem das autoridades judiciais

norte-americanas a apresentação formal da acusação e reivindicam o acesso a advogados e a realização do julgamento, como garante a Constituição dos EUA.

Convenção de Genebra ignorada

Os 600 prisioneiros capturados durante a ocupação do Afeganistão, no ano passado, pertencem a pelo menos 25 nacionalidades. O governo de Bush considera-os «combatentes ilegais» e por isso nega-se a respeitar a Convenção de Genebra sobre prisioneiros de guerra, assim como recusa a repatriação dos presos.

Desde o envio dos primeiros combatentes talibãs para Guantanamo, acorrentados e encapuçados, há sete meses, entidades pacifistas de todo o

mundo acusam Washington de violar os seus direitos humanos.

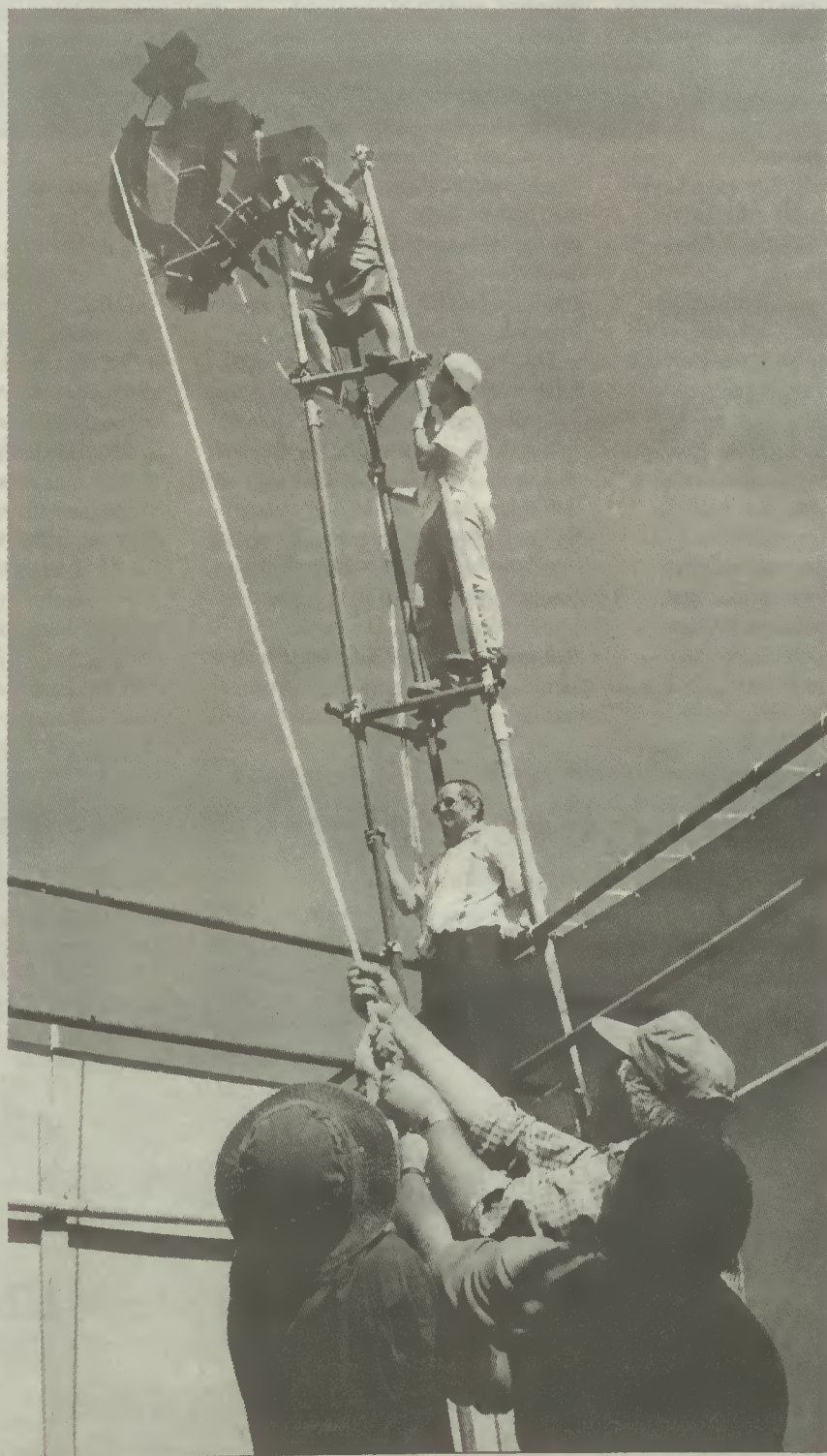
Barbara Olshanski, directora do Centro de Direitos Constitucionais, com sede em Nova Iorque, considerou a decisão do tribunal um erro e apela à comunidade internacional que denuncie os «abusos».

A base de Guantanamo, que ocupa o melhor porto natural de Cuba, no Sudoeste da ilha, foi ocupada pelos EUA em 1898, quando as tropas norte-americanas intervieram na guerra Hispano-Cubana. Em 1903 o governo de Havana, sob pressão, aceitou arrendar o território de 117 quilómetros quadrados. Desde o triunfo da revolução, em 1959, Cuba recusa-se a receber contrapartidas financeiras e reivindica a reintegração de Guantanamo à soberania nacional.

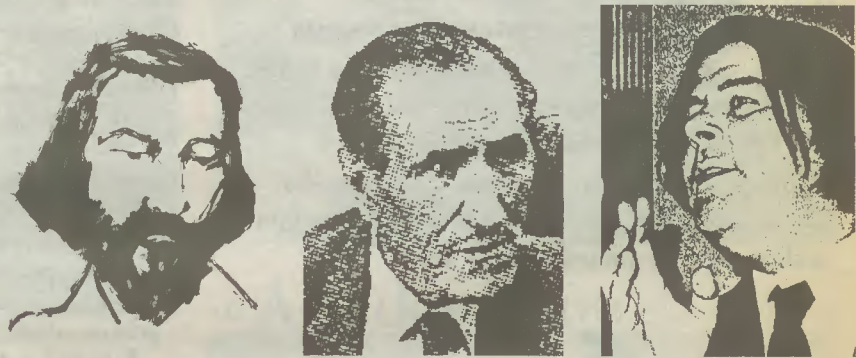
Avante! festa!

FESTADO do Avante! 2002 6, 7, 8 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

A Festa do *Avante!* está a crescer, mas devagar. Por isso a tua ajuda é muito bem-vinda. Aparece em qualquer dia, a qualquer hora. Só precisas de levar vontade de trabalhar... e alguma força. O que não souberes fazer, alguém te ensinará. Aproveita para dar asas ao teu talento e criatividade. Contribui para a Festa de 2002. Ela ficará mais bonita graças a ti!



TEATRO



POESIA MÚSICA

Teatro, poesia e música fazem parte do programa do Avanteatro, para além de um ciclo dedicado à Nova Dança Portuguesa, que será tratado num próximo número do *Avante!*. Manuel Mendonça, da Comissão do Avanteatro, fala sobre este espaço, o papel do teatro e dos actores e a sua relação com o público. Neste número publicamos ainda informações sobre os espectáculos que são apresentados no Avanteatro.

Aproveita
para
comprar já
a EP

A Entrada Permanente para a Festa do *Avante!* já está à venda! Podes comprá-la nos centros de trabalho do PCP ou através de militantes do Partido. Até dia 5 de Setembro a EP custa 14 euros, mas nos dias da Festa aumenta para 19 euros. Aproveita já esta oportunidade!

festa do Avante! 2002

festa do Avante! 2002

festa do Avante! 2002

SEXTA-FEIRA

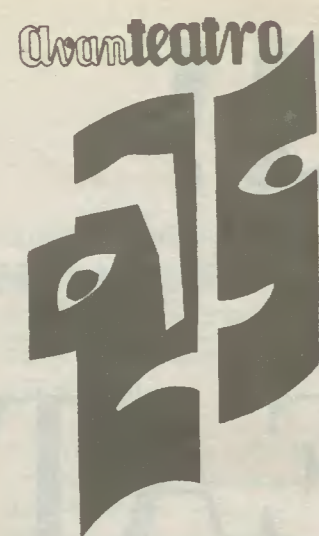
SÁBADO

DOMINGO

TÍTULO DE SOLIDARIEDADE

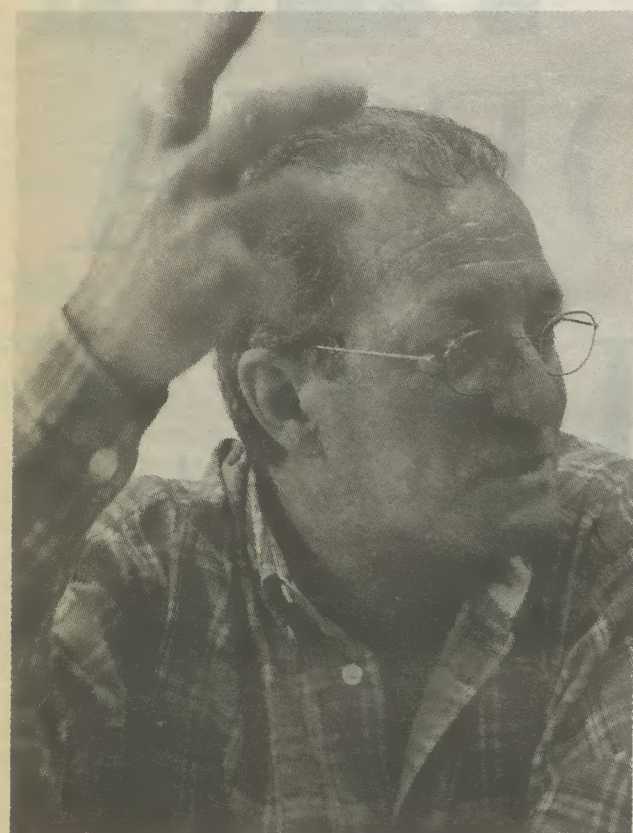
festa do Avante! 2002

6, 7 e 8 Set.
Atalaia • Amora • Seixal



Entrevista com Manuel Mendonça da Comissão do Avanteatro Clássicos e contemporâneos

Quais os espectáculos que o Avanteatro apresenta na Festa? Qual a relação entre os autores clássicos e os espectadores do século XXI? Qual o papel do actor? Manuel Mendonça, membro da Comissão do Avanteatro, aborda estas questões e fala sobre a programação deste ano.



“O teatro escrito é uma coisa, o teatro representado é outra completamente diferente. O factor actor é importantíssimo”

Um dos objectivos do Avanteatro é mostrar o teatro que se faz em Portugal, divulgando trabalhos de qualidade. É o que acontece com a programação deste ano, apresentando espectáculos muito diversificados entre si. De destacar «Romagem de Agravados» – peça de Gil Vicente que assinala os 500 anos do dramaturgo –, «Alma Grande» – a partir de um conto de Miguel Torga – e um ciclo dedicado ao movimento da «Nova Dança Portuguesa», que trataremos numa próxima edição do *Avante!*.

– Este ano o Avanteatro tem várias peças no exterior. Há um novo conceito de espectáculo e de relação com o público?

– Sim e não. Foram as circunstâncias de programação que nos levaram a este modelo. Com os quinhentos anos de Gil Vicente tentámos arranjar um espectáculo para não deixar passar em branco essa data.

Ao longo dos anos houve uma tentativa de transformar o Avanteatro num espaço das artes de palco, como é o caso da dança, de certa música e de outro tipo de espectáculos que englobem o teatro, a dança, o vídeo... Procuramos que aquele espaço se aproxime cada vez mais do que se faz no País no campo das artes de palco. Este ano houve a introdução da dança e a transformação do espaço do Avanteatro nesse espaço das artes do espectáculo. Virámo-nos para a rua porque, além dos quinhentos anos do Gil Vicente, havia um espectáculo que tivemos a possibilidade e a felicidade de lá ter, «Alma Grande», d' «O Bando», que é um espectáculo que é feito de raiz ao ar livre. Isso obrigou também o Avanteatro a ser diferente dos outros anos.

– Quais são as diferenças?

– A tenda é relativamente mais pequena do que o ano passado e arranjámos um outro figurino para o terreiro em frente

ao auditório. Com a «Romagem de Agravados» haverá uma procissão que vem da praça central da Festa, sobe a avenida e termina ao pé do Avanteatro. O «Alma Grande» também é na rua, o que permite que o palco esteja pronto para o espectáculo do João Fiadeiro, «O que sou não fui sozinho», permitindo ter outra maleabilidade.

– Em parte resolve-se também o problema da lotação do auditório, que está sempre cheio.

– E este ano, embora reduzindo o espaço da tenda, conseguimos ter uma bancada para mais gente, por incrível que pareça. Vamos tentar que todos os espectáculos sejam amplificados. Há microfones de lapela para toda a gente para que todos os espectadores ouçam bem as peças. É frustrante estar numa peça de teatro – o espectáculo da palavra – e não se ouvir a palavra. Ficaria quase só com um aspecto visual do espectáculo e não com a sua essência, o texto.

Se é uma situação diferente dos anos anteriores? É, mas não quer dizer que isto se mantenha assim. Isto abre-nos outras perspectivas. O que vai acontecer não é teatro de rua, é teatro feito na rua. São espectáculos montados para serem feitos ao ar livre. Vão estar

O espaço do Avanteatro terá mais área nas suas bancadas e um terreiro para os espectáculos ao ar livre



milhares de pessoas a assistir à «Romagem de Agravados» e a «Alma Grande». Dentro do Avanteatro não cabem mil pessoas, não há espaço para isso.

– Quinhentos anos depois, as personagens e as histórias dos autos de Gil Vicente continuam actuais?

– Acho que sim. O que alguns escritores, dramaturgos e pessoas das artes produzem, embora parecendo que estão muito datadas, não estão, porque conseguem caracterizar muito bem um povo, uma sociedade, os vários estratos sociais. Gil Vicente é um deles, como Eça de Queirós. Pegamos naquilo e pensamos: «Isto foi escrito ontem?» Há coisas que nos caracterizam, somos nós, somos portugueses.

– No essencial, os tipos sociais das peças correspondem a possíveis tipos sociais actuais?

– Sem dúvida. Já não têm aqueles nomes, mas as relações entre eles continuam a ser as mesmas. Dá a impressão que houve uma grande alteração de há 500 anos a esta parte – realmente houve! –, mas as relações entre as classes mantêm-se. Nos textos de Gil Vicente vê-se muito bem a relação entre o povo e o clero, entre o homem e a mulher...



apenas lê uma peça. Como pensam ultrapassar essa resistência?

– Quando andava a estudar o Camões era obrigatório e mal alguém falava em Camões a gente fugia pura e simplesmente. Camões era um sujeito chato e éramos obrigados a decorar aquelas coisas. Se o Camões nos fosse dado como hoje o Gil Vicente é dado às pessoas, com uma outra perspectiva, aprendíamos. Em Inglaterra, não há pessoa que não goste de Shakespeare, mesmo estando a estudar. Mas se calhar é estudado de outra maneira. Nós cá, há uns anos a esta parte, tentámos pôr as crianças a fazer teatro, com aulas de expressão dramática.

– Miguel Torga contrasta com Gil Vicente, não só por não ter escrito

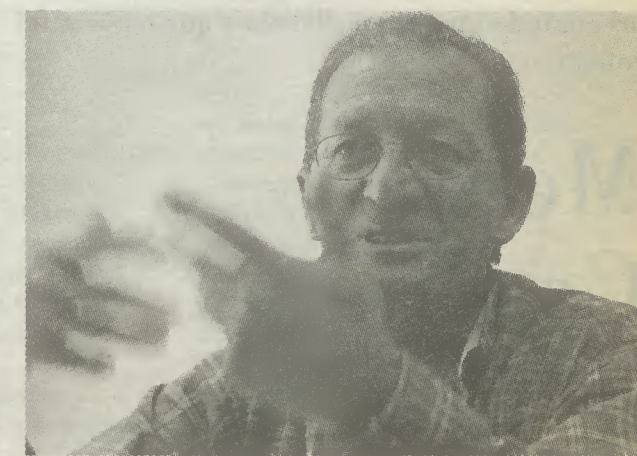
e não vissem o espectáculo, achavam que aquilo era uma chatice. Quando vêm é completamente diferente, há coisas que se acrescentam. O teatro não existe sem o actor. O teatro escrito é uma coisa, o teatro representado é outra completamente diferente. O factor actor é importantíssimo. Há uma força que o teatro tem e por isso sempre incomodou e sempre há-de incomodar as sociedades. Para já por ser uma arte directa, constante, nunca é a mesma coisa. Mesmo um espectáculo que esteja em cena durante seis anos é todos os dias diferente.

– Miguel Torga contrasta com Gil Vicente, não só por não ter escrito

para teatro, como por desenvolver um trabalho essencialmente ligado à terra. Esse contraste foi intencional na selecção das peças?

– Não, de todo. Miguel Torga tem vários textos que foram teatralizados e curiosamente sempre pel' «O Bando». Esta companhia costuma passar para teatro pequenas histórias com uma força dramática e humana bastante grande. O que é contado em «Alma Grande» é uma coisa que existia nas serras. O «Alma Grande» era o homem que fazia o «serviçinho final»... Havia alguém que estava para morrer e, para não criar mais sofrimento à família e ao próprio, este «Alma Grande» acabava com aquilo.

“O que alguns escritores produzem, embora parecendo que estão muito datadas, não estão, porque conseguem caracterizar muito bem a sociedade. Gil Vicente é um deles.”



«Ary dos Santos continua a incomodar muita gente»

Manuel Mendonça faz parte da Comissão do Avanteatro juntamente com mais dez militantes do Partido. A inovação é uma das preocupações que regem o trabalho deste grupo.

O espectáculo «Poesia Ary dos Santos» insere-se com naturalidade neste projecto. «É quase uma encomenda nossa, como foi o caso do espectáculo em torno da poesia do José Gomes Ferreira, encenado pelo Joaquim Benite e com a participação de Canto e Castro. Todos os anos devia haver uma pequena produção própria do Avanteatro: pegar em autores com uma obra significativa. Não significa que tenham de ser do Partido. Esta é uma ideia que vem de há muitos anos», afirma Manuel Mendonça.

«Ary dos Santos continua a incomodar muita gente e, quando assim é, fazem por esquecer. Não convém lembrar pessoas como ele. Pegamos em antologias de poesia portuguesa e o Ary dos Santos não aparece», comenta.

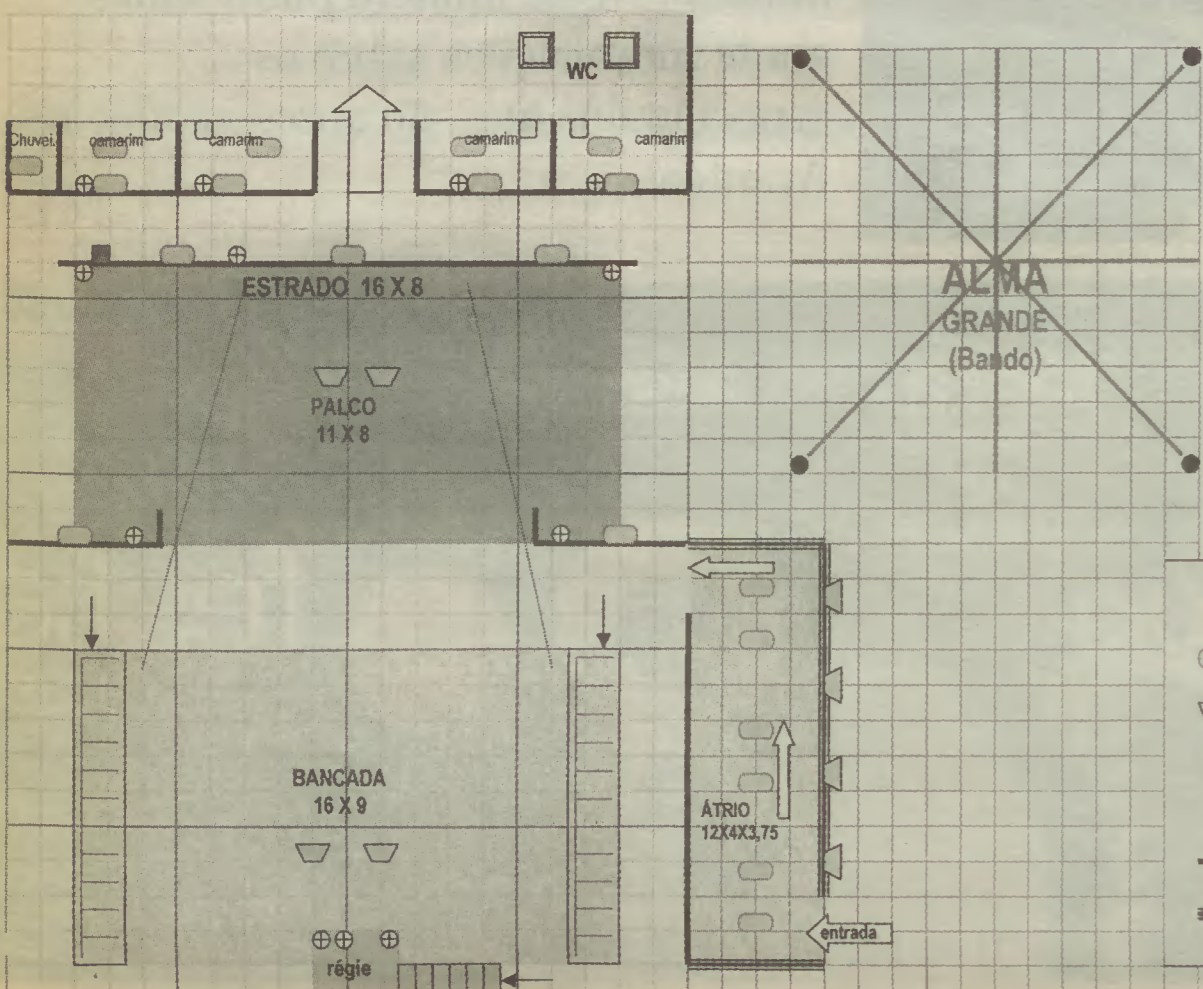
«Nós, Partido Comunista, temos obrigação de lembrar os nossos filhos, aqueles que deram tudo, que sempre que era preciso estavam lá, que tiveram a coragem de assumir tudo o que fizeram e disseram», acrescenta Manuel Mendonça.



de procurar um espectáculo dele, mostro-o e depois trabalho sobre isso. Os alunos já têm uma imagem. Hoje há peças gravadas de Gil Vicente, com encenações espantosas. O professor devia fazer primeiro uma leitura encenada para despertar o interesse pelo texto.

– Portanto não receiam que as pessoas não adiram, por terem a ideia errada do que é Gil Vicente?

– Não, de todo. Se os espectadores tivessem acesso a um texto para teatro



Legenda

- Lâmpadas fluorescentes
- ▽ Iodines
- ⊕ Tomadas
- Lavatórios
- Madeiras e ferr
- ▬ Parede dupla

É actual. Se pegarmos no Gil Vicente e o fizermos conforme o que lá está ninguém vai perceber. Tem de ser actualizado, quanto mais que não seja pela linguagem. Gil Vicente é um clássico, porque foi passando. Tanto é clássico que neste momento, ao fim de 500 anos, estamos a falar dele e da sua obra.

– Gil Vicente é um autor que consta nos programas escolares, sendo só por isso considerado «chato» ou «pesado» por quem

Ary dos Santos

Um dos mais importantes poetas do século XX

O projecto «Poesia Ary dos Santos» é um espectáculo de poesia e imagem com base nos poemas do autor, procurando quebrar o silêncio a que o poeta foi votado.

Meu Camarada e Amigo

Revejo tudo e redijo meu Camarada e Amigo. Meu irmão suando pão sem casa mas com razão. Revejo tudo e redijo meu Camarada e Amigo.

As canções que trago prenhas de ternura pelos outros saem das minhas entranhas como um rebanho de potros. Tudo vai roendo a erva daninha que me entrelaça: canção não pode ser caça e a poesia tem de ser como um cavalo que passa.

É por dentro desta selva desta raiva deste grito desta toada que vem dos pulmões do infinito que em todos vejo ninguém revejo tudo e redigo: Meu camarada e amigo.

Sei bem as mós que moendo pouco a pouco trituraram os ossos que estão doendo àqueles que não falaram.

Calculo até os moinhos puxados a ódio e sal que a par dos monstros marinhos vão movendo Portugal - mas um poeta só fala por sofrimento total!

Por isso calo e sobejo eu que só tenho o que fiz dando tudo mas à toa: Amigos no Alentejo alguns que estão em Paris muitos que são de Lisboa. Aonde me não revejo é que eu sofro o meu país.

Gostava de ser tratado como «poeta da Revolução de Abril» e de facto foi-o. Ary dos Santos, poeta, letrista e publicitário, entrou para a história da literatura portuguesa como aquele que registou os feitos do 25 de Abril e incentivou todo o processo revolucionário que se seguiu. Com grandeza, com perseverança, com determinação, com revolta, com coragem, com firmeza, com arrojo. Militante do PCP, Ary dos Santos assumia os seus ideais políticos como inseparáveis da obra que produziu. «Eu creio que a poesia é parte principal da minha vida e que, portanto, estará indissolúvelmente ligada a tudo quanto é parte essencial dela: a luta e a liberdade dos povos, a fraternidade, o amor e, finalmente, a existência real de uma sociedade sem classes», afirmou o poeta em 1980 numa entrevista a *o diário*, quatro anos antes da sua morte. «Sempre entendi que a divulgação da poesia política é tão legítima para um poeta de esquerda, como a poesia satírica dramática ou lírica», prossegue. «Por isso mesmo entendi que a divulgação da poesia perante as massas e a sua entrega ao povo que a merece e para quem ela deve ser escrita, era um acto que me dignificava a mim e servia os intuítos mais nobres duma cultura popular e renovada.»

O espectáculo

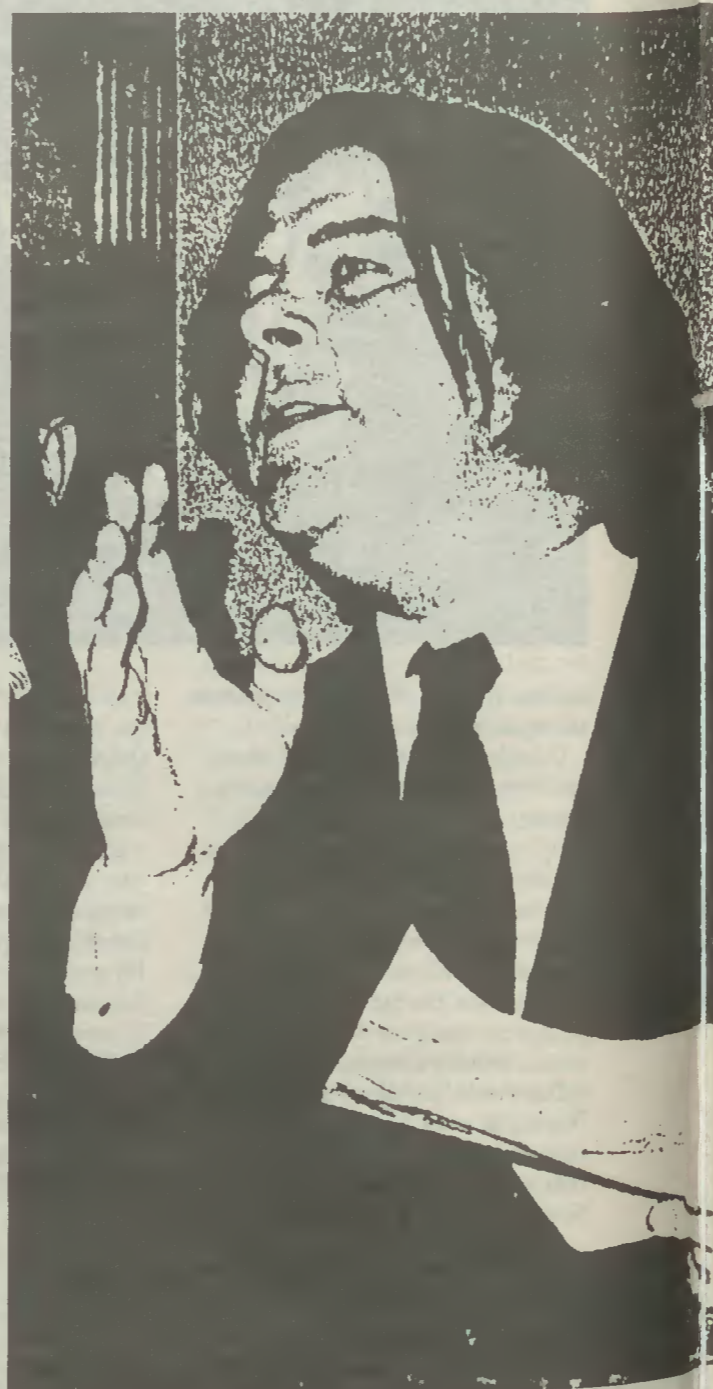
Dizer que os poetas não morrem é um vulgaríssimo lugar comum. Não deixa por isso de ser verdade, pelo menos enquanto são lidos e apreciados. Será isso que acontecerá no Avante! Festa, na noite de domingo, num espectáculo a cargo do Teatro de Papel, com interpretação e encenação da responsabilidade de Yolanda Alves e imagem e vídeo de Bruno Gonçalves. Com a duração de 45 minutos, o espectáculo leva ao público a envolver as palavras e as emoções. As imagens de vídeo complementam uma actuação intimista. Pelo palco desfilarão os operários, os camponeses, os pescadores, os escriturários, os soldados, os poetas, os resistentes políticos. Estará lá também Lisboa, com o Tejo e toda a população da capital. «Ei-lo poeta todo mãos abertas para apanhar tudo o que a vida dá», escrevia Natália Correia no prefácio a «As Palavras das Cantigas», colectânea das suas letras para canções, planeado por Ary dos Santos mas publicado apenas depois do seu desaparecimento. «Qual o verdadeiro Ary?», questionava Natália Correia. «O dilema é difícil, para os que, conhecendo-o mais como actor rítmico de uma pose de *enfant enragé*, do que como desesperado real até às fezes da tragédia infantil de todos os brinquedos quebrados, questionam: qual deles é o autêntico? O *lord* que foi de Escócia de outras eras revividas em damaseos, pratos e cristais ou o que, nos seus poemas, rasga o peito para mostrar um coração que sangra pelos infortúnios do mundo? A resposta

Uma obra extensa

Reagindo à morte de Ary dos Santos, o poeta José Gomes Ferreira afirmou: «Ele soube aproveitar de uma forma apaixonada o facto de ser poeta, a sua vida e o 25 de Abril.» A sua obra, de facto, é longa. Além das mais de 600 canções que escreveu, Ary dos Santos publicou oito livros de poesia em vida. «A Liturgia do Sangue» foi o primeiro, datado de 1963, e os restantes foram-se seguindo sem grandes intervalos, prova da produtividade do autor: «Tempo da Lenda das

Amendoeiras» (1964), «Adereços, Endereços» (1965), «Insofrimento in Sofrimento» (1969), «Fotos-Grafias» (1970), «Resumo» (1972), «As Portas que Abril Abriu» (1975) e «O Sangue das Palavras» (1979). Após a sua morte, foi ainda publicada a segunda edição da antologia da sua obra, «Vinte Anos de Poesia», «VIII Sonetos» — acompanhado de uma apresentação de Manuel Gusmão e de um desenho de Rogério Ribeiro —, «As Palavras das Cantigas» e «Obra Poética».

Ary dos Santos em 1976, na primeira Festa do Avante!



Os actores estão suspensos numa estrutura metálica de 14 metros de altura, durante a peça



«Alma Grande», de Miguel Torga Serra acima serra abaixo

«Alma Grande» é uma representação aérea ao ar livre a partir da adaptação teatral de um conto de Miguel Torga pelo «O Bando». Um espectáculo único, a não perder.

«O Alma Grande» — o primeiro conto de «Novos Contos da Montanha» — foi adaptado pelo Teatro «O Bando», numa encenação de João Brites com música de Jorge Salgueiro, que traz o espectáculo para a rua usando uma estrutura metálica de 14 metros de altura. O objectivo é reproduzir as elevações das serras. Para isso, as personagens mantêm-se sempre suspensas, sem nunca tocar o chão. Sete actores dão vida à peça, acompanhados por um violino, um órgão e um clarinete baixo interpretados por três músicos. A peça tem como fundo a aldeia de Riba Dal, terra de judeus que exerce uma espécie de eutanásia aos moribundos.

Quando os doentes estão a morrer, o abafador surge chamado pelos familiares, evitando que o padre descubra a sua verdadeira religião, praticada durante tantos anos às escondidas. No conto de Torga, dão-se dois encontros entre o abafador da aldeia, o Alma Grande, um moribundo, Isaac, e o seu filho, Abel. São encontros decisivos, fundamentais para o futuro das três personagens. É uma história de amor, ódio e vingança sobre a vida, a morte e a esperança.

Uma obra ímpar

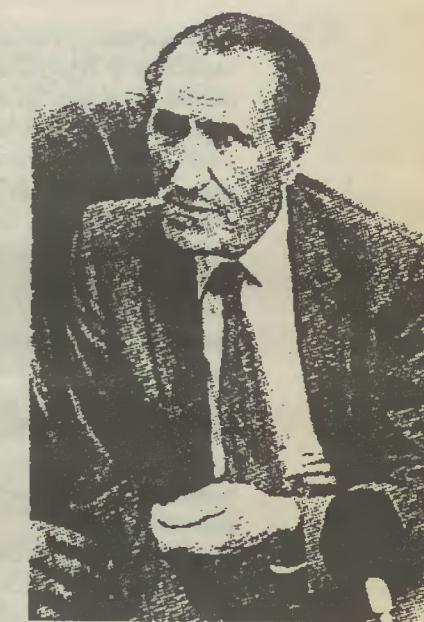
A obra de Miguel Torga — apesar de dividida em poesia, teatro, ficção em prosa, impressões de viagem e diário — é coesa, reflexo de um indivíduo multifacetado, bem definido, comovido pela natureza e as criaturas e revoltado contra Deus.

Devido a um temperamento independente e quase agressivo, cedo se colocou à margem de movimentos e grupos literários. Aliás, a sua posição continua a ser de grande isolamento no contexto das letras nacionais, representando, no entanto, o que há de vertical e insubordinável no homem português contemporâneo. Grande poeta das coisas simples e elementares, Torga usa a transcendência para as vivificar e transfigurar. Português e europeu, regional mas universal, e sobretudo profundamente ibérico, o autor é um homem dividido pela nebulosidade atlântica e a claridade mediterrânea, homem de terra firme que sente o apelo do mar. Tendo fundado a revista «Presença» juntamente com José Régio e outros escritores em 1927, Miguel Torga afastou-se do projecto três anos depois por considerar que a revista tinha perdido o

Um universo telúrico

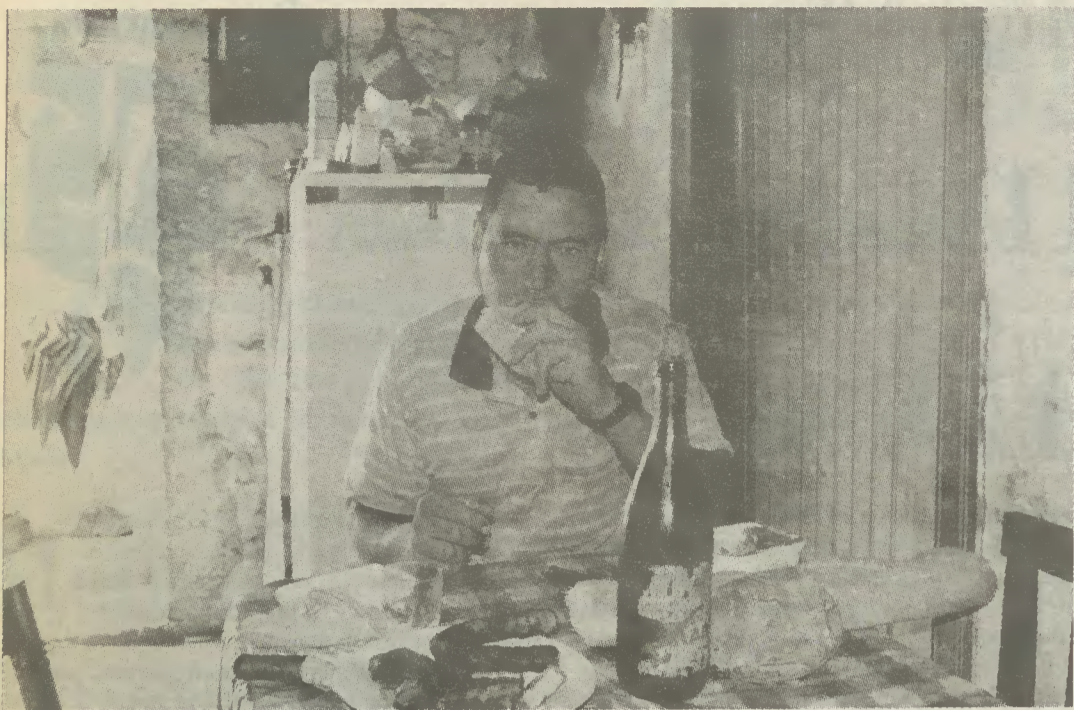
A terra está no centro do universo de Miguel Torga, embebido de um ambiente de mitos agrários e pastoris que remontam aos símbolos bíblicos. A semente, a seiva, a colheita, a água, a terra, o vento, o pão, o parto e o pastoreio são elementos constantes numa obra repleta de tensão dramática, feita da coragem dos homens. O desespero humanista, a problemática religiosa, o mito de Orfeu e o sentimento telúrico constituem as principais linhas temáticas da obra de Miguel Torga. O desespero apresenta-se algumas vezes sob o aspecto de protesto, de revolta e de inconformismo. Contudo, a esperança emerge frequentemente, como uma luz que se acende na imensidade da noite. Muitas vezes, a matéria da escrita é a própria indecisão entre ambos. Numa atitude política, Torga considera que é fundamental a reciprocidade dentro da sociedade humana e que, por isso, o autoritarismo é aberrante. Num país em que um governo manda e os demais se limitam a obedecer reina a alienação, já que o indivíduo não segue a razão mas os ordens dos que dominam. A possibilidade de conciliar autoridade e razão está, pois, excluída do seu projecto. O humanismo de Torga é um humanismo revolucionário, revoltado e rebelde, articulado pela liberdade e pela esperança. A vida, entretida de frustração, absurdo e desespero (por não conduzir a nada), conduz precisamente à esperança. O homem trágico torquiano não é um ser vencido ou abatido. É um ser absoluto, cercado pelo esplendor da ordem natural. Profundamente fiel e enraizado numa condição simultaneamente negra e luminosa, sem sentido e sem razão. O sofrimento espelha-se a vários níveis: os vícios da vida mental portuguesa, a solidão agónica que o persegue, uma amargurada introspecção e um amor-raiva que nasce da contemplação da mesquinhaz da terra-mãe.

seu fulgor original e não perseguia os objectivos iniciais. Para o poeta, a «Presença» era académica e estava desfasada da prática literária dos primeiros números. Partilhando com José Régio uma poesia eminentemente pessoal e uma experiência com o divino assente na dúvida e na incerteza, Torga contudo tem uma relação diferente com a vida e a literatura. O poeta atribui uma importância à actualidade política muito maior do que Régio. Aliás, a dimensão histórica e temporal ocupa uma posição de destaque na sua obra, fruto do seu interesse na situação do seu país. Por outro lado, Miguel Torga é um poeta angustiado que confessa a sua impotência literária. Crê mais na Literatura do que na sua literatura e mostra-se perto do mundo, sente-o e preocupa-se.



Terra e céu

Miguel Torga considera a terra como o próprio céu. E essa relação com o País e o povo das aldeias é o testemunho apaixonado de uma identidade. A aliança do homem e da terra é constantemente invocada. Ora nos aparece como o acto fundamental da cultura que é a agricultura, ora como escolha da terra. Tal como o gigante Anteio, o poeta recupera as forças no regresso à terra. O próprio pseudónimo escolhido (Torga é uma urze transmontana) revela uma identificação com a luta natural pela sobrevivência. É a terra que lhe traz segurança, o antídoto para o desespero, a eterna mãe onde se refugia e não num distante deus austero. A sobrevalorização da terra chega mesmo a aproximar-se de uma heresia quando é equiparada ao céu, um «cais humano» que ultrapassa o «cais divino». Torga invoca constantemente a aliança do homem com a terra, num amor pelo povo concreto e não o povo idealizado e abstracto, usando com frequência expressões e palavras ligadas à terra para expressar a busca e o encontro consigo próprio. A ligação com a terra expressa o próprio sentido do sagrado.



«Fotografando o Passado»
uma exposição de Humberto Martins

Entre Trás-os-Montes e a Galiza

A aldeia transmontana de Tourém foi fotografada por Humberto Martins, enquanto preparava uma tese sobre as relações entre Portugal e a Galiza. O resultado poderá ser visto na Festa.

«Fotografando o Passado» é o título da exposição de fotografia que estará patente no espaço do Avanteatro, mas o que é retratado é o presente da população de Tourém, uma pequena aldeia do concelho de Montalegre, na região transmontana do Barroso, na fronteira Norte de Portugal com a Galiza.

O autor, Humberto Martins, desenvolveu este trabalho como complemento da tese de doutoramento em Antropologia Social que concluiu na Universidade de Manchester, intitulada «Memória e relações de fronteira numa povoação barrosa, Tourém».

Para ele, o conjunto das fotografias mostra «uma realidade distante no tempo e no espaço e uma forma diferente de os interpretar», uma povoação que mantém «traços de um tempo diferente». «Nos usos e costumes locais ainda se sente o cheiro, os sons e as imagens de um tempo impossível... atrás dos montes, de um passado recortado em dificuldades, pobreza e comunitarismo agro-pastoril», acrescenta Humberto Martins.

O trabalho mostra uma população orgulhosa da sua terra e das suas tradições e um quotidiano feito de trabalho e de consciência do passado. Mostra a falta de água e os rebanhos, os pastos colectivos e os montes. Mostra «um progresso difícil de entender», com o médico galego a visitar a aldeia uma vez por semana para «cuidar das maleitas dos velhos que regressaram depois de anos em Lisboa, no Porto, em França e no Brasil para viver tranquilamente com a boa água e os bós ares da montanha».

Afecto e ciência

Nas palavras do autor, trata-se de «uma tentativa de fazer antropologia visual através do uso de fotografia a preto e branco». «Diz-nos a máxima da antropologia visual que há sempre um tratamento criativo da realidade

quando se mediatiza qualquer observação», explica Humberto Martins. «Este trabalho é também por isso uma forma pessoal de mostrar um afecto que não revelo na escrita da tese. Talvez um complemento contraditório e o partilhar da minha experiência de observação com outros públicos», refere.

A exposição foi inicialmente organizada pelo Núcleo de Fotografia da Casa Municipal da Juventude de Cacilhas, onde esteve patente durante o mês de Julho com o apoio da Câmara Municipal de Almada.

Licenciado em Sociologia e mestre em Antropologia Visual e Práticas e Representações Sociais, Humberto Martins está a desenvolver um trabalho sobre antropologia visual no Granada Centre for Visual Anthropology, na Universidade de Manchester, desde 1998.

«Combustíveis» A guerra dentro de casa

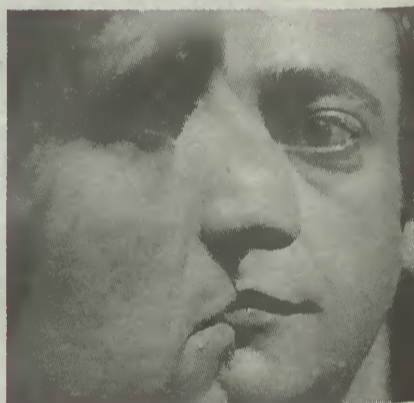
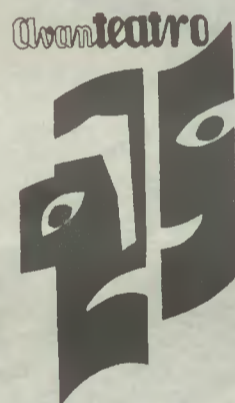
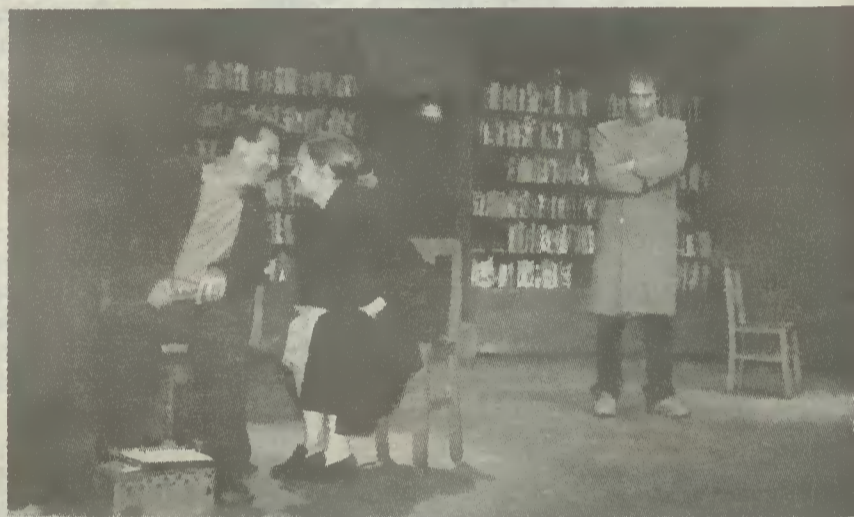
Lá fora é a guerra. As bombas. O Inverno. No seu apartamento, que contém uma imensa biblioteca, o professor alberga o seu assistente, Daniel, e a companheira deste último, Marina, uma jovem estudante. Morrem de frio e para se aquecerem não lhes resta senão os livros para queimar. Este é o cenário da peça «Combustíveis», de Amélie Nothomb, que será levado à cena pela Efémoro-Companhia de Teatro de Aveiro. A encenação e a dramaturgia é de Rui Sérgio e a interpretação de David Costa, Filipa Pinheiro e Jorge Fraga. «Combustíveis» começa por colocar a questão sobre os livros que as personagens teriam menos escrúpulos em queimar, para encerrar sobre a

questão humana, uma vez destruídas as obras.

As três personagens debatem-se com o frio e a dignidade humana. Daniel apegou-se aos ideais literários que o professor lhe transmitiu, mas estes não lhe permitem compreender o caos em que a vida se tornou.

Marina tem frio. Tudo serve para se aquecer. Para ela, a única maneira de sobreviver é queimando os livros. Mas sabe também que, uma vez destruídos, a sua vida deixará de fazer sentido.

Os efeitos perversos da guerra. Os seus danos colaterais. O inferno da guerra espelhado nas relações de três seres humanos. O cinismo, a crueldade, a perversidade, a evidência diabólica do ser humano no limite da sobrevivência.



«Full in a Empty Room» O progresso inalcançável

Durante os espectáculos de teatro de dança apresentados no espaço do Avanteatro, decorrerá o *happening* «Full in a Empty Room», sem horário marcado. Fernando Chainço dá corpo a esta performance que fala sobre a solidão e a forma como contrasta com o avanço tecnológico e sobre o fascínio que este provoca ao melhorar a sociedade.

Como refere o autor, o *happening* fala ainda «de como nos deslumbramos com máquinas das quais saiu um novo modelo, e de como esse modelo daqui a uns tempos será deitado fora; de como nos deslumbramos com a complexidade do corpo humano e nos referimos às

suas qualidades de uma forma tão superlativa e de como nos desfazemos das pessoas, essas máquinas tão perfeitas, colocando-as em asilos, fora do nosso entusiasmo tecnológico, como se os nossos gestos para com os outros fossem meros factos consumados». «Imagino um local de onde um dia todas as pessoas desapareceram, só restando as suas máquinas. Agora desocupadas, elas querem continuar a agradar, mesmo que a um mundo vazio», acrescenta Fernando Chainço. A performance nunca estará completa porque o assunto que aborda sofre uma dialéctica constante.

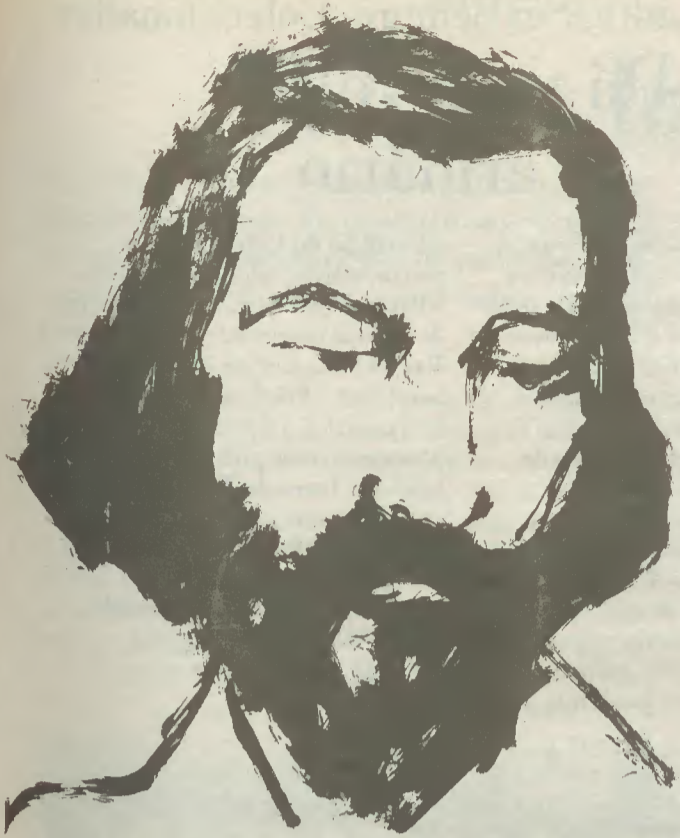
André Louro e João Lima A música no teatro

André Louro e João Lima são os protagonistas de um espectáculo de piano e guitarra portuguesa, instrumentos com tradições e sonoridades que raramente encontramos unidas.

O resultado é um conjunto de músicas heterogéneas, ricas na diversidade plástica das suas imagens e estrutura musical, que vai desvendando pequenas histórias. É um repertório marcadamente teatral que se revela no discurso.

A voz teatral, o tempo e a expressividade plástica que palpita no trabalho de André Louro e João Lima não são estranhos ao seu percurso artístico. Ambos colaboram com companhias de teatro na criação de temas originais e estão envolvidos nas áreas da vídeo-dança, performance e instalação, para as quais desenvolvem músicas e ambientes sonoros integrados.





Gil Vicente

O regresso do mestre 500 anos depois

Gil Vicente critica a sociedade e ao mesmo tempo diverte o público com toda a naturalidade e espontaneidade, focando os mais diversos temas. É, sem dúvida, o mestre do teatro português. 500 anos depois, marcará presença no Avanteatros.

«Romagem de Agravados»

Em «Romagem de Agravados» – a peça que será apresentada na Festa do Avante!, datada de 1533 –, Gil Vicente usa pequenos quadros, enquadrados em alegorias profanas. A caminho de uma romaria passam camponeses, fidalgos, freiras e clérigos, mostrando os seus vícios típicos em diálogos e monólogos, numa relação íntima entre a ficção alegórica e o conteúdo da peça. Esta tragicomédia será exibida ao ar livre, como se de uma romaria se tratasse, num percurso que será acompanhado por uma banda de música. O espectáculo inicia-se como uma procissão popular e termina na presença de Frei Paço, depois de percorrido um longo caminho. A sátira social é constante. Um frade, na ambição de se tornar bispo ou prelado, defuma-se com palha amarela para aparentar um rosto descorado provocado por jejuns e mortificações. Uma mulher queixa-se que os

funcionários régios apenas agem segundo os seus interesses. O lavrador é quem suporta a pirâmide social de parasitas e ociosos, uma personagem «cuja voz acusadora tem acentos comoventes», segundo António José Saraiva e Óscar Lopes. «Trabalha até à exaustão, sem tempo sequer para limpar as gotas de suor. O produto do trabalho é-lhe arrancado pelos cobradores de rendas ou pelos frades. Na igreja escorraçam-no como um cão», resumem os autores.

As personagens queixam-se de Deus, do rei, da clausura, da infidelidade, da prepotência e da pobreza, mas, como resposta, Frei Paço apenas lhes pede que tenham paciência e aconselha-os a encherem-se de alegria e esquecerem as mágoas.

A imagem plástica da procissão é inspirada na obra «As Tentações de Santo Antão», de Hieronymus Bosch, pintor contemporâneo de Gil Vicente.

Pouco se sabe sobre a vida de Gil Vicente. Terá nascido em 1465 ou num ano próximo, encenou a sua primeira peça em 1502, colaborou no «Cancioneiro Geral» de Garcia de Resende, teve a função de organizar as festas da corte e recebeu tenças e prémios de D. João III.

Em vida, o dramaturgo publicou alguns autos em folhetos de cordel, tendo uma parte sido proibida pela Inquisição. Outra informação interessante: com uma autoridade socialmente reconhecida, em 1531, a propósito de um terramoto que abalou Portugal, Gil Vicente censurou severamente os sermões terríficos dos frades em que estes defendiam que a catástrofe era um castigo de Deus. Mas, se os dados biográficos são escassos, o estudo da obra vicentina é extenso. Vivacidade, traços de modernidade e diversidade de fontes, estruturas e tonalidades são algumas das características dos autos de Gil Vicente.

O dramaturgo não parece ligado à tradição do teatro religioso medieval, nascido em parte das representações litúrgicas do Natal e da Páscoa. Inicialmente o seu trabalho bebe mais a um poeta palaciano castelhano, Juan del Encina, imitando a sua linguagem e a sua língua. É isso que explica que os seus primeiros pastores não falem o português rústico, mas o *saiaguês*, um dialecto semicastelhano e semileonês. Ao longo do seu percurso literário, Gil Vicente vai enriquecendo as suas formas e repertório integrando novos elementos, alguns deles tradicionais, como o sermão burlesco e as imitações jocosas de actos religiosos. Ao mesmo tempo adopta novas formas teatrais criadas no estrangeiro, como a fantasia alegórica de Torres Naharro, e passa a estilizar a realidade nacional, com os pastores a falarem a sua linguagem comum e as personagens a abordar os problemas e desejos dos espectadores.

Do pouco que se conhece sobre as encenações do mestre, sabe-se que as peças eram representadas no chão, tendo mais tarde passado para um estrado, onde eram instaladas as

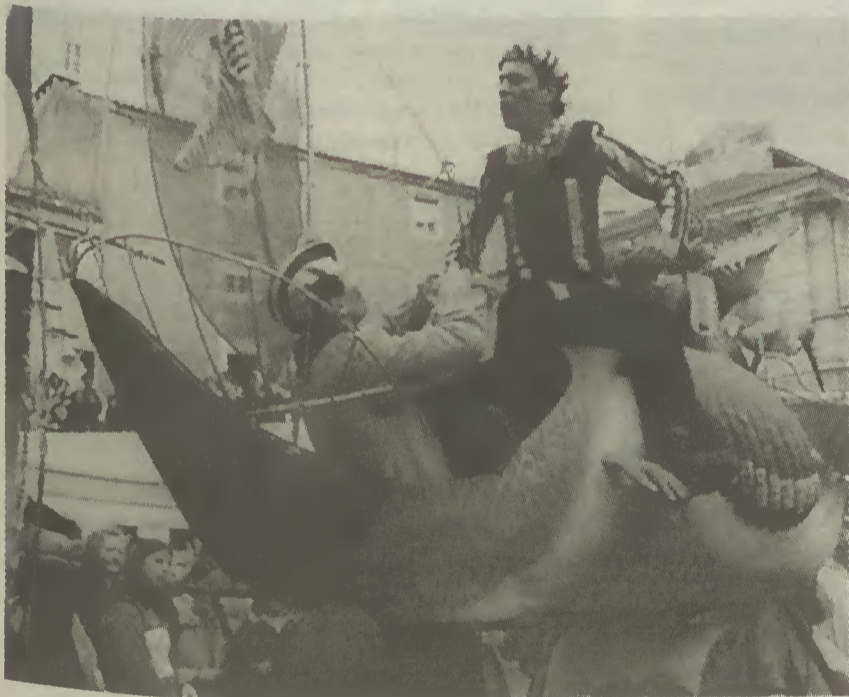
barcas, as fráguas, as estalagens e todos os *décors* necessários. Os espaços simbólicos eram assinalados por cortinas e outros meios. Não está provada a existência de uma companhia profissional de actores, embora os especialistas considerem que seria necessária uma certa permanência e treino do elenco em períodos de intensa actividade cénica.

Retrato de um país

António José Saraiva e Óscar Lopes dividem as peças vicentinas em autos pastoris, teatro religioso, farsas (onde se inclui «Romagem de Agravados»), autos cavaleirescos e alegorias de tema profano. No entanto, as características destes tipos de peças vão-se misturando em toda a obra, com o auto pastoril a entrelaçar-se à moralidade e a fantasia alegórica de tema religioso a tocar na de tema profano. Para aqueles autores, o auto alegórico é o que melhor representa a concepção vicentina de teatro. Os autos de Gil Vicente não procuram apresentar conflitos psicológicos, como acontece no teatro clássico. Trata-se de um teatro de sátira social e um teatro de ideias. Por isso não há caracteres individualizados, mas entes personificados e tipos sociais que agem de acordo com a lógica da sua condição: por um lado, o Diabo, os Anjos, a Alma e os heróis de cavalaria e, por outro, o Pastor, o Camponês, o Escudeiro, a Moça, a Alcoviteira e o Frade, entre outros.

Na obra vicentina temos o retrato do Portugal quinhentista, gravando as mentalidades, os desequilíbrios, as injustiças, as ambições e as relações sociais, no conjunto de uma sociedade simultaneamente camponesa e cosmopolita, provinciana e cortesã.

Estilisticamente, os autos vicentinos oscilam entre uma expressão gótica coerente e uma acumulação de elementos heterogéneos. Há, pois, uma desintegração do gótico, sem que se registre uma composição convergente para a figura humana.





Concurso de pesca

O Concurso de Pesca da Festa do *Avante!*, realizado na semana passada, contou com a participação de mais de 50 pescadores. A zona ribeirinha do Cais do Sodré, em Lisboa, serviu de palco para a competição, que envolveu homens, mulheres e crianças.

Vencedor de seniores masculinos: António Morão, do «Clube Escorpiões»
 Vencedora de seniores femininos: Fernanda Maria, do «Pesca do Mar»
 Vencedor de juniores: Mário Filipe, do «Grupo Desportivo Bairro São João»

Vencedores por equipas:

- 1.º Clube Escorpiões
- 2.º Corvina
- 3.º Pesca do Mar (A)
- 4.º Amigos da Pesca
- 5.º Pesca do Mar (B)

Melhores pescadores:

- 1.º Clube Escorpiões
- 2.º Pesca do Mar
- 3.º Corvina
- 4.º Grupo Desportivo Bairro São João
- 5.º Unidos da Recosta

Feira da Ladra, Sai Sempre, Coleccionador Dá uma volta ao armário

Tiveste preguiça para fazer as limpezas de Primavera? Tens o guarda-vestidos cheio de roupa que não usas? Não sabes o que fazer aos muitos objectos que se amontoam nos armários? O problema está resolvido: dá uma voltinha lá em casa, junta tudo o que não precisas ou não vais usar e entrega no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, onde serão reconvertidos em rifas e compras dos visitantes da Festa do *Avante!*. Já sabes, quase tudo se aproveita. Para a **Feira da Ladra**, livros, roupa, sapatos, discos, cassetes, móveis e qualquer objecto em segunda mão. Para

o **Pavilhão do Coleccionador**, postais, cromos, selos, crachás, porta-chaves, isqueiros, moedas e todo o tipo de material colecionável. Mas na Festa também há lugar para o novo! Para o **Sai Sempre**, podes enviar qualquer tipo de material que possam servir de prémios, de qualquer valor. Na **Tasca de Lisboa**, são bem-vindas batatas, cebolas, alhos, chouriços, torresmos, feijão, vinho, azeite, óleo e conservas de atum, entre outros alimentos. Para o **Cantinho das Bebidas**, manda ginjinha, geropiga, licor de café e outras bebidas.



Camionetas para a Festa

As Comissões Concelhias de Braga e de Vila Verde do PCP estão a organizar uma viagem de camioneta para a Festa do *Avante!*, marcada para dia 7 de Setembro. A partida é às 6 horas, no Largo de Santo António, em Vila Verde. Meia hora mais tarde, pára em Braga, na Avenida Norton de Matos, junto à Rodoviária. O regresso será no dia seguinte, pelas 20 horas. As inscrições devem ser feitas no Centro de Trabalho de Braga do PCP, na Rua de Santo André, 15 ou pelos telefones 253 61 68 50/1, 96 787 70 99 ou 96 280 16 61.

«The Cocks» vencem torneio de futebol de cinco

O I Torneio «Festa do *Avante!*» de Futebol de Cinco de Santa Iria da Azóia terminou na semana passada, com a vitória dos «The Cocks» sobre «Os Ypsons» por 4-1, equipas que alcançaram respectivamente o primeiro e o segundo lugar. Os «Xis» e os «Lutadores» ficaram na terceira e quarta posições. O melhor marcador do torneio foi Hélio Neves, da equipa «Lutadores», com 13 golos. O guarda-redes menos batido foi Jorge Tavares, dos «The Cocks», com cinco golos sofridos em cinco jogos. Um almoço com cerca de cem participantes marcou o fim do torneio.



FotoFesta

Festa do Avante 2002 | Ano da Fotografia

Entra já na Festa!

Envia as tuas fotos até 18 de Agosto

Fotógrafos profissionais, amadores ou ocasionais, todos poderão ver as suas fotografias expostas na Festa do *Avante!* deste ano, no painel que reunirá cerca de 1000 fotografias das 25 edições anteriores, da FII à Atalaia.

Para isso, basta que quem queira participar envie as suas fotografias preferidas, dos melhores momentos passados na Festa dos comunistas portugueses, momentos de alegria, confraternização e solidariedade, características quer da fase da construção quer dos três dias em que se abre aos milhares e milhares de visitantes que todos os anos a procuram.

Não se tratando de um concurso, estará assegurada a exposição de pelo menos uma fotografia de cada participante. Como participar? É simples, basta enviar as fotografias, cópias ou negativos num envelope com a ficha de inscrição (à disposição nos Centros de Trabalho do Partido) devidamente preenchida, com referência à edição da Festa a que a fotografia se refere, para «Concurso FotoFesta – Quinta da Atalaia; Av. Bafa Natural do Seixal, 2845-415 Amora, Seixal» ou entregar em mão num Centro de Trabalho Regional do PCP. De preferência, as fotografias deverão ser acompanhadas de uma menção de oferta das imagens e dos direitos de reprodução e utilização pelo Partido. O prazo termina a 18 de Agosto.

Ficha de inscrição

Declaro que autorizo a utilização e reprodução das fotos anexas.

Nome	
	assinatura
Morada	Declaro que ofereço as fotos anexas ao Arquivo do PCP.
	assinatura
Telefones	Data
Quantidade de fotos enviadas	A organização da Festa do Avante não se responsabiliza por eventuais danos causados pelo transporte, manuseamento ou exposição das fotos. As fotos serão devolvidas logo após a exposição para a morada indicada na ficha de inscrição, caso o autor não assine a declaração de oferta ao Arquivo do PCP.
Ano a que se referem as fotos	

Uruguai

País em luta

Perante a iminência do país entrar em bancarrota, as greves de protesto sucedem-se e os uruguaios concentram-se à porta das instituições bancárias para tentar salvar as suas poupanças.

A central sindical unificada do Uruguai, PIT/CNT, convocou para terça-feira uma greve geral de 12 horas, em protesto contra a política económica do governo de Jorge Batlle. Nas principais cidades realizaram-se manifestações com milhares de pessoas.

A paralisação coincidiu com a reabertura da maioria dos bancos (fechados desde terça-feira da passada semana), tornada possível graças à injeção financeira adiada pelos Estados Unidos. O montante disponibilizado, 1500 milhões de dólares, corresponde à ajuda multilateral

aprovada na madrugada de terça-feira pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, e Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

Sindicatos contestam medidas impostas pelo FMI

Esta é a primeira vez que o Governo de George W. Bush aprova uma ajuda directa a um país em crise, embora o montante adiantado deve ser rapidamente devolvido, ainda esta semana, quando os organismos internacionais aprovarem o desembolso das verbas.

A prontidão revelada pelos EUA explica-se pelo facto de o Uruguai ser um importante centro financeiro, por onde

passam muitas centenas de milhões de dólares provenientes de nações vizinhas.

Refira-se, no entanto, que o socorro financeiro só foi prestado depois de o Parlamento uruguaio ter aprovado à pressa a Lei de Estabilidade do Sistema Bancário, imposta pelas instituições financeiras internacionais e que os sindicatos contestam a par de outras medidas restritivas adoptadas pelo Governo, consideradas prejudiciais à retomada do crescimento económico.

Entretanto, o Sindicato Único dos Bancários do Uruguai convocou para ontem, quarta-feira, uma greve nacional de 24 horas com vista a impedir o despedimento de 600 trabalhadores dos bancos que passam por dificuldades de liquidez.

Por seu lado, os 18 mil funcionários do Ministério da Saúde Pública iniciaram na segunda-feira uma paralisação de 72 horas, em protesto contra as alterações fiscais que, afirmam, «afectam a soberania nacional». A greve atinge todo o território do Uruguai e apenas serão garantidos os cuidados médicos de urgência.

A actual crise financeira teve início no passado mês de Dezembro, quando começaram as restrições bancárias na vizinha Argentina. O sistema financeiro do Uruguai ressentiu-se, perdendo 45 por cento dos seus depósitos, obrigando o Banco Central a destinar 1300 milhões de dólares das suas reservas para cobrir os levantamentos antecipados de depósitos de não residentes no país, na sua grande maioria argentinos.



Milhares de uruguaios formaram longas filas na reabertura dos bancos no início da semana

Coreia do Norte exige fim da ingerência americana

«Se os EUA realmente querem melhorar as suas relações com a Coreia do Norte e a paz na península coreana, é importante que demonstrem boa vontade, dando os passos necessários para acabar com o perigo de guerra e assegurar uma paz duradoura na península», afirmou no passado dia 2, no fórum regional da ASEAN, o chefe da diplomacia norte-coreana, Paek Nam Sun. O diplomata considera que as relações entre os dois países, que vinham a conhecer melhorias, deterioraram-se com a acusação por parte do presidente norte-americano, George W. Bush, de que a Coreia do Norte integrava um pretensu «eixo do mal» e que se tratava de um país patrocinador do terrorismo.

Os responsáveis norte-coreanos entendem que os altos e baixos existentes nas relações entre as duas coreias devem-se às constantes ingerências dos EUA nos assuntos internos do povo coreano.

Neste sentido, as autoridades da República Democrática Popular da Coreia (RPDC) entendem ser essencial o desmantelamento do «Comando das Nações Unidas», que está a ser utilizado como disfarce para a presença ilegal de tropas americanas em território coreano.

As relações entre as duas coreias conheceram em Junho passado a sua maior crise desde 1999, com a ocorrência de confrontos navais entre as marinhas dos dois países. Estes confrontos, na opinião da Coreia do Norte, foram provocados pela invasão das águas territoriais norte-coreanas pela marinha do Sul, apesar destes últimos alegarem exactamente o contrário. Para a RPDC, a linha divisória que a Coreia do Sul acusa de ter ultrapassado foi unilateralmente fixada pelos Estados Unidos no in-

ício dos anos 50 do século passado, após a guerra da Coreia, que fixaria a existência de dois países. Em comunicado de 5 de Agosto, as autoridades da RPDC consideram que essa linha, que nunca contou com o seu acordo, viola o estipulado no acordo de paz e lembram que essa «fronteira» foi criada após o desembarque das tropas dos EUA na Coreia do Sul «sob o disfarce de tropas da ONU».

A Coreia do Norte considera ainda que os confrontos são resultado de movimentações anti-reunificação, vindas das autoridades sul-coreanas e dos próprios Estados Unidos. «O norte e o sul da Coreia devem rejeitar quaisquer interferências exteriores e reunificar o país pelo esforço concertado da nação coreana», afirmam as autoridades norte-coreanas, no mesmo comunicado.

Reminiscências de tempos inesquecíveis

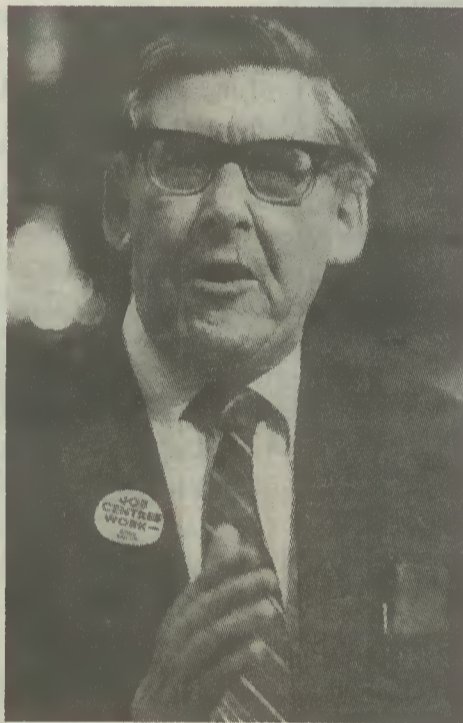
Manoel de Lencastre

Arthur Scargill, o carismático presidente do célebre sindicato dos mineiros britânicos (NUM - National Union of Mineworkers), acaba de atingir a idade de reforma e afastou-se, portanto, do cargo que ocupou durante os últimos tão movimentados 21 anos. Manter-se-á ao serviço dos mineiros como consultor honorário mas, essencialmente, o fim chegou para a desdobrante actividade que costumava aplicar ao serviço da causa dos seus camaradas. Recordar-se-á quem nos ler dos momentos acontecidos durante a greve de 1984-85, em que a classe dos mineiros acompanhou o seu dirigente no espectacular grito de greve contra o encerramento de minas tidas como rentáveis. Scargill, apoiado no prestígio de vitórias anteriores, entendeu negar a Margaret Thatcher a vingança que esta desejava arrastando o sindicato para uma luta feroz e dramática que se tornou no acontecimento máximo de

missão era a de permitir a entrada e saída de camiões para transporte de carvão com destino às centrais eléctricas. Neste contexto, o papel dos motoristas desses veículos, enquanto os mineiros contidos pela polícia manifestavam a sua fúria, foi particularmente repelente. A derrota dos mineiros alterou o mapa das relações de classe neste país. Não mais se viu um conflito de tal magnitude. Vieram a conhecer-se, mais tarde, as medidas baixas a que o governo Thatcher recorreu contra Scargill, pessoalmente, fazendo infiltrar a direcção do sindicato com espíões e os piquetes com agentes secretos. As várias tentativas feitas para desacreditá-lo e manchar-lhe a honra pessoal revoltaram todas as pessoas de princípios nas ilhas britânicas. Hoje, o glorioso NUM conta com cerca de 3 500 membros.

Mick, o Vermelho

De todas as famosas lutas dos mineiros britânicos, não pode dissociar-se a figura de Mick McGahey, vice-presidente do sindicato durante o terrível ano da desastrosa greve. McGahey era escocês e tinha larga experiência das lutas da classe mineira e dos trabalhadores britânicos em geral. Membro do Partido Comunista britânico tinha a frieza e a capacidade de avaliação das circunstâncias que Scargill, mais ardente, não possuía. Naturalmente, o Partido Comunista e o jornal «Morning Star» apoiaram a greve até ao último dia. Mas não se desconheciam as diferenças de opinião entre os sindicalistas membros do Partido e os próximos de Scargill. Quando a greve entrou no campo da confrontação com poderosas forças militares, chegou a esperar-se que Mick McGahey, o Vermelho, assumisse a direcção do NUM em substituição de Scargill para tentar conter as perdas que se adivinhavam. Mas o escocês, homem estruturalmente leal, achou que era seu dever continuar a apoiar aquele cuja heróica defesa dos interesses da classe mineira contra forças cada vez mais fortes não impediria a derrota. Muito questionado pelos «media» McGahey respondia-lhes, invariavelmente: «As diferenças de opinião que possam existir, só as discuto no interior do sindicato. Foi assim que aprendi no meu partido e assim procederei até ao último dia da minha vida». Este glorioso defensor dos interesses dos trabalhadores cuja adesão à causa da independência da Escócia era bem conhecida, jamais culpou Scargill do grave desastre que atingiu os mineiros britânicos e quase os riscou do mapa industrial britânico. Morreu em fins de Janeiro de 1999 sem uma palavra de crítica ou revolta relativamente aos erros daquele. Os tempos estavam a mudar. Necessário seria, agora, trabalhar noutras circunstâncias. Mas sem ferir os ideais de sempre. Os ideais que, tarde ou cedo, nos levarão à vitória.



Mick McGahey

todos os dias no país. A «dama de ferro» nomeara para presidente da empresa nacional dos carvões (National Coal Board) o sanguinário Ian MacGregor, um americano sem escrúpulos cuja tarefa era, precisamente, levar à prática o plano de fecho das minas. O sindicato, com 50 000 membros no seu efectivo, não podia aceitar tais medidas. De aí, a greve.

Uma greve que os mineiros venceriam se não jogassem contra eles dois factores essenciais: primeiro, a renúncia do movimento sindical britânico em proclamar a greve geral de apoio aos mineiros; segundo, a disposição da primeira-ministra em levar a repressão às máximas consequências incluindo medidas de guerra civil a que o povo britânico assistiu com perplexidade. Na verdade, nunca se tinha visto tanta polícia na Grã-Bretanha. As zonas mineiras encontravam-se totalmente cercadas por forças militares usando fardas policiais enquanto as minas propriamente ditas registavam a presença de milhares de agentes cuja

Lei de Bases da Segurança Social do PSD/PP

Perguntas e respostas sobre a Segurança Social (conclusão)

O Avante! conclui hoje a divulgação de um conjunto de perguntas e respostas sobre a Segurança Social, um património dos trabalhadores que o Governo pretende destruir para alargar o mercado das sociedades gestoras de fundos de pensões controladas pelas seguradoras e pelos bancos, e assim aumentar os seus activos e os seus lucros. Como anunciamos na edição da semana passada, o objectivo desta iniciativa – baseada num trabalho do economista Eugénio Rosa – é fornecer um conjunto de dados e informações fundamentais para a campanha de esclarecimento e mobilização que é necessário levar a cabo em defesa da Segurança Social.



Os verdadeiros problemas da Segurança Social

- 1- A elevada dívida do Estado à Segurança Social que é preciso que seja paga.
- 2- A elevada dívida das empresas à Segurança Social que é urgente que seja paga.
- 3- A fraude e a fuga em larga escala de receitas à Segurança Social que é necessário combater com eficácia.
- 4- O sistema de cálculo das contribuições das empresas para a Segurança Social que é necessário modernizar.
- 5- A multiplicidade de taxas de descontos e de contribuições para a Segurança Social que é necessário eliminar.

VIII

Será que a introdução do tecto contributivo irá afectar apenas os trabalhadores com salários elevados?

O projecto da nova Lei de Bases da Segurança Social de Bagão Félix não fixa qualquer valor para o tecto contributivo, apenas estabelece que compete ao Governo fixar em lei (decreto-lei) futura o valor que quiser. Trata-se de um cheque em branco ao Governo.

Portanto, não é certo que apenas os trabalhadores de salários eleva-

dos serão afectados com a introdução do tecto contributivo.

A proposta de lei prevê ainda um 2.º tecto contributivo, cujo valor o Governo também poderá fixar arbitrariamente, e que para o valor das remunerações entre os dois tectos, a lei pode prever (pode, mas não é obrigatório) que o trabalhador possa escolher livre-

mente entre continuar a descontar para a Segurança Social ou começar a descontar para um fundo de pensões.

Esta liberdade de escolha, de que falam tanto Bagão Félix e Durão Barroso, é anulada através da introdução de fundos de pensões obrigatórios, como estabelece o art.º 94 da mesma proposta de lei.

IX

Será que os trabalhadores serão obrigados a descontar para os fundos de pensões?

Na Alemanha, os trabalhadores podem optar livremente entre continuar a descontar para Segurança Social ou descontar para um fundo de pensões. Como os fundos de pensões estão profundamente dependentes da especulação bolsista, a esmagadora maioria dos trabalhadores optou por continuar a descontar para o sistema público de Segurança Social. Por isso, os patrões das seguradoras e dos bancos estão a exigir ao Governo que introduza os fundos de pensões obrigatórios, ou seja, que os trabalhadores

sejam obrigados a aplicar o dinheiro que antes entregavam à Segurança Social.

A proposta de lei de Bagão Félix prevê já regimes complementares legais, que são **fundos de pensões que assumem natureza obrigatória para as pessoas e eventualidades que a lei definir**, ou seja, que venha a ser aprovado pelo Governo através da publicação de um decreto-lei.

Quanto aos regimes complementares contratuais, que podem ser convencionais ou institucio-

nais, poderão também tomar a forma obrigatória para muitos trabalhadores, pois isso poderá suceder se o contrato colectivo de trabalho ficar associado a determinado fundo de pensões, obrigando os trabalhadores abrangidos por esse contrato a aplicar uma parte dos descontos, que antes iam para a Segurança Social, num determinado fundo de pensões. Parece esse ser o objectivo da negociação entre a UGT e o Governo que introduziram na lei fundos de pensões de iniciativa das associações sindicais.

X

Será que acima do 1.º tecto contributivo as empresas deixarão de serem obrigadas a contribuir para as reformas?

A partir do 1.º tecto contributivo as empresas deixarão de serem obrigadas a contribuir pelo que os fundos de pensões serão alimentados apenas com os descontos dos trabalhadores.

Segundo o articulado de Bagão Félix, acima do 1.º tecto contributivo as empresas deixarão de contribuir mesmo para aquelas eventualidades (prestações) «sobre as quais não incide o tecto contributivo», e que são os subsídios de desemprego, de doença, etc., já que a proposta de lei estabelece que as receitas da Segurança Social, acima daquele tecto, têm como origem apenas as cotizações, ou seja, os descontos dos trabalhadores.

Se as empresas deixam de ser obrigadas a contribuir para o

pagamento de prestações em que não incide o tecto contributivo, com maioria de razão não serão obrigadas a contribuir para fundos de pensões cujas receitas resultam da introdução dos tectos contributivos, o que determinará que serão somente os descontos dos trabalhadores a alimentar os fundos de pensões.

Assim, com a introdução de fundos de pensões, os trabalhadores perderiam de três formas:

1 - Por que descontando para fundos de pensões e não para a Segurança Social, a parte das pensões que receberiam do fundo de pensão seria inferior ao que receberiam se descontassem o mesmo para a Segurança Social (um trabalhador com o salário médio

nacional que descontasse o mesmo que desconta para a Segurança Social durante 40 anos, receberia da Segurança Social uma pensão de 81 contos e de um fundo de pensões uma pensão de 14 contos);

2 - Porque a partir do 1.º tecto contributivo a empresa deixaria de contribuir para a sua pensão como actualmente sucede com a Segurança Social;

3 - Porque ao investir num fundo de pensões estaria a fazer depender o valor da sua pensão futura da especulação bolsista, correndo o risco desta parcela da sua pensão ser ZERO, como sucedeu com as pensões dos trabalhadores da empresa ENROM, que devido à falência da empresa ficaram sem as suas pensões.

XI

O que são fundos de pensões de contribuições definidas e fundos de pensões de benefícios definidos?

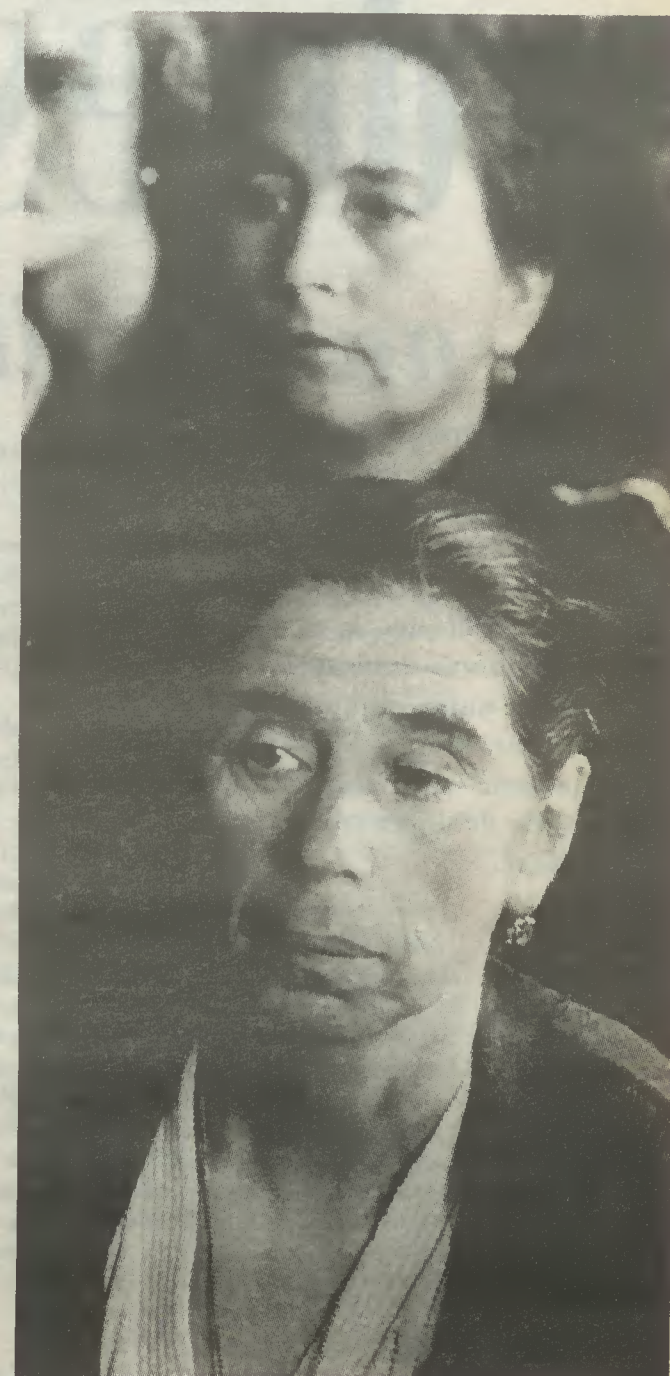
Num fundo de pensões de contribuições definidas, o que é certo é apenas a contribuição que cada trabalhador tem de pagar ao fundo de pensões. O que receberá quando se reformar não é certo, pois depende da especulação bolsista. E isto porque as sociedades gestoras de fundos de pensões retiram à cabeça, daquilo que o trabalhador paga todos os meses, a sua comissão, que é certa, garantido assim os seus lucros (é por isso que os fundos de pensões são um negócio altamente rentável). Depois, com o que resta, a sociedade compra na bolsa acções e obrigações. Portanto, o património que existe para pagar as pensões aos trabalhadores quando se reformarem são os títulos cujo valor depende da sua cotação na

bolsa na altura. Se esse valor for muito baixo, então o que receberá cada trabalhador será irrisório, podendo mesmo não receber NADA, como sucedeu com os trabalhadores da empresa americana ENROM, que faliu devido a uma gestão fraudulenta.

Num fundo de pensões de benefícios definidos, o que é certo não é o que se tem de pagar todos os meses, mas sim o que receberá quando se reformar (por ex., 20% do salário do último ano). Se a empresa ou o trabalhador tiverem de pagar para assegurar aquele benefício certo, então quando se verificar uma baixa na especulação bolsista a contribuição a entregar à sociedade gestora do fundo de pensões crescerá muito. Portanto,

nunca se sabe ao certo quanto se terá de pagar para receber a pensão definida quando atingir a idade de reforma. É por essa razão que na Inglaterra os patrões estão a exigir ao governo que determine por lei que os fundos de pensões de benefícios definidos em parte financiados pelas empresas passem a ser fundos de pensões de contribuições definidas, e que em Portugal as empresas estejam contra a criação de fundos de benefícios definidos.

A proposta de lei do Governo PPD/PP consagra a reivindicação do patronato, ou seja, **fundos de contribuições definidas, quando estabelece que acima do 1.º tecto contributivo só haverá cotizações, ou seja, apenas descontos dos trabalhadores.**



XII

O que é a convergência das pensões mínimas para o salário mínimo, de que falou tanto Paulo Portas e fala agora Bagão Félix?

Será que a convergência de que fala o Governo significa que as pensões mínimas passarão a ser iguais ao salário mínimo, com prometeu Paulo Portas durante a campanha eleitoral, e como o Governo PPD/PP e o próprio Bagão Félix insinuam?

A resposta é NÃO. De acordo com a proposta de lei, **no ano 2007, ou mesmo no ano 2008, o Governo garante aos reformados do regime geral apenas o seguinte:**

a) Aos que se tenham reformado com uma carreira contributiva até 14 anos, a sua pensão não será inferior a 65% de 89% do salário mínimo, ou seja, **57,85% do valor do salário mínimo nacional. Em valor, e tomando como base de cálculo o salário mínimo nacional - 69.770\$00**

- uma pensão de reforma de **40.316\$00 (actualmente é já 38.000\$00).**

b) Aos com uma carreira contributiva entre 15 e 20 anos, a pensão não será inferior a 72,5% de 89% da SMN, ou seja, **uma pensão igual a 64,5% do salário mínimo nacional.**

c) Aos com 21 a 30 anos de descontos, pensão não inferior a 80% de 89% do SMN, ou seja, igual a 72,5% do SMN, ou seja, **uma pensão igual a 71,2% do salário mínimo nacional.**

d) Aos com mais de 30 anos de descontos, uma pensão não inferior a 89% do salário mínimo nacional.

Por outro lado, o Governo garante aos que recebem a pensão social, em 2007, ou mesmo em 2008, uma pensão que não

será inferior a 50% de 89% do SMN., ou seja, **44,5% do salário mínimo nacional, o correspondente, utilizando como base de cálculo o salário mínimo nacional actual, a 31.047\$00.**

Aos pensionistas do regime especial de Segurança Social das actividades agrícolas, o Governo garante, em 2007, ou em 2008, uma pensão que não seja inferior a 60% de 89% do SMN, ou seja, **53,4% do valor do salário mínimo nacional, ou seja, a 37.257\$00 tomando como base de cálculo o valor actual daquele salário.**

Se as pensões mínimas continuassem a aumentar ao ritmo verificado nos últimos anos, os valores constantes da proposta para 2008 seriam certamente ultrapassados no ano previsto na proposta.

XIII

Porquê a destruição do sistema público da Segurança Social?

De uma forma sintética, pode-se afirmar que Bagão Félix e o Governo PPD/PP pretendem destruir o sistema público de Segurança Social da seguinte forma:

a) **Através da destruição do princípio da solidariedade** em que assenta o sistema público de Segurança Social, introduzindo a regressividade nos descontos para a Segurança Social (quem recebe mais, através da introdução do tecto contributivo, contribui percentualmente com menos para a Segurança Social).

b) **Através da introdução de fundos de pensões obrigatórios**, fazendo depender uma parcela de reforma dos trabalhadores da especulação bolsista.

c) **Através da isenção das empresas do pagamento de quaisquer contribuições para a Segurança Social a partir do 1.º tecto contributivo.**

d) **Provocando uma quebra significativa e sempre crescente das receitas para a Segurança Social** como consequência da introdução do tecto contributivo, o que provocará problemas financeiros à Segurança Social.

e) **Através da redução gradual das pensões do regime geral às pensões mínimas**, como sucedeu na Inglaterra, resultante da introdução de tectos contributivos cada vez mais baixos, obrigando os trabalhadores a recorrer a fundos de pensões para completar a sua pensão, ficando assim o valor desta dependente dos resultados da especulação bolsista (a teoria dos 3 pilares defendida pelo Banco Mundial e também por Bagão Félix).

Informações úteis

Garantia salarial - Suportada pela Segurança Social, destina-se a garantir aos trabalhadores do regime geral o pagamento das retribuições devidas e não pagas pela entidade patronal declarada extinta, falida ou insolvente. Não pode ultrapassar o triplo do salário mínimo nacional.

Pensões mínimas em 2002 - Regime Geral: 38.000\$00; RESSAA: 34.110\$00; Pensão social: 27.720\$00; Regime Transitório dos Rurais: 27.720\$00.

Subsídio de desemprego - Para se poder receber tem de se ter descontado pelo menos 540 dias nos últimos 24 meses. O montante de subsídio diário é igual a 65% da remuneração média recebida, não podendo ser superior a 3 salários mínimos nem inferior a um salário mínimo nacional.

Subsídio de doença - Para se poder receber é preciso estar inscrito na Segurança Social há mais de 6 meses, com registo de remunerações pelo menos de 12 dias no decurso dos últimos 4 meses. Período em que se não recebe nada: os primeiros 3 dias para os trabalhadores por conta de outrem, e os primeiros 30 dias para os independentes. Montante: 65% da remuneração média dos últimos 6 meses, e 70% em caso de doença prolongada.

Subsídio familiar (abono de família) - Se a família tem um rendimento inferior a 1,5 salários mínimos: Subsídio para os 1.º e 2.º filhos - 16.520\$00 por cada um; Rendimento superior a 1,5 e inferior a 4 salários mínimos nacionais: 14.550\$00; Rendimento de 4 a 8 salários mínimos: 12.550\$00; Superior a 8 salários mínimos: 7.860\$00 por cada filho.

• Miguel Urbano Rodrigues

Os intelectuais de esquerda na batalha da comunicação

Escritores, pensadores, cientistas sociais, historiadores, jornalistas gastamos pelo mundo afora milhares de horas na crítica e na análise do sistema de perversão mediática hegemonizado pelo imperialismo. Sabemos que essa engrenagem é muito mais do que um instrumento. Transformou-se hoje numa componente decisiva do próprio poder. Sem ela a globalização neoliberal não poderia funcionar e o desenvolvimento da estratégia de dominação mundial dos EUA seria inviável.

Não encontramos o mesmo interesse absorvente quando avaliamos o que faz e não faz a esquerda no mesmo campo. Temos reflectido muito pouco sobre o desempenho das forças progressistas nesse terreno de confrontação.

A sua posição é de ostensiva inferioridade. Mas como aproveitamos ela o seu reduzido espaço de intervenção num sistema mediático rigidamente controlado pelo inimigo?

Mal. O que se passa na Imprensa escrita, na Televisão e no Rádio é conhecido.

Mas porventura utiliza plenamente a esquerda as imensas possibilidades que lhe são abertas pela Internet, um terreno onde a sua intervenção não pode ser impedida como nos outros, controlados pelos gigantes transnacionais?

A resposta é negativa. Um balanço dessa intervenção insuficiente está por fazer. Quando nos reunimos em eventos com a dimensão do Foro Social Mundial e em Conferências menos ambiciosas como o Foro de São Paulo procedemos a inventários de grandes problemas, elaboramos diagnósticos sobre situações criadas pelo funcionamento da máquina da globalização neoliberal (crises asiática, russa e brasileira, argentina, etc.) e crimes praticados pelo sistema de poder imperial (Bósnia, Kosovo, Afeganistão, Palestina, etc.). Debates formas de luta contra ameaças tão perigosas como a ALCA. Trocamos ideias sobre a alternativa ao sistema responsável pela desigualdade crescente entre os povos e os homens.

Entretanto, no que se refere à Comunicação ficamos na denúncia. Chomsky e Ignacio Ramonet têm realizado um trabalho notável - é um bom exemplo - na iluminação do cenário e no desmascaramento dos métodos utilizados por aqueles que controlam os jornais e o audiovisual.

Mas quase não olhamos para nós. Não submetemos a uma apreciação crítica o positivo e o negativo da presença da esquerda na Rede.

Dois exemplos

Neste artigo não me ocuparei daquilo que de positivo (e muito é) tem sido empreendido com fracos recursos e quase sempre a partir de iniciativas modestas de partidos, movimentos sociais e organizações culturais e sindicais e também de esforços individuais.

Limite-me aqui a chamar a atenção para um fenómeno, se assim lhe posso chamar, que tem passado se não despercebido pelo menos sem o comentário que merece. Refiro-me à tendência de alguns intelectuais académicos para aquilo que

traduz uma postura arrogante e personalista. Eles acabam por aparecer como mais importantes do que aquilo que comentam e analisam.

Em primeiro lugar surgem como enciclopédicos. Sentem a necessidade de se pronunciar sobre qualquer acontecimento relevante ocorrido no mundo. Actuam em todos os azimutes, como dizia o falecido general de Gaulle. Nas áreas da ideologia, da economia, da sociologia, das ciências exactas. Ao escreverem sobre aspectos da crise de civilização que vivemos não conhecem limites. Onde quer que irrompa uma crise que pelo seu significado ocupe as manchetes da televisão e da imprensa logo aparecem a comentá-la. Na Rede, na TV, nos jornais. Seja ela na América Latina, na África, na Europa, num remoto país asiático. Os efeitos negativos desse enciclopédismo são agravados com frequência pela estrutura do texto produzido. Porque ele é simultaneamente analítico, informativo e prospectivo. Os académicos que assim procedem fundem o trabalho do cientista social com o do jornalista. É um facto que a informação se tornou instantânea. Mas, por óptimas que sejam as condições de trabalho dos que assim procedem, a pressa em escrever sobre acontecimentos muito complexos e recentíssimos, marcados por zonas obscuras, impede obviamente que a mensagem transmitida tenha uma elevada qualidade e credibilidade. A profundidade e a lucidez da reflexão, como síntese criadora, é decisivamente prejudicada pela insuficiência da informação e pela tendência do autor a misturar ambas a cada momento num labirinto onde o leitor se perde.

Os académicos que não resistem ao apelo para intervirem de maneira fulminante no debate mediático sobre qualquer acontecimento polarizador da atenção mundial actuam, talvez sem disso tomarem consciência, movidos por um sentimento de vaidade, por uma insaciável fome de presença mediática.

Pierre Bourdieu afirmou há tempos que o cientista social de esquerda tem o dever de comunicar a um público tão amplo quanto possível o conhecimento adquirido no seu esforço laboratorial de muitos anos para compreender e interpretar a realidade que o cerca. Fica implícito que eticamente lhe está vedado transmitir como opinião aparentemente sedimentada aquilo que só conhece superficialmente. Mais graves ainda podem ser as consequências da tendência para a especulação dos autores que a ela se entregam a partir de conclusões assentes em informações duvidosas. O prestígio dos seus nomes, inspirando confiança aos leitores, empresta então credibilidade a exercícios de futurologia que a não merecem.

Dois casos

Citarei hoje apenas dois casos que, a meu ver, tipificam bem essas atitudes. A



do norte-americano James Petras e o do germano-mexicano Heinz Dieterich, aliás diferentes.

Petras, professor de sociologia na Universidade do Estado de Nova Iorque, é autor de duas dezenas de livros, alguns dos quais representam uma contribuição válida para o debate de grandes problemas do nosso tempo. Conquistou como escritor marxista o respeito da juventude do seu país e também o de amplos sectores da esquerda na Europa e no Terceiro Mundo, nomeadamente na América Latina.

Identifico nele um intelectual a quem a audiência crescente, sobretudo após a revolução informática, prejudicou em vez de funcionar como estímulo positivo.

Escreve e fala num ritmo incompatível com a qualidade. Traz à memória aqueles intelectuais que Arthur Koestler retratou numa sátira famosa, *scholars* que peregrinam de Congresso em Congresso, de Conferência em Conferência para, afinal, escutarem o seu próprio e iluminado discurso sobre o presente e o futuro da humanidade. Nos últimos anos caíram as suas defesas contra a futurologia e entrou progressivamente no terreno movido da especulação, aventura que, ele sabe, se desenvolve à margem de uma concepção marxista da História. Resiste mal à tentação de responder com exercícios prospectivos à eterna pergunta «Que fazer?» que nos quadrantes da esquerda nasce, torrencial, da busca da alternativa ao capitalismo globalizado. Petras parece esquecer que o papel do intelectual no combate ao imperialismo não pode alastrar ao terreno das previsões guindadas a complemento rotineiro das análises.

Simultaneamente, ampliou o leque de temas e o compromisso com a actualidade factual o que o leva com frequência a subalternizar a análise, privilegiando uma visão jornalística das situações históricas.

Esse estilo de intervenção é acompanhado de uma agressividade antes não identificável nos seus textos. Dela é exemplo a diatribe que visou Perry Anderson, inspirada por um artigo em

o professor britânico propunha uma nova linha para a «New Left Review».

Petras não somente deturpou trechos do trabalho de Perry Anderson como emitiu na sua crítica opiniões ofensivas, negando-lhe inclusive capacidade para aplicar o marxismo à realidade histórica.

A revista «Herramienta» reproduziu então os dois textos (1).

Não conheço pessoalmente James Petras, mas a própria projecção que os seus trabalhos alcançaram explica que chame neste artigo a atenção para as consequências do seu afastamento da anterior linha de intervenção política, descomprometida com o vedetismo mediático.

Diferente, como referi acima, é o caso de Heinz Dieterich. De comum a ambos existe apenas a tendência para uma intervenção constante sobre temas extremamente diversificados. Mas Dieterich, actualmente professor da Universidade Autónoma do México, é mais omniciente do que Petras e fala e escreve mais.

Sem ter uma obra académica com aceitação comparável à do norte-americano, Dieterich tornou-se nos últimos anos uma presença desejada na América Latina pelos organizadores de Encontros Internacionais sobre a problemática das ideias e temas económicos e sociais de actualidade. Múltiplos sítios da Internet divulgam artigos seus sobre uma enorme quantidade de temas.

Dieterich é um incansável divulgador de uma teoria - sistema cuja apologia faz nas conferências internacionais em que participa: o socialismo do século XXI. O Novo Projecto Histórico, concebido e formulado pelo suco Arno Peters, que teria sido o Marx do século XX, abre à humanidade, segundo ele, a porta da democracia participativa. Esta é uma ambição compartilhada por todas as forças progressistas do mundo, mas Dieterich exprime-se como se ela estivesse ao alcance da mão. Ignora a questão crucial do Poder. Não perde tempo a explicar como, na busca da alternativa, será atingido o objectivo prévio à construção do futuro: a derrota do inimigo, a destruição futura do capitalismo.

Em duas ou três conferências que lhe ouvi, Dieterich, para além da apologia de Arno Peters, cultivou um estilo de intervenção polémico-futurista incompatível com os princípios mais elementares do marxismo.

Recordarei apenas um episódio. Em Março pp. no México, a abrir a Conferência Internacional de Solidariedade com a Colômbia e pela Paz na América Latina, HD expressou um pessimismo total sobre o futuro da luta das FARC-EP, pouco faltando para convidá-las a depor as armas. Quanto à Venezuela bolivariana sugeriu a renúncia de Hugo Chavez e o recomendo da luta a partir da base. Não cabe desenrolar aqui o novelo kálfiano exibido na tentativa de justificar as suas sugestões capituladoras, mas é útil registar que a intervenção de Dieterich provocou protestos muito generalizados, quase um sentimento de indignação entre os participantes ali presentes para aprofundar a solidariedade com a luta dos povos da Colômbia e da Venezuela.

Essa atitude de Dieterich não pode ser negada. As suas palavras foram gravadas como as dos demais oradores.

Entretanto, semanas depois, HD dizia já e escrevia o contrário, voltando, após o golpe, à apologia de Chavez e à defesa do combate travado pela heroica guerrilha de Marulanda.

A importância da coerência

Dieterich emerge, com o seu vedetismo mediático, como um exemplo da incoerência em política e do confusio-nismo que ela pode gerar entre os sectores da esquerda que são influenciados por discursos como o seu e similares.

Seria uma conclusão falsa inferir do que escrevi que a minha posição é pessimista quanto ao comportamento global dos intelectuais de esquerda na batalha da comunicação.

Admito pelo contrário que ela tem melhorado à medida que se aprofunda a consciência de que a estratégia do sistema de poder imperial dos EUA - na qual a globalização neoliberal cumpre um papel instrumental importantíssimo -

configura uma ameaça à própria sobrevivência da humanidade.

Mas precisamente porque a batalha das ideias me aparece como fundamental no âmbito da batalha global contra o capitalismo imperial, entendo que aqueles que nela intervêm directa ou indirectamente têm o dever de imprimir o máximo de autenticidade à sua reflexão sobre a intervenção dos intelectuais progressistas, sobretudo quando se assumem como revolucionários.

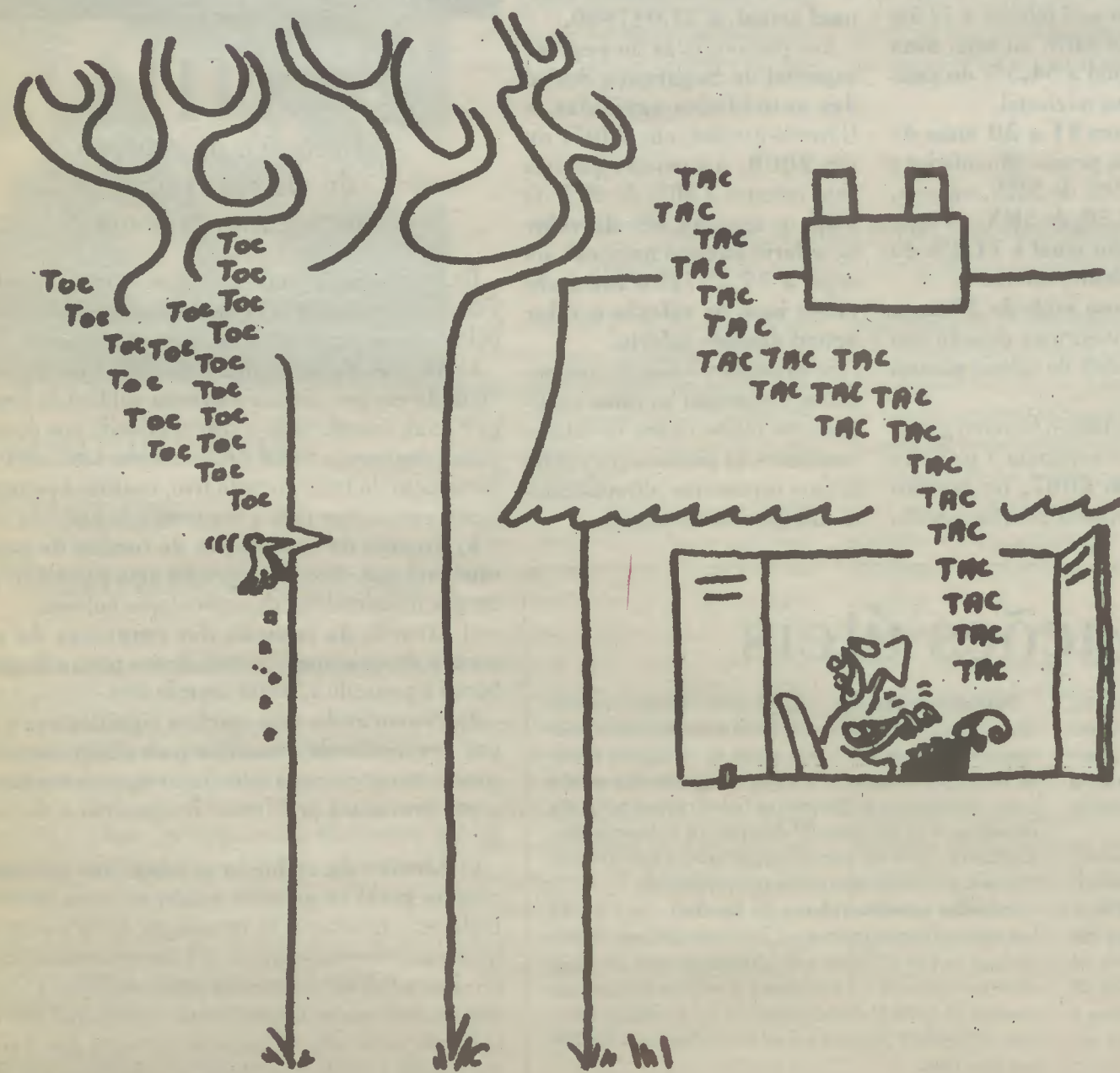
O charlatanismo e o exibicionismo dificultam muito a nossa luta. Já a vaidade é mais fácil de corrigir nos formadores de opinião demasiado sensíveis à sua própria popularidade.

São felizmente muito numerosos os exemplos de académicos e pensadores que na esquerda, antes da era Internet, deixaram memória não apenas pela criatividade no campo das ideias mas pela sua capacidade de transmitir o conhecimento acumulado com modéstia permanente. Recordo entre outros como inesquecíveis produtores-transmissores de saber os franceses Fernand Braudel, Charles Bettelheim e André Gorz, o inglês Eric Hobsbawm e os norte-americanos Paul Sweezy e Leo Huberman e quase todo o grupo dirigente da Monthly Review.

Hoje, quando a Rede começa a pesar decisivamente na formação de opinião e, portanto, no rumo da História, sinto a tentação de apontar como exemplar o que nela aparece de criadores-comunicadores como o nível do português José Saramago, do uruguaio Eduardo Galeano, do canadiano Michel Chossudovsky e do norte-americano Noam Chomsky. São diferentes uns dos outros. Os que os lêem ou escutam podem não perfilar muitas vezes opiniões suas. Mas na esquerda inspiram todos um respeito e uma admiração irresistíveis. Nas suas mensagens o talento e o saber são fecundados pelo eticismo e pelo humanismo.

Tentemos se não imitá-los, porque não são imitáveis, pelo menos extrair lições da forma como intervêm na grande batalha em que os intelectuais revolucionários se acham envolvidos.

(1) Revista «Herramienta», Buenos Aires, Argentina, Fevereiro de 2001.



• José
Alberto
Sousa
Ribeiro*

Ainda as falências

Muito se tem dito e escrito sobre falências nos últimos tempos e, ao ser apenas mais um, espero contribuir para uma melhor compreensão deste problema, mas mais do que essa compreensão reclamar que sejam tomadas medidas que as evitem.

Nomeadamente:

1. que os gestores (patrões) ganhem ao longo de 10, 20, 30 ou 40 anos autênticas fortunas, mas que nada fique como património da empresa;

2. que quando o negócio comece a correr menos bem os gestores iniciem processos de descapitalização das empresas com vendas, quase sempre fictícias, de edifícios e terrenos e outros bens, invariavelmente a outras empresas de que são proprietários

3. que de uma empresa se criem muitas outras com o único objectivo de ludibriar as regras de funcionamento (uma empresa compra matéria-prima, outra produz, outra vende e, por vezes, outras prestam serviços). Já que, sendo todas dos mesmos, fácil é de entender onde ficam os ganhos e para onde vão os prejuízos. E, como acontece, quase sempre os chamados quadros dessas empresas têm mais do que um cargo, logo, vários vencimentos que são sempre avultados;

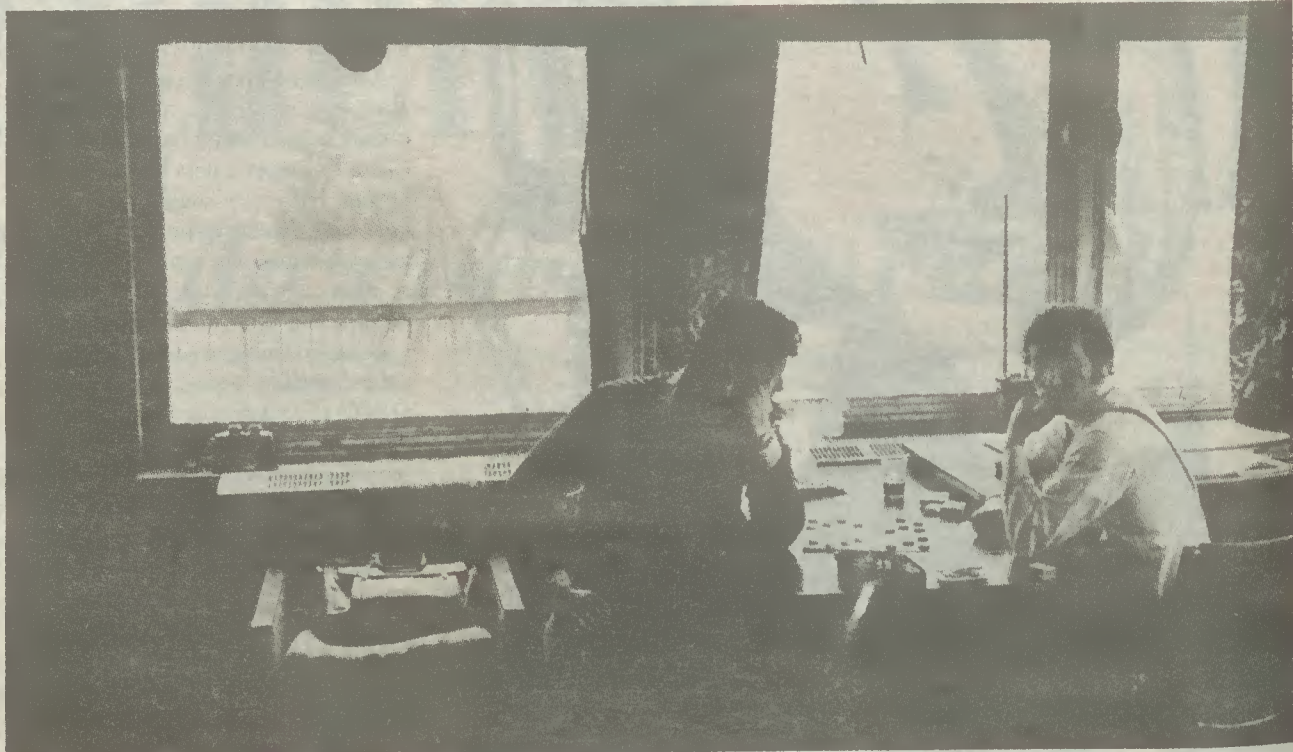
4. que ao serem detectados os sinais de que algo vai mal, sejam rapidamente accionados mecanismos de fiscalização e controlo dessas empresas: 4, 5 ou mais anos de prejuízos sistemáticos; 1 ano ou mais de não pagamento à Segurança Social; atraso no pagamento dos impostos, não serão motivos para intervenção?

Um caso

Posto isto, permito-me relatar aqui um caso. Trata-se da Eduardo Ferreirinha & Irmão - EFI - e da Feruni - Soc. Fundição, SA que chegaram a ter 1500 trabalhadores, ambas já com falência declarada, mas cujos trabalhadores, hoje cerca de 500, também não viram pagos os salários em atraso nem tão pouco as indemnizações a que têm direito

Acresce que, sendo o engenheiro Eduardo Ferreirinha (filho do fundador da empresa) o responsável pela gestão, apesar de quase sempre colocar familiares e amigos nas administrações, nunca deixou de ser quem tudo decidia e decide.

Para além da EFI e FERUNI, foram



criadas por este senhor a Ferreirinha Máquinas, a Ferreirinha Participações, a Ferreirinha Sistemas, a DAC e Investimentos Urbanos Ferreirinha.

Registe-se: 7 empresas que, na essência, se destinam a gerir um único produto ou, na melhor das hipóteses, dois produtos, a construção de máquinas e ferramentas e a fundição, já que as restantes tinham «apenas» a sua razão de ser no que a EFI e a Feruni produziam. Estas teriam apenas como objectivo enganar o fisco, os credores e os trabalhadores, de que são bem exemplo as seguintes situações:

- A Investimentos Urbanos Ferreirinhas serviu para comprar os terrenos da EFI. Será que alguma vez entrou dinheiro desta venda na EFI? Onde está hoje o *Le Pallace* (junto ao Palácio de Cristal)? A venda destes terrenos foi feita por 1,3 milhões de contos. No entanto, é voz corrente que essa transacção foi de 3 milhões de contos. O certo é que quem contribuiu para que estes terrenos fossem adquiridos pela ER foram todos os trabalhadores da empresa, mas desta venda apenas beneficiou a família Ferreirinha. Provavelmente mais um caso típico de descapitalização intencional e danosa.

- A DAC apenas fazia trabalho administrativo com trabalhadores da EFI e FERUNI, mas apresentava despesas.

- A Ferreirinha Sistemas era isso mesmo - mais um sistema para imputar custos.

A Ferreirinha Participações tinha

como função ser detentora do património e ainda hoje detém o parque das máquinas.

- A Ferreirinha Máquinas serviu para evitar penhoras e colocar ao seu serviço os mesmos trabalhadores da EFI no mesmo local, posto de trabalho, máquina, e a fazer em rigor o mesmo. Já a ER tinha em dívida cerca de 5 milhões de contos à Segurança Social e esta era uma nova empresa hoje com dívidas também de milhares de contos.

A tudo isto acrescenta-se outros dois factos que indiciam claramente intenções de prejudicar credores e particularmente os trabalhadores. No caso EFI, em Dezembro de 99, por acção do Tribunal Tributário foram à praça os terrenos que esta tinha na Trofa e que são vendidos por 300 mil contos a uma imobiliária da Trofa. Só que este sr. Eduardo Ferreirinha interpõe recurso por, hipoteticamente, ter um contrato de arrendamento da Ferreirinha Máquinas com a EFI. A venda é por isso anulada e é marcada nova venda que vem a concretizar-se no ano 2000 por cerca de metade do valor (160 mil contos). Espante-se! O comprador é exactamente o mesmo! Quem ganhou com o negócio?

No caso da Feruni, com o processo de falência a decorrer, é anunciada a venda dos terrenos e edifícios. Também aqui aparece o mesmo senhor a evocar ter um contrato de arrendamento de Ferreirinha Máquinas com Feruni, objectivamente com o único intuito de desvalorizar os terrenos e edifícios e assim obter de eventuais compradores ganhos ilícitos, já que desde Dezembro de 1996, data em que cessou a laboração da Feruni, nunca as instalações foram ocupadas, tendo mesmo sido devassadas sem que este hipotético arrendatário tentasse sequer acautelar os bens.

Neste caso, o administrador judicial contestou a veracidade deste contrato de arrendamento tendo o

Eduardo Ferreirinha sido condenado a pagar 20 mil contos à massa falida e ainda condenado a multa por litigante de má-fé. A meu ver muito bem.

Medidas que penalizem

Só que, mais uma vez, este senhor encontra artimanhas para ganhar tempo e prejudicar credores e trabalhadores com um recurso que serve apenas para continuar a tentar negociar com eventuais compradores ganhos ilegítimos.

O caso já foi denunciado a outras instâncias, quer verbalmente, quer por escrito. Mas, até hoje, de nada serviu. Urge pôr-lhe termo, pois trata-se de uma situação mais que ilegal, profundamente imoral. E atinge também trabalhadores que, por causa da situação de fragilidade em que se encontram, cederam à forma ilegítima de obterem ganhos. Esta situação ocorre desde o ano de 1993. Nessa altura, este senhor venceu trabalhadores a suspenderem os contratos de trabalho por salários em atraso, a recorrerem ao subsídio de desemprego e a manterem-se a trabalhar. Chegou até, nessa altura, a afirmar que teria o compromisso de um secretário de Estado de que esta situação teria a compreensão das autoridades e de que não seriam fiscalizados. Estes factos aconteceram na EFI e nunca foram sancionados, havendo até casos de reincidência. O certo é que estes trabalhadores pouco ou nada ganharam com a situação, já que continuam com salários em atraso. A empresa não encontra soluções, apesar de ter sido a única beneficiada.

Assim, o que se impõe são medidas que penalizem os que desta forma iludem o fisco e ludibriam os credores. E não, como pretende o Governo, medidas que penalizem ainda mais os trabalhadores, que vêm por pagar meses de salários e indemnizações por anos de trabalho a contribuir para a riqueza da empresa e dos seus proprietários.

Termino reafirmando que do que precisamos é de maior transparência na gestão e na vida das empresas. Não vamos lá com trabalho clandestino, precário, prémios pagos por debaixo da mesa, vencimentos não declarados. Em resumo, o princípio de que cada um olha por si e os outros que se arranjam não serve nem os empresários nem o País e muito menos os trabalhadores.

*Ex-trabalhador da Feruni e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Norte. Membro da Comissão Concelhia de Santo Tirso e da DORP do PCP.



Comunicação

• Francisco Silva

Não, não vou voltar por agora à polémica mediática que o primeiro semestre de 2002 viu emergir entre António Manuel Baptista e Boaventura Sousa Santos, acerca das funções e valores relativos dos diferentes tipos de conhecimento. Polémica que este último terá estimulado quando nós, os que não sabemos ler e interpretar (carapuça bem enfiada na sequência da sentença lavrada pela autoridade Eduardo Prado Coelho, a qual não me custa assumir), que não entendemos coisas como o colocar em pé de igualdade o poder explicativo e eficácia dos, entre outros, conhecimentos gerados pelas especulações mágicas e pela razão iluminista (?).

A tentação de reentrar nesta questão é, no entanto, bem grande. Isto, no seguimento da campanha da selecção portuguesa no Mundial de 2002 e após termos tomado conhecimento, através dos media, dos métodos - a ser verdade - mágicos dos alhos no balneário, do não dizer ou fazer certas coisas, dos números, sabe-se lá que mais. E, isto tudo, parece, a servir não apenas de complemento à aplicação do conhecimento científico e do saber fazer do futebol, mas também a



puddesse ir utilizando para falar da crise económica que grassa pela Europa e pelo Mundo e que nem eram tantos assim os possuidores de disponibilidades e que estivessem disponíveis para se deslocar, para o efeito, até tão longe. E, deve ainda ser dito, que as análises da «Newsweek» tinham, antes de tudo, a ver com uma situação anterior a quaisquer eliminações prematuras de equipas do Velho Continente. E a selecção alemã - país de onde podiam vir muitos espectadores - esteve presente até ao fim!

Finalmente, no «Público»: «Descalabro dos 'Tugas' trocou voltas à publicidade». Que o «descalabro lusitano obrigou empresas a suspender as suas campanhas optimistas e os publicitários a puxar pela cabeça por novas ideias». Ou - Edson Athaide dixit - que há um certo desgaste a recomendar «um período de dois a três meses de um certo recolhimento». Eureka! Tinha conseguido, com a ajuda do título e do conteúdo do respectivo artigo no «Público», trazer à tona «de mim» a questão do modelo de negócio do futebol, e, em geral, do espectáculo desportivo, enquanto produto de conteúdo da moderna indústria da Comunicação.

Com efeito, a parte do público no campo de futebol, contanto, é certo, para a receita, é sobretudo como moldura de um produto de conteúdo e os buracos nas bancadas nem eram assim tão visíveis na televisão. Agora, o busflis é a imprevisibilidade dos resultados. E, tal como atrai uma imensidade de adeptos e espectadores apaixonados, assim também os pode repelir de repente, caso as coisas corram mal. A força do espectáculo desportivo é também a sua fraqueza. Que fazer? Aceitar os riscos porque parece, tudo continua a indicar, o petisco é apetitoso - isto é, as enormes mais valias sacadas ao valor criado por quem lá actua e trabalha.

E o risco, se o quiserem combater, façam-no com saber, talento e audácia. E não com mezinhas mágicas que os empenhem!

(?) «A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia» in «Um discurso sobre as ciências», uma versão ampliada da Oração de Sapiência proferida por Boaventura Sousa Santos na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1985/86.

O modelo de negócio

interferir nela e, de um modo geral, nas decisões e nos estados de espírito. E os resultados obtidos no Mundial, afinal de contas, não foram famosos.

Bem, mas o tema que eu tinha em intenção abordar aqui era antes o do modelo de negócio do futebol, aliás um modelo de negócio de grande complexidade, envolvendo interesses muito importantes. Esta ideia - a ideia da inadiabilidade da abordagem deste tema - começou a impor-se-me, a tocar-me o sino, recentemente, a propósito das notícias que referiram os prejuízos enormes sofridos pela emissora televisiva francesa TF2, prejuízos esses devidos à eliminação precoce da selecção francesa, campeã do Mundo e da Europa e grande candidata à reválidação do seu título mundial no campeonato realizado na Coreia / Japão.

Poucos dias depois, peguei casualmente na edição corrente - já ia o Mundial 2002 lá pelas meias finais - da «Newsweek», atraído pelo destaque dado na capa ao evento, e também pelo sumarento conjunto de prosas incluídas no seu interior sobre o Mundial e as suas receitas, neste caso sobre as presenças físicas dos espectadores nos jogos. Que os organizadores japoneses e coreanos, perante o baixa quantidade de espectadores, estavam descontentes com o modo como os bilhetes foram vendidos pela agência contratada, que estavam à espera de muitos mais turistas vindos da Europa. Enfim, as coisas não estavam a correr bem.

O fio da meada

Claro que não era bem esta a ponta, a desenrolada pela «Newsweek», que eu andava buscando, se bem que sempre a

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Arte de marear

O capitão do navio
ao tomar as alturas
tem de ser mais alto do que o mastro

*

Coragem:
conhecer
os planos da viagem

*

A proa corta
a malha dos segredos.
A proa dos teus dedos.

*

A onda
varre o convés
para te beijar os pés.

*

Ter a calma da bússola.
Verificar de perto
que o norte está no lugar certo.

*

A tripulação
as velas
sois vós, mais as estrelas.

*

Caravela, a avozinha
e sempre jovem
sonhadora marinha.

*

O cais que não se sabe
quando e se lá se chega
é o que mais cega.

*

A distância está
no azimute.
O resto, ver-se-á.

*

Marinheiro
o prisioneiro
do mar seguinte.

*

Deixa a maré subir.
Deixa.
Que podes contra o Sol e contra a Lua?

*

Acima, acima gajeiro.
Acima até onde os astros
se inclinam para te ver.

*

Santelmo. De repente
a nossa alma a arder
mas quente.

*

Navegar. Ir.
Chegar, para logo partir.
(Não é a isto que se chama dialéctica?)

Cartoon

• Monginho



Religiões

• Jorge Messias

A terceira fase do processo **decorre a partir de 1996** e continua em aberto. Naquele ano, segundo estimativas aproximadas, o passivo acumulado pela estação católica já atingia mais de 15 milhões de contos, numa empresa onde o capital social realizado estava longe de abeirar-se dos 17 milhões. A TVI mostrava-se quase que completamente descapitalizada, apesar dos subsídios recebidos da União Europeia. Começa, então, a mencionarse a SOCI e a SBS - Scandinavian Broadcasting System, um poderoso grupo dos *media* suecos associado aos Filmes Walt Disney e à Paramount. A SOCI

O projecto televisivo da Igreja Católica (VII)

(«holding» Media Capital) dominava, desde 1988, um vasto leque de órgãos de comunicação que iam de semanários como «O Independente» (Paulo Portas e Miguel Esteves Cardoso) ao «Diário Económico», ao «Semnário Económico», às revistas «Valor», «Fortuna & Negócios», «Lux», «Marketing e Publicidade», «Casas de Portugal», «Computer World», etc. Entrara na TVI e controlava a Rádio Comercial, a «Rádio Cidade», a

Paes surge da sombra

A TVI mudara de donos e as empresas estrangeiras tinham alcançado o controlo directo de, aproximadamente, 45% do capital social da empresa. Expediente ilegal, como foi afirmado mal se soube da operação bolista? Que importa. O facto estava consumado. Diria **António Ribeiro Ferreira** no «Independente»:

«Este encontro aumentou as especulações sobre uma intervenção em força do Opus Dei na TVI ... **uma acção discreta do Vaticano, que costuma investir através de fundos de pensões e de outras organizações financeiras que controla**». E comentava: «As hipóteses não se ficam por aqui ... Há mesmo quem diga que dos quatro milhões de contos investidos por fundos de pensões estrangeiros, dois são da famosa cadeia de televisão americana CNN!».

Como que por acaso, durante uma assembleia geral particularmente difícil, o «patrão» da Media Capital, Paes do Amaral, surge da sombra e faz prova de dominar, de parceria com a SBS, 23,4% do capital social da TVI. E tinha outro trunfo na manga ... Aliara-se ao grupo boliviano *Bavária*, também um potentado nos fundos de pensões, e conseguira avultados financiamentos. Paes do Amaral apresentou-se, então, no Tribunal de Oeiras, onde corria um processo movido por credores e pequenos investidores da TVI e «comprou» por 27 milhões de contos as suas posições. A monumental intriga que tem estado presente, desde a primeira hora, na vida interna da TVI, nem mesmo assim se deteve. O «Público» (29.01.001, Caderno de Economia) perguntou ao presidente da MC que grupos achava ele que em Portugal existissem, capazes de competirem, a nível europeu, com a concorrência mundial. Paes do Amaral respondeu concisamente à pergunta: «A Impresa (Belmiro de Azevedo) e nós (a Media Capital)». No mesmo número e na mesma página são revelados alguns dados sobre a actual estrutura accionista da MC: a VERTIX, com 40% do capital; a HICKS, MUSE, TATE & FURST que controla 37% das acções; e a BAVÁRIA, detentora das restantes participações, 23%.

«Rádio Nostalgia», a «Rádio Romântica» e a «Rádio Nacional». Tinha parcerias pre-

ferenciais com a «Recoletos» espanhola, com a «Vertix» portuguesa e com a «Hicks, Muse, Tate & Furst», fundos de pensões norte-americanos. Entrara no mundo das SAD's desportivas. Lançara o negócio, em Portugal, do acesso à Internet (o IOL).

Inversamente, a TVI descrevia-se como falha de recursos e, aparentemente, desprovida de uma direcção decidida e homogénea, capaz de salvar o seu projecto televisivo. Então, em 1996, dá-se o golpe de teatro. Numa fase preliminar, muito curta, os homens do Opus Dei controlam os centros de decisão do projecto. Há, depois, uma sucessão de reuniões decisivas entre as direcções da TVI, do BCP, da CISF e da Schroeders, agentes do grupo financeiro condutor das operações do aumento de capital da estação. A dada altura, Roberto Carneiro parte para Londres onde se reúne com os representantes de cerca de 20 importantes grupos de fundos ingleses e norte-americanos de pensões. Regressa a Lisboa visivelmente satisfeito com os resultados do encontro. De facto, conseguira «vender» aos seus interlocutores 4 milhões de acções, rateadas por todas as seguradoras a uma média de 200 mil títulos por subscritor.

Pontos Cardeais

A culpa dos outros

Nos países de sistemas políticos bipartidários - ou bipolares -, que fazem o encanto dos nossos «democratas» de trazer por casa, a culpa é sempre dos outros. Em Portugal, o PSD no poder desculpa-se com a «herança» que o PS lhe deixou ao fugir. O PS, na oposição, acusa o PSD de malfetorias para as quais preparou todo o terreno, num caminho em que avançou até mais não poder. Nos Estados Unidos, paradigma da «democracia ocidental» que os americanos de há muito pretendem impor ao mundo, vergando-o ao serviço dos interesses imperialistas, a coisa também é assim. Agora, Al Gore, o candidato derrotado numas eleições ganhas administrativamente e anterior vice-presidente, acusa o presidente eleito, George W. Bush, de... servir os poderosos. Ao serviço de quem esteve Clinton?

A ajuda do FMI

Quem os ouvir falar - aos que, em nome do sacrossanto capitalismo, estão no poder - não os leva presos. Eles até ajudam. Através de uma respeitável instituição a que chamaram Fundo Monetário Internacional, onde mandam os que os poderosos designam. Na América Latina, onde grassa a crise, e onde já se fala de «modelo esgotado», a vida não podia correr pior. Mas aí vai o secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill dar uma ajudinha. Chegou ao Uruguai com uma pasta cheia de dólares, mil e quinhentos milhões, que entregou ao presidente Jorge Battle, para que este possa manter os bancos abertos. E daí é um pulo até à Argentina, onde outro presidente grita por uma ajuda do FMI. No entanto, como «quem dá o pão dá a educação», os EUA, desta vez, não levam dinheiro mas, ao que parece, levam conselhos. Os argentinos vão passar a comer conselhos.

Outras ajudas

Se, no entanto, os conselhos não chegam a nível financeiro, os EUA enviam conselheiros militares. É uma tradição, que nenhuma administração norte-americana desdenhou, fosse democrata fosse republicana. E os conselheiros costumam deslocar-se bem apetrechados. Hoje, para além da América Latina, onde aconselham a Colômbia e preparam um tratamento intensivo à Venezuela, os Estados Unidos aconselham vários países do mundo, desde o Afeganistão à Jugoslávia, preparando tratamentos de choque no caso do Iraque, já que a operação de há dez anos parece não ter corrido a contento. A crise não perdoa.

Brasil

Antes das visitas «de médico» ao Uruguai e à Argentina, Paul O'Neill foi até ao Brasil. A crise também lá se instalou há muito e está para durar. Agora, com a hipótese de eleição de um presidente «mais à esquerda», o dinheiro foge a sete pés. O secretário de Estado americano até afirmou que as ajudas a estes países costumam acabar em contas privadas na Suíça. Em Portugal, o comentador Sarsfield Cabral explica que não se trata disso, apenas da esperteza dos «investidores» que pretendem pôr a salvo os seus tostões, não vá por aí chegar uma política que reparta melhor os bens. E de quem é a culpa, se «a esquerda» vier a ganhar? É claro que será do anterior presidente, o inefável Fernando Henrique.

A crise

Outro comentador, desta vez brasileiro, mas que pudemos ler no «Diário de Notícias», explica as razões da crise brasileira, fazendo de contas que ela não é mais antiga do que a presidência de Fernando Henrique. Aliás, bem à maneira provinciana deste tipo de comentários, Sérgio Motta começa pelo elogio da personalidade. Segundo ele, «o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, poderia ocupar o cargo em qualquer país do Hemisfério Norte. É professor universitário, sociólogo, conhece literatura e ciência política, e fala com fluência francês, inglês e espanhol, além de usar o idioma de Camões com absoluta propriedade». Mas... «deixa o país numa profunda crise». Talvez se soubesse tocar piano...

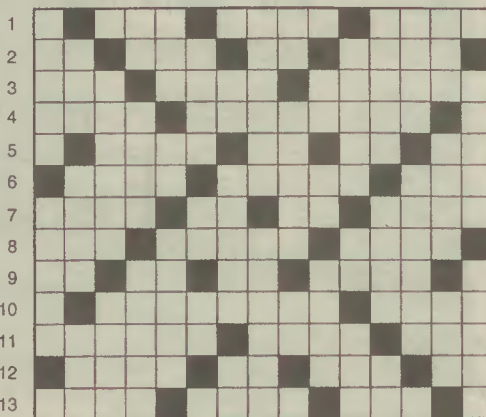


Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Alguma; mau dançador; qualquer compartimento. 2 - Ósmio (s.q.); antiga porcelana do Oriente; medida japonesa equivalente a dois decilitros; má vontade a alguém. 3 - Hora do ofício divino, entre as sextas e as vésperas, que corresponde às 15 horas; tudo o que fulmina; pancadaria. 4 - Espécie de lagosta; lugar onde crescem canas. 5 - Qualquer instrumento de ataque ou defesa; caminhar; a tua pessoa; nome da 6.ª, 7.ª e 26.ª letras do alfabeto árabe. 6 - Sumo; primeiro estado dos insectos depois de saírem do ovo; grande quantidade. 7 - Flecha; terceira nota da escala musical; grito aflitivo; cura. 8 - Patrão; espíritos; fronteira. 9 - Bismuto (s.q.); antes de Cristo (abrev.); outra coisa; concordância dos sons finais de dois ou mais versos. 10 - Amêndoa molar; matéria corante azul de origem vegetal. 11 - Tecido de seda lustrosa; escasso; declamo. 12 - Conjunto de cerimónias que se praticam numa religião; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; altar cristão; aquelas. 13 - Pref. de origem grega que exprime a noção de igualdade ou semelhança; desacerte; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.).

VERTICAIS: 1 - Árvore africana de cujo fruto se extrai uma bebida que embriaga, depois de fermentada; descanso religioso que, conforme a lei de Moisés, os Judeus deviam observar no sétimo dia da semana. 2 - Ecoa; pref. de origem latina que significa metade, meio ou quase; argola. 3 - Mensageiro; parente por afinidade. 4 - Perversa; mamífero cetáceo muito voraz; árvore da família das pináceas. 5 - Rio da Suíça que banha a cidade de Berna; molibdénio (s.q.); vinagre. 6 - 9 - charão; mililitro (abrev.); deus egípcio. 7 - Caminhava; temperar com limão e azeite; atmosfera. 8 - Angústia; estender no lar ou na lareira. 9 - Nome da letra grega que corresponde ao R latino; penhor; sódio (s.q.). 10 - Televisão (abrev.); observei; escassa. 11 - Pífaros; sorri; além disso. 12 - Concerto musical de noite; agulha de pinheiro; contr. da prep. a com o art. def. o. 13 - Pequena argola com que se enfeitam os dedos; arraiano. 14 - Pequeno poema medieval narrativo ou lírico; cada uma das 24 partes em que se divide o tempo que a Terra leva a dar uma rotação completa sobre si; fúria. 15 - Limalha; interpretação de algum texto obscuro.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

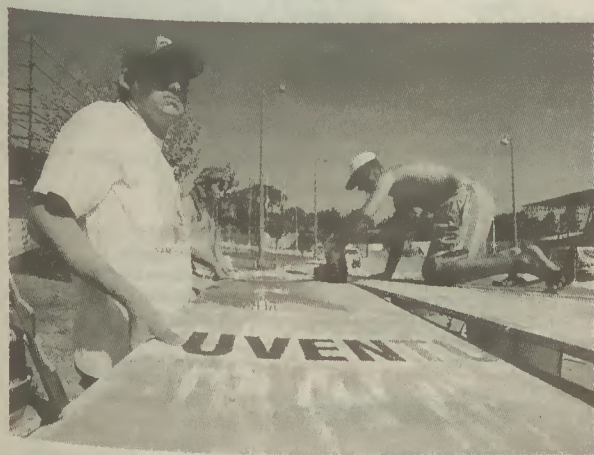


SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Uma; lareira; sala. 2 - Os; aal; pól; gna. 3 - Noa; rai; lareira. 4 - Caro; canavial. 5 - Arma; it; tu; há. 6 - Suco; larva; tor. 7 - Seta; m; ai; sara. 8 - Arno; almas; rila. 9 - Bri ac; ai; rima. 10 - Aberrant; anil. 11 - Tald; rano; oro. 12 - Kio; ar; ara; as. 13 - Homo; erre; aos.
VERTICAIS: 1 - Congo; sadal. 2 - Soa; sem; aro. 3 - Atrai; afir. 4 - M; orca; abelo. 5 - Ar; Mo; aco; 6 - Laca; m; Ra. 7 - Ia; limar; ar. 8 - Agonia; ala-
 rar. 9 - Ró; arres; Na. 10 - IV; vi; rara. 11 - Caha; ri; ora. 12 - Sarau; sama; ao. 13 - Anel; rilano. 14 - Lat; hora; ira. 15 - Apara; glosa.



Na Quinta da Atalaia em Agosto

podes apanhar sol e respirar ar mais limpo
esticar as pernas
descansar na relva
conviver
e trabalhar



Participa!

Na Atalaia em Agosto todos os dias são dias de construir a Festa!




festa
 do **Avante!**
 2002

Jornadas de trabalho

- da **Organização da Cidade de Lisboa**
Sábado e domingo, dias 10 e 11 de Agosto
- do **Sector de Empresas da Cidade de Lisboa**
Sábado, 24 de Agosto
- da **Organização dos Seguros de Lisboa**
Sábado, dia 10, e sábado, dia 31
- do **Sector dos Bancários de Lisboa**
Sábado, dia 10 de Agosto



Reuniões e Plenários

Couço
Plenário de militantes de Santa Justa - sexta-feira, 9, às 21h30, no Centro Social.

Panóias
Colóquio - Em defesa do sistema público de Segurança Social:
quarta-feira, 14, às 17h, no Centro de Trabalho do PCP, com a participação
de Fernando Servo e Valverde Martins.

Almada
Plenário de militantes da organização da freguesia de Cacilhas
sexta-feira, 9, às 21h, no Centro de Trabalho da R. Cap. Leitão.
Plenário de militantes da organização da freguesia de Sobreda
domingo, 11, às 16h, na Comissão de Moradores de Vale Figueira.

Escoural Festa da Liberdade

Sábado e domingo, dias 11 e 12 de Agosto
no Recinto de Festas (antigo Campo de Futebol)

Sábado

Abertura da Festa às 11h - Bar - Quermesse
Vacada às 21h - Baile a partir das 22h30

Domingo

Abertura da Festa às 9h - Bar - Quermesse - partir das 22h30
Intervenção política por Jorge Pires, às 22h

ATVer

Magnólia

(Quinta-feira, 08.08.02, RTP-2)

Quem puder dispor das três horas necessárias para ver este filme, não perca, até porque não é no circuito comercial que se espera vê-lo de novo: «Magnólia» é um filme surpreendente, evidentemente ambicioso, uma «audácia» do jovem realizador **Paul Thomas Anderson**, que pega em dez personagens (é o que diz a apresentação do filme – no fim, não é em contá-las que o espectador pensa...) praticamente desgarradas, que ao longo do filme se encontram, ou melhor, “passam” na Avenidas das Magnólias, algures numa cidade da Califórnia, e que num dado momento, por vontade do autor, vão cantando, cada um na sua própria história, uma única canção. Histórias de um quotidiano, talvez insólito entre nós, decerto muito americano, mas repassadas de tal autenticidade, de tal humanidade que, no fim, cabem todas na nossa galeria. Não é um filme para contar – é um filme para ver. Reparando também nos caminhos da câmara e na montagem, e nos notáveis actores que a ele são chamados – **Tom Cruise** mas também **John C. Reilly**, **Julianne Moore**, **Jason Robards**, **William H. Macy**, **Philip Seymour Hoffman**, tantos outros. Além de um actor invisível, **Aimee Mann**, compositora e intérprete das belas baladas que pontuam o filme.

A Boceta de Pandora

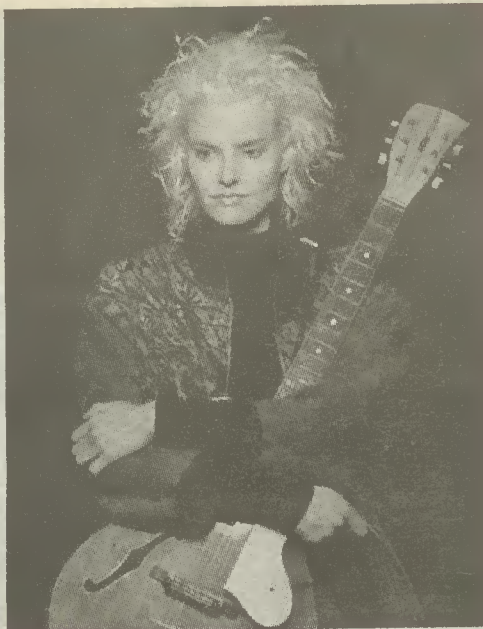
(Quinta-feira, 08.08.02, RTP-2)

Adaptado por **Laszlo Wajda** e pelo próprio realizador de duas peças de **Franz Wedekind**, «A Boceta de Pandora», sofrendo a ofensiva da censura, terminado em 1928, foi sujeito a várias versões mais curtas ao longo de décadas e finalmente restaurado na versão integral em 1983. A história original, que entretanto deu origem a dois *remakes*, datados de 1962 (**Rolf Thiele**) e de 1980 (**Valerian Borowczyk**), jamais foi tratada no cinema com tal genialidade como a que lhe emprestou **G. W. Pabst**, o grande cineasta alemão: **Lulu**, uma jovem extremamente bela e sensual, é amante de um rico editor de jornais, **Peter Schoen**, que financia os espectáculos de *music-hall* de que é vedeta. Mulher fatal, **Lulu** consegue convencer o amante a casar-se consigo, mas não tarda a enganá-lo com o próprio filho deste, levando o marido ao suicídio. Porém, as contínuas conquistas amorosas de **Lulu** levam-na até Londres, onde se prostitui, acabando assassinada às mãos de **Jack**, o Estripador. Prodigiosamente filmado por **Pabst**, um dos maiores representantes do Expressionismo no cinema, o filme caracteriza-se pelo uso invulgar da iluminação, da montagem e das sobreimpressões (traduzindo a evolução psicológica das personagens), mas talvez se tenha transformado num objecto mítico da história do cinema sobretudo pela forma fabulosa como **Pabst** filmou uma das mais espantosas divas de todos os tempos, a actriz americana **Louise Brooks**. **Louise Brooks**, que teve uma breve carreira mas que para muitos estava destinada a ser “a verdadeira Garbo”, é objecto de um documentário que a RTP2 transmitirá no dia seguinte.

Quis Show

(Quarta-feira, 14.08.02, TVI)

Baseado em factos reais, este filme de **Robert Redford** conta-nos a história de uma célebre cadeia norte-americana, a NBC, cujos produtores resolvem arranjar um estratégia utilizando fraudulentamente a participação de um concorrente para afastar um outro que sistematicamente ganhava o concurso. O caso deixou então a América estupefacta, descobrindo os podres de uma “instituição” - o concurso de perguntas e respostas - em que assentava de há muito a popularidade da TV e a sua imagem de seriedade. **Redford**, que ao encenar esta história verídica a utiliza como um símbolo da corrupção do Poder, de todos os poderes, chegou a afirmar na altura que a televisão jamais voltaria a ser vista com a credibilidade anterior - “[este caso] marca o fim do tempo da inocência na nossa história social” - ...ideia a que a própria televisão,



William H. Macy, um dos notáveis actores de «Magnólia» **Aimee Mann**, a «personagem invisível» de «Magnólia»

hoje um negócio “global”, foi incessantemente dando a volta, como se sabe... Nos principais papéis, duas interpretações brilhantes de **John Turturro** e **Ralph Fiennes**.

A Terra dos Surdos

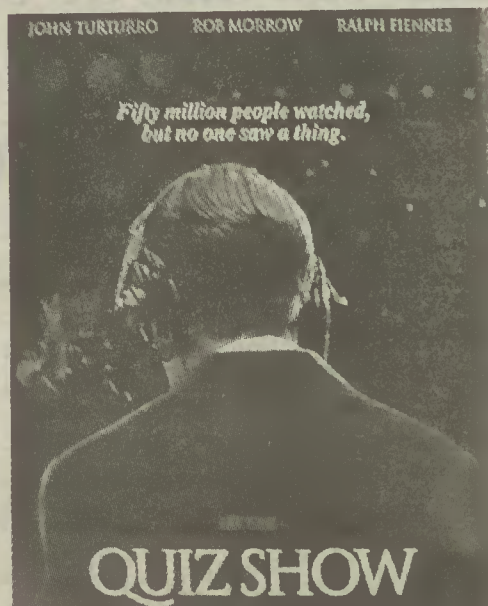
(Quarta-feira, 14.08.02, RTP-2)

Realizado em 1998 por **Valeri Todorovsky**, «A Terra dos Surdos» é parte de um ciclo de cinco filmes que a RTP 2 dedica ao cinema recente feito nos territórios da ex-União Soviética, quase todos sobre o actual caos social em que quase todos estão mergulhados. **Todorovsky** é russo; **Bakhtiar Khudonazarov** - o autor de «Luna Papa», premiado em vários festivais,



Louise Brooks num fotograma de «A Boceta de Pandora»

a transmitir segunda-feira - é do **Tadjiquistão** e situa a sua história em **Samkand**; «Homens e Monstros», do russo **Alexei Balabanov** (terça-feira), é um “filme de época” que conta a história de um fotógrafo que no início do século XX inventou o negócio da fotografia erótica, com evidentes analogias com os dias de hoje. Para além do interesse político e social que podem suscitar, tais filmes são por regra citados como obras esteticamente apreciáveis, caminhos novos de uma escola de cinema inapagável: a soviética.



«Quiz Show»

Quinta, 8

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.10 Vencedores
16.00 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra-cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.20 «Magnólia» (Filme. Ver Destaque)
02.00 24 Horas
02.15 Os Sopranos

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Matas, Bosques e

Sexta, 9

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.10 Vencedores
16.00 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra-cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.15 «Um Crime sem Mácula» (Filme)
24.00 Os Sopranos
01.00 24 Horas
01.15 «Raptada» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews

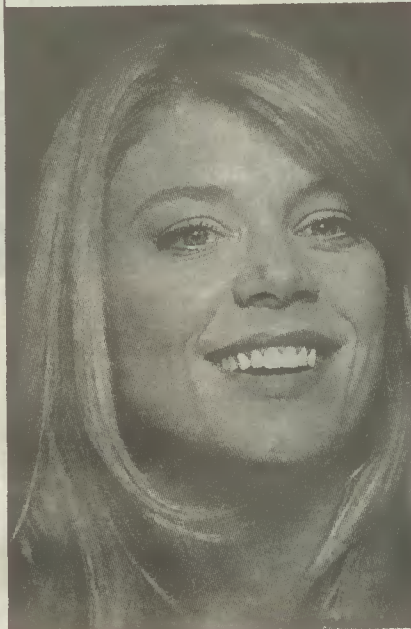
Sábado, 10

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Bombordo
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Passeio dos Alegres
19.30 Camilo, o Pendura
20.00 Telejornal
21.00 Futehol: Benfica-Celta de Vigo
23.00 «A Mulher do Meu Irmão» (Filme)
00.45 «Doce Tentação» (Filme)
02.15 24 Horas
02.30 «Dinheiro que Mata» (Filme)

▼ RTP 2

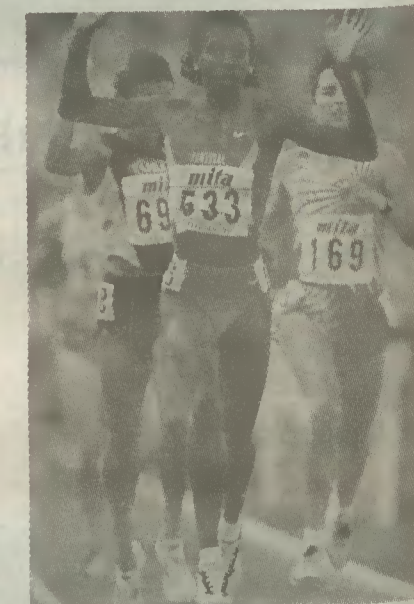
07.00 Euronews
10.30 Música ao Sábado
11.15 Iniciativa



Nikita, que dá nome a uma série da RTP2, é ótima no karaté...



«Fúria de Viver», uma telenovela portuguesa na SIC



Carla Sacramento é um dos atletas portugueses presentes no Europeu de Atletismo (RTP2)

Brenhas
13.30 Felicity
14.30 Informação Gestual
15.30 Euronews
16.00 Sinais do Tempo
17.15 Atletismo - Campeonatos da Europa
21.00 Sim, Amor
21.30 A Ciência do Segredo
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «A Boceta de Pandora» (Filme)
02.00 Departamento de Homicídios

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Volta a Portugal em Bicicleta
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
23.00 Animais do Video
01.00 «Um Saco Cheio de Cabeças» (Filme)

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
12.00 Bons Vizinhos
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.00 As Pupilas do Senhor Reitor
17.00 Marés Vivas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.00 Anjo Selvagem
23.45 «Sinal de Perigo» (Filme)
01.45 «O Soldado do Deserto» (Filme)

13.00 Matas, Bosques e Brenhas
13.30 Felicity
14.30 Informação Gestual
15.30 Euronews
16.00 Retratos - Nixon (1ª Parte)
17.00 Atletismo - Campeonato da Europa
20.00 Viver no Campo
20.30 Nikki
21.00 Sim, Amor
21.30 A Ciência do Segredo
22.00 Jornal 2
23.00 O Homem e o Animal
24.00 «Louise Brooks: Looking for Lulu» (Filme)
01.30 Departamento de Homicídios

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Volta a Portugal em Bicicleta
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 O Clone
23.00 O Grande Mestre
00.30 Sexappeal
01.30 «Puma» (Filme)

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
12.00 Bons Vizinhos
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.00 As Pupilas do Senhor Reitor
17.00 Marés Vivas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.00 Anjo Selvagem
23.00 «Coisas para Fazer em Denver...» (Filme)
01.30 «O Dueto das Almas» (Filme)

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
12.00 Bons Vizinhos
13.00 TVI Jornal
14.00 «Big Brother Trouble» (Filme)
16.00 «Debaixo d' Olho 2» (Filme)
18.00 Bons Vizinhos
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo
23.00 Ri-te Ri-te
00.45 «Invasão Mortífera» (Filme)
03.45 «Miss Teen USA» (Filme)

13.15 «Eddie» (Filme)
15.00 Desporto 2
19.30 Mitos Eternos
20.00 Missão Natureza
20.30 Bombordo
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
22.50 O Lugar da História - «Os Romanos no Norte de África»
00.00 Britecom
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.30 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Volta a Portugal em Bicicleta
15.00 Catarina.com
16.00 O Camião
16.30 A Vingadora
16.45 Air America
17.45 «O Matulão» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte
22.30 Fúria de Viver
23.30 «Corrida contra o Futuro» (Filme)
01.30 Residencial Tejo
02.30 A Rainha de Espadas

▼ TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.15 Sonhos Traídos
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 «Big Brother Trouble» (Filme)
16.00 «Debaixo d' Olho 2» (Filme)
18.00 Bons Vizinhos
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo
23.00 Ri-te Ri-te
00.45 «Invasão Mortífera» (Filme)
03.45 «Miss Teen USA» (Filme)

Domingo, 11

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.45 «Ping - O Melhor Amigo» (Filme)
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 João Baião
18.45 Melhor É Impossível
20.00 Telejornal
21.30 Bombordo - A Vida Privada dos Gólfinhos
22.30 «Bugsy» (Filme)
00.45 24 Horas
01.15 «A Companhia da Noite» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
11.30 Mito Eternos
12.00 Antes que Seja Tarde
13.00 Os Caminhos de Santiago
14.00 Desporto 2
18.30 Primatas Como Nós
19.30 Onda Curta
20.00 La Femme Nikita
21.00 Artes e Letras - «Mark Rothko»
22.00 Jornal 2
23.00 «A Tempestade da Terra» (Filme)
01.00 Sinais do Tempo
02.00 2010 (Rep.)

▼ SIC

07.00 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Volta a Portugal em Bicicleta
15.00 Rex, o Cão Polícia
16.00 «As Pequenas Feras» (Filme)
18.00 «Inimigo Público nº 1 - o Pai» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 «A Verdade da Mentira» (Filme)
24.00 «O Império do Mal» (Filme)
02.15 A Rainha de Espadas

▼ TVI

07.00 Super Balatoo
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 «Libertem o Willy 2» (Filme)
16.00 Air Bud - A Arma Secreta
18.45 Bons Vizinhos
20.00 Jornal Nacional
21.10 Apanhados da Bola
21.30 Super Pai
22.30 O Último Beijo
23.30 «O Clube das Divorciadas» (Filme)
01.30 «Paixão de Ayn Rand»

Segunda, 12

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.10 Vencedores
16.00 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra-cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 Sorte Grande
21.45 O Elo Mais Fraco
22.30 «Lua Cheia» (Filme)
00.30 Os Sopranos
01.30 24 Horas
01.45 «O Isco» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Destino Madeira
13.30 Felicity
14.30 Informação Gestual
15.30 Euronews
16.00 O Lugar da História
17.00 Espaço Infantil
18.00 Informação Religiosa
18.30 Planeta Azul
19.00 Areias Escaldantes
20.00 Viver no Campo
20.30 Nikki
21.00 Acontece (Madeira)
22.00 Jornal 2
23.00 Sete Palmas de Terra
00.00 «Luna Papa» (Filme)
02.15 Departamento de Homicídios

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Volta a Portugal em Bicicleta
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Loucas Perseguições
01.00 O Mundo Perdido

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
12.00 Bons Vizinhos
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.00 As Pupilas do Senhor Reitor
17.00 Marés Vivas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.45 «Sinal de Perigo» (Filme)
01.45 «O Soldado do Deserto» (Filme)

Terça, 13

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.10 Vencedores
16.00 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra-cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.15 «Noites Escaldantes» (Filme)
00.30 Os Sopranos
01.30 24 Horas
01.45 «A Sedução da Vampira» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Matas, Bosques e Brenhas
13.30 Felicity
14.30 Informação Gestual
16.00 2010
17.00 Espaço Infantil/Juvenil
17.45 Informação Religiosa
18.15 Onda Curta
19.30 Turma das Ciências
20.00 Viver no Campo
20.30 Nikki
21.00 Acontece (Madeira)
22.00 Jornal 2
23.00 Os Limites do Terror
00.00 «Homens e Monstros» (Filme)
02.15 Departamento de Homicídios

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Volta a Portugal em Bicicleta
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Heróis em Chamas
01.30 O Mundo Perdido (2)
03.00 A Batalha dos Alimentos

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
12.00 Bons Vizinhos
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.00 As Pupilas do Senhor Reitor
17.00 Marés Vivas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.15 «Our Guys» (Filme)
01.30 «Desastre no Rio» (Filme)
03.30 Os Homens do Presidente

Quarta, 14

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Vencedores
16.45 Amor e Ódio
17.15 O Elo Mais Fraco
18.15 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.15 «F/x Efeitos Mortais» (Filme)
00.45 Os Sopranos
01.45 24 Horas
01.30 «Adeus, Meu Amor» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Matas, Bosques e Brenhas
13.30 Felicity
14.30 Informação Gestual
15.30 Euronews
16.00 Por Outro Lado
17.00 Espaço Infantil
18.00 Informação Religiosa
19.30 Bombordo
19.00 Areias Escaldantes
20.00 Viver no Campo
20.30 Nikki
21.00 Acontece (Madeira)
21.30 Viagem pela Natureza
22.00 Jornal 2
23.00 Crónica do Século - «Da Ditadura Militar ao Estado Novo»
24.00 «A Terra dos Surdos» (Filme)
02.00 Departamento de Homicídios

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Volta a Portugal em Bicicleta
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
12.00 Bons Vizinhos
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.00 As Pupilas do Senhor Reitor
17.00 Marés Vivas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.15 «Our Guys» (Filme)
01.30 «Desastre no Rio» (Filme)
03.30 Os Homens do Presidente

14.00 Volta a Portugal em Bicicleta
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 «Kickboxer 2 - O Regresso» (Filme)

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
12.00 Bons Vizinhos
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.00 As Pupilas do Senhor Reitor
17.00 Marés Vivas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.45 «Dangerous Attraction» (Filme)
01.30 «Quiz Show» (Filme)

TVisto

Correia da Fonseca

Traição em Hollywood

No passado domingo, a rubrica «Artes e Letras» (RTP2)

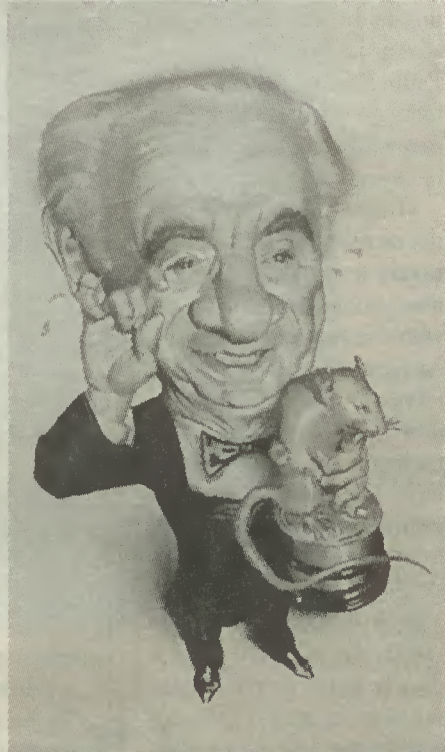
transmitiu um documentário produzido em França no ano 2000: intitulava-se «O FBI contra Hollywood» e falava da acção desencadeada pelo maccarthismo contra dezenas de profissionais da indústria cinematográfica durante cerca de dez anos a partir dos finais da década de 40. Poder-se-á estranhar que seja transmitido entre nós, em 2002, um telefilme de carácter documental acerca de factos da política interna norte-americana ocorridos há quase meio século. Porém, por alguma razão os franceses escolheram este tema há apenas dois anos: é que o tempo entretanto decorrido não eliminou a raiz do que então aconteceu. Na verdade, apesar da

derrota da experiência socialista a Leste, da autodissolução dos grandes partidos comunistas do Ocidente europeu, do geral acatamento perante a subida dos Estados Unidos da América ao lugar de patrões do mundo, o anticomunismo mantém-se vivo e actuante nos quatro cantos do planeta. Ora, como bem se sabe, o anticomunismo primaríssimo, estimulado até ao desvario pelo medo dos «vermelhos», foi o motor da selvática «caça às bruxas» desencadeada pelo famigerado senador McCarthy que, de

resto, não inventou nada de novo: limitou-se a conferir uma agressividade nunca vista a uma continuada repressão que já existia nos primeiros anos 20. O telefilme trouxe-nos, entre muitas outras imagens involuntariamente significativas e probatórias, um momento de J. Edgar Hoover, o director do FBI que durante anos e anos foi de facto o homem mais poderoso dos Estados Unidos. Dizia ele aos microfones: «O comunismo não é, na realidade, um partido político: é uma opção de vida maléfica e demoníaca». Esta é uma velha estratégia: retirar ao grupo que se quer dizimar alguma coisa da sua qualidade humana, diabolizando-o, e desse modo abrindo caminho para que «legitimamente» possam ser usados contra ele os métodos mais desumanizados. Os Estados Unidos fizeram-no, mas também, de facto, todos os poderes que em qualquer país quiseram tratar os comunistas de um modo infra-humano. Porque eles não são bem gente, são «demoníacos». E por isso não se podem queixar nem devem ser defendidos.

Kazan, por exemplo

Considerando que a caça maccarthista aos «vermelhos» ocorreu num país que se gaba de um modo recorrente de ser supremamente democrático e que, para mais, saíra poucos anos antes de uma guerra contra o nazifascismo, o que aconteceu em Hollywood parece qualquer coisa de delirante, de inacreditável. Mas aconteceu: «O FBI contra Hollywood» fez dessa campanha de autêntico terror um levantamento convincente que, aliás, mais não fez que reavivar a memória do que já se sabia, e era muito, e era terrível. Porém, ao longo do documentário foi especialmente sensível a um aspecto que em circunstâncias diferentes talvez me tivesse escapado: a anatomia e radicação das traições que então floresceram perante a sinistra Comissão de Inquérito às Actividades Anti-Americanas. Porque é tristíssimo mas aconteceu então nos Estados Unidos, tal como de resto hoje continua a acontecer em diversos lugares do mundo: gente que, sentindo que a permanência nas fileiras comunistas é um investimento que afinal não paga os dividendos esperados, resolve não apenas abandoná-las como «vender» camaradas ao inimigo e até passar a fornecer munições ao outro lado do combate. Assim se consegue, com alguma sorte, cobrar algum preço que pareça minimamente compensador dos muitos anos de dificuldades que a filiação num partido comunista sempre implica. Segundo o telefilme, o caso de Elia Kazan terá sido, entre muitos outros, exemplar. Já desde o década de 30 que vinha a afastar-se progressivamente do Partido. Até que lhe terá deflagrado na consciência uma vontade medonha de rejeitar qualquer «totalitarismo», bonito gesto que lhe valeu pelo menos a possibilidade de prosseguir a sua carreira profissional, o que, já se vê, foi impensável para quem se obstinou em convicções comunistas ou, de um modo mais amplo, «de esquerda». Elia Kazan deu nomes aos inquisidores, forneceu-lhes argumentos anticomunistas, foi utilizado como um «bom exemplo». Ter-se-á mistificado a si próprio de modo a poder ver-se todos os dias ao espelho: era um democrata. Na história do cinema norte-americano é, por unanimidade ou quase, reconhecido como um bicho nojento - um traidor, enfim. Bajulado durante um certo período, sem dúvida, mas desprezado durante todo o tempo restante. Porque as modernas Romas já pagam aos traidores, mas não deixam de, na primeira oportunidade, expedi-los para a Terra do Nada.



A «Crónica do Século», da RTP, conta esta semana a ascensão ao Poder do salazarismo



Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Leandro Martins

Direitos & Geografia

Não terá havido melhor notícia, nesta semana que passa, do que a reforma, votada pelo parlamento turco, que acaba com a pena de morte naquele país e reconhece ao povo curdo alguns dos mais elementares direitos. É uma iniciativa de saudar e, certamente, um alívio para os temores de muitos que persistiam lutando pela liberdade.

No entanto, não deixa de ter um certo sabor amargo esta notícia. Porque sabemos o que levou alguns dos que votaram estas medidas a fazê-lo. É antiga a pretensão da Turquia e dos seus dirigentes em integrarem o «espaço europeu», vedado que lhes estava por algumas nódoas no comportamento democrático.

A pena de morte, por exemplo, banida há muito por alguns países europeus - nem por todos há tanto tempo como isso; ou a opressão de minorias, que, por estas terras do ocidente se faz muito mais discretamente. Lembremos dos ciganos, mesmo em Portugal; ou dos africanos, também por cá; ou dos marroquinos em Espanha, para não falar dos bascos... e por aí fora.

Assim, de mãos lavadas, a Turquia, que nem fica na Europa a não ser num pedaço arrancado há séculos para cá do Bósforo, vai entrar na União Europeia. Alá é grande, Cristo também e Jeová vem a caminho um dia destes, quando Israel lhe der na gana de pedir a adesão. Afinal, isto da Europa é um alargamento completo e Israel já há muito que participa na Eurovisão...

Não sendo propriamente uma batata, a Geografia, que ainda em tempos ditou as suas regras, não passa hoje de uma barreira a transpor, num processo de globalização que devora a soberania dos Estados e dá outro nome, muito mais suave, ao imperialismo, tal como ao colonialismo, na sua fórmula neo, se chama agora de ajuda do FMI e saca muito mais com menos despesa.

A entrada da Turquia na UE vem assim com o carimbo dos direitos humanos, abençoada pela democracia ocidental. Mas, se fôssemos exigentes no cumprimento dos direitos e das liberdades, se calhar nenhum país poderia ser membro da União. Que dirão os turcos imigrados na Alemanha, em termos de direitos como trabalhadores e residentes naquele país? Que dizem os alemães de Leste, anexados ao capitalismo, sobre o seu direito ao trabalho e aos frutos do desenvolvimento? Que podem dizer os candidatos ao alargamento a Leste sobre os seus direitos quando, como emigrantes, trabalham sem direitos nesta cada vez mais vasta casa europeia?

Que dizem, por fim, os portugueses acerca da sua integração, tão badalada que foi e que quase os convenceu de que a CEE e Mário Soares os tornaram europeus, fazendo por esquecer que Camões dizia de Portugal que era a face da Europa? Hoje, à beira do fim dos subsídios e com muitas facturas a pagar, já alguns se dão conta do processo destruidor - na agricultura, nas pescas, na indústria - que foi o preço da integração europeia.

Mas, pronto, se a Geografia é coisa do passado, os direitos já cá cantam. Cantam mesmo? E se um dia destes os Estados Unidos também quiserem aderir? O paradigma da democracia ocidental vai respeitar os direitos que apregoa e que nem em casa pratica?

PCP assinala 57.º aniversário do lançamento da bomba atómica

A paz é indispensável para a humanidade

57 anos depois do lançamento da primeira bomba atómica sobre a cidade japonesa de Hiroshima, o PCP apela à paz e à solidariedade entre os povos.

O 57.º aniversário do lançamento da bomba atómica sobre Hiroshima foi assinalado antean-tem pelo PCP, numa conferência de imprensa onde Paulo Raimundo, membro da Comissão Política, afirmou que assinalar a data «é reforçar a luta por um mundo de solidariedade e cooperação entre os povos, numa altura em que a luta pela paz é mais necessária do que nunca».

Classificando o lançamento da bomba atómica pelos Estados Unidos como «um dos maiores crimes praticados deliberadamente na história da humanidade», Paulo Raimundo lamentou o facto de o mundo pouco ter aprendido com aquele acontecimento.

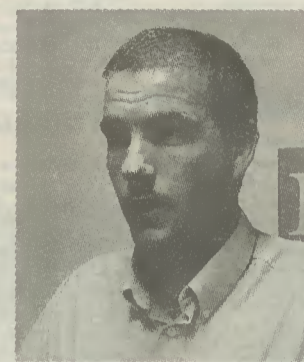
«Durante todo este período, os EUA não só não alteraram a sua pretensão de domínio imperialista, como vêm a acentuar a sua política agressiva, que ganhou novas e perigosas proporções após os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro. 57 anos depois, o mundo em que vivemos é terrivelmente agressivo e desigual, caminhando no sentido oposto ao da cooperação, da solidariedade e da paz entre os povos, um mundo em que o sistema dominante está em profunda contradição e numa acentuada crise política,

económica e financeira», declarou o dirigente comunista.

«Esta é uma luta essencial pelo desenvolvimento do mundo»

Investimento militar

Paulo Raimundo referiu que o brutal aumento do investi-



«57 anos depois de Hiroshima, o mundo em que vivemos é terrivelmente agressivo e desigual», afirmou Paulo Raimundo

tes a destruição do Afeganistão, a ofensiva militar de carácter terrorista sobre o povo palestino, os bombardeamentos ao Iraque e as movimentações que visam a invasão deste país.

«Não deixa de ter significado que, 57 anos depois do crime cometido sobre o povo japonês, os Estados Unidos aumentem o investimento na produção de armas nucleares e afirmem a sua disponibilidade para as utilizar caso os seus interesses



Pelo fim das armas nucleares o Conselho Português para a Paz e Cooperação assinalou o 57.º aniversário do lançamento da bomba atómica sobre Hiroshima e Nagasaki com a colocação de uma faixa junto à Embaixada dos Estados Unidos (na foto) e com a distribuição de um folheto no Cais do Sodré, em Lisboa. O documento explica as consequências da bomba atómica, fala nos seus efeitos imediatos e secundários e apela à rejeição das armas nucleares

mento nos orçamentos militares e na busca de armas cada vez mais sofisticadas coincide com problemas graves como o subdesenvolvimento, a fome, a doença, o analfabetismo.

«Numa altura em que é fundamental acabar com o armamento nuclear, com a crescente militarização e

com a guerra, procura-se constituir novos blocos militares e desenvolvem-se projectos como a proclamada «Defesa Antimíssil» norte-americana, que visam a detenção da supremacia militar sobre o mundo», declarou.

O dirigente do PCP apontou como factos preocupan-

sejam postos em causa», acrescenta.

Governo apoia

O PCP considera que é particularmente grave a postura de apoio do Governo «face à galopante caminhada para a concretização do exército europeu, a consequente militarização da Europa e a criação de um novo bloco militar ofensivo». Paulo Raimundo criticou ainda o apoio do executivo português ao alargamento da NATO, «estrutura que viu reforçados os seus poderes e área de intervenção, numa altura em que faria sentido deixar de existir».

O PCP apela aos trabalhadores e à juventude para que se juntem à luta contra o crescente militarismo, pelo desarmamento nuclear e pelo fim da guerra e da opressão sobre os povos. «Esta é uma luta essencial pelo desenvolvimento do mundo, pela defesa dos interesses da humanidade e pela afirmação dos direitos dos trabalhadores e dos povos», concluiu.

Amadora

PCP defende CRIL e plano de realojamento

A Comissão Concelhia da Amadora do PCP defende a conclusão da construção da CRIL entre a Buraca e a Pontinha e o cumprimento do plano de realojamento, reagindo a declarações recentes do vice-presidente da Câmara Municipal da Amadora.

Numa entrevista ao jornal *Notícias da Amadora*, Gabriel de Oliveira afirmou ter uma solução para aquele troço de estrada contando com o acordo da Câmara Municipal de Lisboa e do Instituto das Estradas de Portugal. Tratar-se-ia de «um túnel semi-coberto, nas palavras do autarca, de «um túnel semi-coberto, porque seria mais económico, porque não implicaria

demolições nem o realojamento de famílias».

Numa nota à comunicação social, os comunistas consideram que a CRIL é uma «via essencial» para a Área Metropolitana de Lisboa, recordando que deveria estar concluída em 1998. «Por responsabilidade do PS e do PSD continua a marcar passo em 2002», comentam.

Para o PCP o mais grave é o facto de, com este projecto, não ser cumprido o acordo assinado durante o mandato da CDU na autarquia entre os dois municípios, a Junta Autónoma das Estradas e o Governo, que previa a demolição e o realojamento das famílias residentes

nos bairros situados no traçado da CRIL, das Fontainhas ao Caminho de Alforneiros. «Continuam centenas de famílias a viver em barracas, sem o mínimo de condições» se não se proceder à reconversão urbana desta área da Amadora, denunciavam os comunistas.

As declarações de Gabriel de Oliveira «revelam ainda a hipocrisia do PS, que sistematicamente tem acusado a CDU de não ter acabado com as barracas e que agora se prepara para não cumprir o acordo assinado pela coligação, que permitia acabar com alguns milhares destas habitações», sublinha a Comissão Concelhia.



5 603199 000445

02220